



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



RESOLUÇÕES DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

3 a 7 de junho de 2003
São Paulo (SP)
Palácio das Convenções
do Anhembi



VERSÃO PARA IMPRIMIR

• DISPUTAR A HEGEMONIA POLÍTICA VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE

• INTRODUÇÃO

• PAPEL DA CUT EM RELAÇÃO AO GOVERNO LULA E A LUTA PELA SUPERAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO NEOLIBERAL

• PAPEL DO ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ATUAÇÃO DA CUT

• DESENVOLVIMENTO, EMPREGO E RENDA

• POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA E SISTEMA PÚBLICO

• REFORMAS EM CURSO E A POSIÇÃO DA CUT

• RELAÇÕES COM AS CENTRAIS SINDICAIS, CONFEDERAÇÕES E FEDERAÇÕES NÃO FILIADAS À CUT

• RELAÇÕES COM OUTROS SETORES DA SOCIEDADE



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
- **ORGANIZAÇÃO SINDICAL**
 - **ESTRUTURA SINDICAL, ORGANIZAÇÃO DA CUT E SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO**
 - **O FORTALECIMENTO DA CUT COMO PRIORIDADE POLÍTICO-ORGANIZATIVA**
 - **CONSTRUINDO O SINDICATO POR RAMO DE ATIVIDADE**
 - **CONSOLIDAR AS ORGANIZAÇÕES NACIONAIS POR RAMOS DA CUT**
 - **UNIFICAÇÃO DAS LUTAS**
- **REFORMA TRIBUTÁRIA E FISCAL**
- **REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
 - **POR UMA REFORMA DA PREVIDÊNCIA QUE AMPLIE DIREITOS**
- **REFORMA AGRÁRIA E AGRÍCOLA**
 - **POPULAÇÕES TRADICIONAIS E REFORMA AGRÁRIA**
 - **DIRETRIZES PARA UMA NOVA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA**



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



- **POLÍTICAS PARA A EFETIVAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA**
 - **POLÍTICAS DE ACESSO À TERRA**
 - **POLÍTICAS PARA A SUSTENTABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS**
 - **AÇÕES AFIRMATIVAS**
 - **GESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA**
- **REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA**
 - **MEDIDAS IMEDIATAS QUE PREPARAM A REFORMA**
 - **AGENDA EMERGENCIAL DA REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA**
 - **A DISPUTA DA REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA**
- **ESTATUTO**
- **OUTROS TEMAS E POLÍTICAS PERMANENTES**
 - **DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT PARA 2003-2006**
 - **A CENTRALIDADE DA FORMAÇÃO DE DIRIGENTES NA**



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



ESTRATÉGIA DA PNF DIANTE DOS DESAFIOS DA CUT

- **EDUCAÇÃO INTEGRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS COMO CONDIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA**
- **AS PRIORIDADES DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT**
- **A INSTITUCIONALIDADE DA REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO**
- **DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT NO PERÍODO 2003-2006**
- **A CUT E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DO TAMANHO DO BRASIL**
 - **O DESAFIO DE CONSOLIDAR O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**
 - **ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO E ELEVAÇÃO DO NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE DA CLASSE TRABALHADORA**



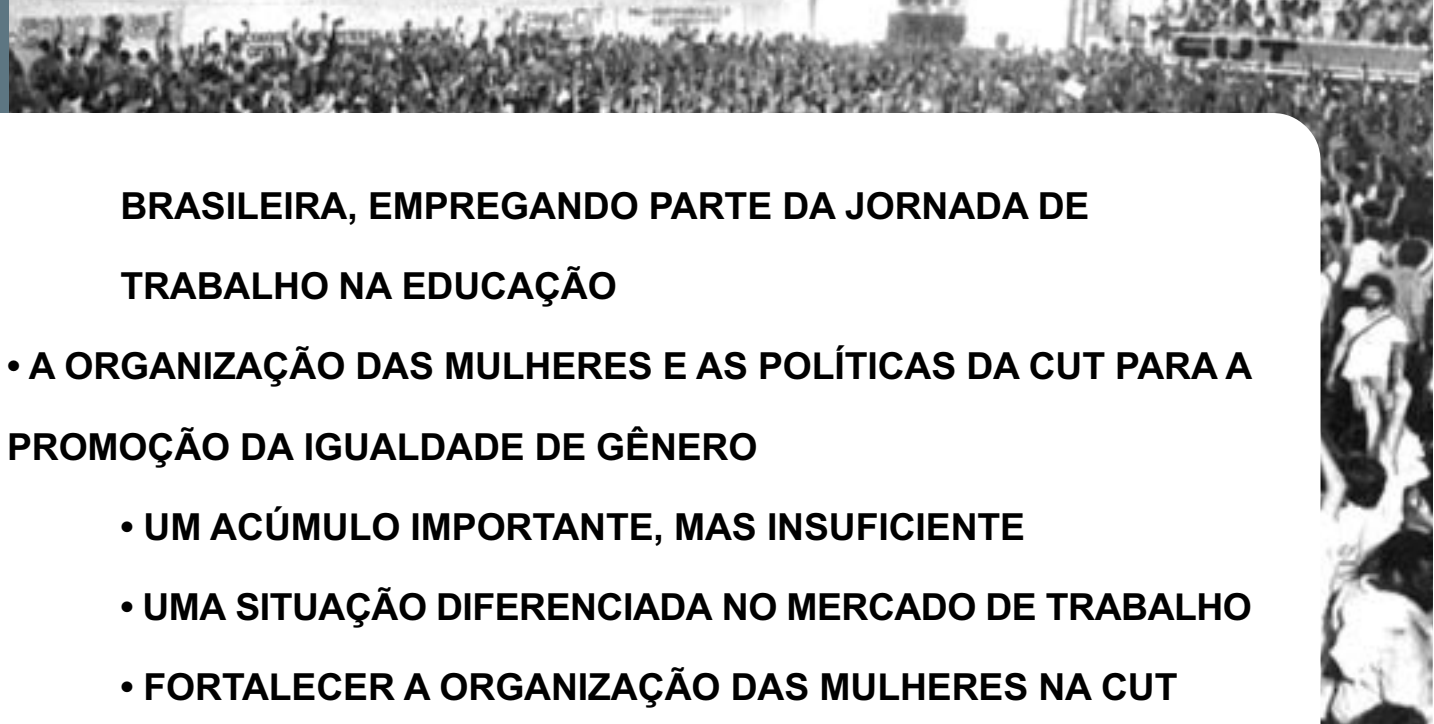
CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BRASILEIRA, EMPREGANDO PARTE DA JORNADA DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO

- A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES E AS POLÍTICAS DA CUT PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO
 - UM ACÚMULO IMPORTANTE, MAS INSUFICIENTE
 - UMA SITUAÇÃO DIFERENCIADA NO MERCADO DE TRABALHO
 - FORTALECER A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA CUT
 - ESTRATÉGIA DA POLÍTICA DE GÊNERO DA CUT
- A CUT NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL
 - OS TRABALHADORES E OS SINDICATOS NO COMBATE AO RACISMO
- ASSÉDIO MORAL
- FOME ZERO
- CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DO CEARÁ – BEC
- EXTINÇÃO DO PROGRAMA DE ESTADUALIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DA CBTU



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- ENERGIA
- EM DEFESA DO SANEAMENTO BÁSICO
- PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- PLANO DE LUTAS 2003-2006
 - UNIR A CUT NA LUTA PELA SUPERAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E PARA AVANÇAR NA CONQUISTA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
 - INTRODUÇÃO
 - DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE LUTAS
 - AÇÕES PRIORITÁRIAS
- EXECUTIVA NACIONAL
- DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS
- QUADRO GERAL DO CONGRESSO



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





RESOLUÇÕES DO 8º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

3 a 7 de junho de 2003

São Paulo (SP) – Palácio das Convenções do Anhembi

DISPUTAR A HEGEMONIA POLÍTICA VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE

Introdução

A Central Única dos Trabalhadores, desde sua fundação, procura desenvolver a luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, buscando, numa perspectiva democrática, o alcance de uma sociedade socialista, justa, fraterna e igualitária, fundada pela superação dos marcos do capitalismo. O 8º Concut reafirma este compromisso de classe para a continuidade do enfrentamento de desafios históricos e imediatos, definindo suas estratégias para o próximo período. Durante a última década, o debate interno na CUT foi permeado pela discussão sobre qual a estratégia mais adequada para que se alterasse a correlação de forças na sociedade, abrindo-se caminhos para as grandes mudanças estruturais e a perspectiva socialista.

Nas últimas décadas, os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil passaram a vivenciar uma nova realidade do trabalho, cuja instituição e permanência se faz por movimentos presentes nas esferas política, econômica e social. A CUT, a partir dos interesses da classe trabalhadora crescentemente complexificada, segmentada e pulverizada nas unidades de produção do capital, assim como partindo dos conflitos sociais advindos de uma sociedade marcada pelo antagonismo entre capital e trabalho, propõe-se a organizar os trabalhadores para as lutas e a disputar a hegemonia política, ideológica e cultural visando constituir uma nova sociedade.

Neste sentido, as profundas transformações ocorridas tanto no mercado de trabalho quanto nas relações de trabalho e no sistema de representação sindical desafiam a CUT para o enfrentamento da atual crise no mundo do trabalho em várias frentes: no âmbito das diferentes esferas do Estado; com o capital – representado pelo empresariado nacional e internacional; com as entidades sindicais identificadas com o projeto neoliberal;

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

com a sociedade civil; e com os governos federal, estadual e municipal.

Para o capital interessa destruir os regulamentos de proteção social e minar o poder de representação dos sindicatos, em todos os âmbitos, visando uma crescente extração de lucro pautada pela concorrência nacional e internacional. Torna-se essencial, portanto, intensificar a organização dos trabalhadores, desde os locais de trabalho, e os processos de negociação coletiva. A disputa com o sindicalismo de recorte neoliberal se fará essencialmente nestes espaços, além de no campo político mais amplo.

Desde sua origem, a Central reafirma sua independência de classe frente ao capital e sua autonomia perante o Estado e os partidos políticos, o que não significa, entretanto, que a CUT estivesse alheia às disputas políticas, inclusive eleitorais. Sua história está profundamente vinculada com o processo social e político brasileiro e sua própria origem faz parte de um amplo e poderoso movimento social, no final dos anos 1970 e início dos 1980, que foi decisivo para a redemocratização e a reconfiguração do padrão da luta de classes no país.

A CUT, ao lado de outras organizações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Partido dos Trabalhadores, é parte de um processo histórico de constituição, em finais dos anos 1970 com a crise da ditadura militar, e início da década de 1980, de um sujeito político, coletivo e popular. Tais organizações evoluíram de forma diferenciada dos modelos clássicos do movimento operário, como a socialdemocracia e o stalinismo soviético. Assim, na CUT não se desenvolveu o centralismo burocrático típico de centrais sindicais ideologicamente monolíticas, ainda que ela tenha sofrido um processo de burocratização sindical característico do refluxo político nos anos 1990, caracterizado pela resistência ao neoliberalismo. Ou seja, não se impôs uma concepção e uma prática sindical cutista a partir da visão de uma única corrente política da Central, mesmo que majoritária, havendo, entretanto, um distanciamento das direções em relação à base.

Pelo menos desde 1989, a CUT e seus sindicatos têm adotado uma posição que se assenta em dois pontos fundamentais. Por um lado, o entendimento de que a CUT e os partidos de esquerda integram um mesmo campo político no qual, a partir de diferentes lugares e até com propostas diferenciadas, disputam a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



hegemonia na sociedade no sentido de transformá-la, levando a CUT e seus sindicatos a apoiar candidatos/as de partidos de esquerda nas eleições proporcionais e majoritárias; a partir de compromissos programáticos e da ação para derrotar eleitoralmente os representantes do projeto neoliberal. As próprias possibilidades de vitória das candidaturas dos partidos de esquerda e a implantação dos programas de governo dependem, em grande parte, do que a CUT e os movimentos sociais forem capazes de acumular no desenvolvimento das lutas em diversas frentes. As lutas sociais e políticas da CUT, portanto, não se restringem simplesmente à disputa eleitoral, buscando, sim, ampliar o horizonte da transformação social. Eleito um governo de esquerda, a postura da CUT tem sido a de apoiar as políticas que correspondam aos compromissos assumidos no processo eleitoral e resistir e lutar contra as políticas que não respeitem o projeto compartilhado.

Por outro lado, e esse é o segundo ponto, a relação entre a CUT e os partidos de esquerda não é de subordinação real ou teórica, sendo marcada pela autonomia organizativa e política das instituições, e pelo desafio, colocado para ambas, de qualificar essa relação e compartilhar um projeto comum de transformação social. E é este projeto que tem se colocado como o espaço central para definir a postura da CUT diante dos partidos de esquerda e de governos democrático-populares. Mas o sindicalismo precisa atuar sobre as contradições concretas e os conflitos que aparecem no processo. A decisão em relação às políticas governamentais deverá, então, considerar uma análise de cada política, de cada medida e as condições da luta de classes em cada momento com a compreensão mais ampla do processo histórico e das disputas centrais que definirão o rumo desses governos e do próprio país.

Em 2002, a CUT deliberou pelo apoio à candidatura Lula, considerando que ela representava os anseios da maioria da sociedade brasileira, em particular dos trabalhadores, assim como a possibilidade para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Acreditamos na viabilidade da vitória de Lula e no potencial de um projeto político pautado por mudanças capazes de resgatar a dignidade e a auto-estima da população e dos trabalhadores brasileiros, com crescimento econômico e distribuição de renda, mais empregos, proteção social e resgate da cidadania, ampliação da democracia e da participação popular. Assim, nos comprometemos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

com a construção da vitória, na qual sem dúvida a nossa Central, através das suas diversas instâncias, desempenhou um importante papel.

Nossa concepção e nossa prática sindical baseiam-se no princípio da autonomia em relação ao Estado e da independência em relação a governos, partidos políticos e orientação religiosa; independência de classe frente ao capital, democracia nos debates internos, soberania das assembleias de trabalhadores. Ao reafirmar o princípio da liberdade e autonomia sindical, nossa Central coloca-se como um dos principais protagonistas da sociedade, de modo independente, no atual cenário político. Dessa forma, a CUT, fazendo parte do mesmo campo político que as forças que lideram o governo, está comprometida com a vitória do projeto, mas a partir de uma posição específica: a que coloca sua autonomia e sua *independência* frente aos partidos e ao governo.

Com esta compreensão, o sindicalismo cutista rejeita qualquer tentativa de ingerência do governo na CUT e qualquer postura de passividade e cooptação da direção da Central. O caminho da institucionalização da Central seria trágico para a luta dos trabalhadores e também não traria nenhuma vantagem para o governo Lula. Diante da pressão das elites, que farão de tudo para enquadrar os novos ocupantes do Planalto, cabe à CUT apostar na mobilização ativa dos trabalhadores, na luta pela conquista de uma sociedade soberana, democrática e mais justa – compromisso do projeto democrático e popular personificado pelo presidente Lula. Na busca da mais ampla unidade na defesa do desenvolvimento econômico com a distribuição de riquezas e renda, a CUT não abdica do seu projeto de classe; não pode confundir unidade nacional com a falsa conciliação de classes; não deve aceitar pagar o “pacto” da grave crise do capitalismo. Seu esforço é para que o Brasil trilhe outro caminho, que de forma cautelosa, mas decidida, supere o modelo neoliberal.

Quanto às formas de luta, nossa Central está chamada a ter um papel mais ativo na batalha de idéias na sociedade, contrapondo-se ao “*pensamento único*” neoliberal, e na mobilização de amplas massas em defesa das mudanças propostas pelo novo governo, que sempre foram reivindicações da classe trabalhadora. Nesse sentido, desde que as mudanças propostas venham ao encontro dos anseios e lutas e não retirem direitos dos trabalhadores, a CUT deve ser uma central mais presente nas lutas, investindo prioritariamente e tendo mais



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



agilidade nas mobilizações de massas, de rua. Para pavimentar um campo de pressão popular, indispensável para o êxito do projeto político representado por Lula e para o avanço das lutas dos trabalhadores, é urgente unificar as lutas em torno de bandeiras como a da valorização do trabalho, em defesa da redução da jornada e contra o projeto de anexação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Papel da CUT em relação ao governo Lula e a luta pela superação do modelo econômico neoliberal

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 marca um novo e promissor período histórico na política brasileira, após mais de uma década de governos neoliberais que impingiram fortes derrotas ao sindicalismo combativo, através de privatizações, retirada de direitos trabalhistas e sociais, entre outras medidas. A estratégia de atuação da CUT no governo Lula, portanto, não pode ser a mesma utilizada nos governos anteriores. É possível afirmar que esta vitória tem uma dimensão histórico-universal. Em todo o período republicano, nunca o Brasil foi dirigido por forças tão nitidamente identificadas com as lutas populares. O país já teve alguns governos de viés progressista, mas só agora um núcleo de esquerda, forjado na luta contra a ditadura e na resistência ao neoliberalismo, chega ao Palácio do Planalto. Além desta dimensão histórica, a vitória tem alcance mundial, com profundos reflexos, em especial, no continente latino-americano. É a primeira vez que o projeto neoliberal, hegemônico há mais de 20 anos, sofre um duro revés num país de dimensão continental e peso na economia.

Pela primeira vez no Brasil, um trabalhador, retirante nordestino, líder grevista e dirigente sindical, assume o governo federal, com uma plataforma pautada na inclusão social, como o combate à fome, ao desemprego e ao analfabetismo, entre outras questões, além de nas propostas de realizar profundas mudanças no Estado, na política econômica e nas relações internacionais na perspectiva de conferir autonomia política, econômica e social ao Brasil. Aos 20 anos de existência, agora com a vitória de Lula, a CUT terá mais uma vez a oportunidade de jogar um papel decisivo, como uma das maiores centrais sindicais do mundo. Compreender que se abriu um novo momento de disputa de hegemonia com a burguesia e o imperialismo é essencial para



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

não se perder em discussões menores. A disputa de reformas populares está colocada, bem como a possibilidade de uma nova relação internacional, da qual o Brasil será um dos principais protagonistas.

O êxito da campanha de Lula e a forte carga de simbolismo desta singular vitória das esquerdas no Brasil não devem, porém, ofuscar os limites do novo governo. Três fatores devem ser observados na análise da correlação de forças atual. O primeiro é o cenário mundial de grave crise e ameaças à humanidade. Na contramão do avanço das forças de esquerda em nosso continente, nas potências capitalistas ocorre o recrudescimento de forças direitistas. Esta regressão expressa a crise estrutural do capitalismo, que atinge o coração do sistema com o agravamento da recessão nos EUA. A saída imposta pelo imperialismo é a guerra de rapina e as novas investidas de colonização das nações periféricas. A segunda grave limitação é a herança maldita deixada por mais de 10 anos de imposição do neoliberalismo no Brasil. Fernando Henrique Cardoso (FHC), entregou ao sucessor um país à beira da insolvência

– mais endividado, desnacionalizado e estagnado economicamente. Por último, o governo Lula ainda terá de enfrentar o quadro de certo equilíbrio político no país, expresso na posição minoritária da esquerda no parlamento e nos governos estaduais. Em síntese: as esquerdas elegeram o presidente, mas não tomaram o poder político; o neoliberalismo foi derrotado eleitoralmente, mas não foi aniquilado.

A CUT se empenhou na vitória da candidatura Lula para derrotar o continuísmo nas eleições presidenciais. A CUT deve, agora, empenhar-se para que o governo federal corresponda ao anseio da população por um novo modelo econômico que supere a herança trágica do neoliberalismo e por outra relação entre poder político e cidadania baseada na transparência e na participação popular. Um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um país mais justo econômico e socialmente pode possibilitar a democratização da sociedade e do Estado, combatendo o autoritarismo, os privilégios, o clientelismo e a corrupção. Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



cidadania a todos os brasileiros.

Diagnosticar e reconhecer as dificuldades que terá o novo governo, pelos acordos e alianças que realizou com setores da classe dominante, é fundamental para traçar uma ação arrojada, sempre em busca de uma sintonia fina com o movimento social organizado, pois a construção da nova hegemonia só se dará a partir da nossa base de sustentação objetiva: as trabalhadoras e os trabalhadores organizados e mobilizados. Grandes serão as contradições, enormes serão os desafios e fabulosas serão as possibilidades de avançar o combate socialista, onde o Estado seja colocado a serviço da maioria da população. Mas esse processo só será possível com a participação popular e o fortalecimento da mobilização social.

Consideramos o governo Lula uma conquista dos setores que historicamente lutaram pela democratização do Estado e das relações de trabalho, e com o qual se pode estabelecer relações e negociações transparentes, tendo os interesses dos trabalhadores devidamente considerados. Desse modo, a CUT deve dialogar com o governo no debate concreto do projeto alternativo e utilizar sua capacidade de mobilização para pressionar desde a base sindical e setores amplos da sociedade civil para que tal projeto se realize, fortalecendo-se cada vez mais diante dos governos nacional, estadual e municipal, pavimentando um campo de pressão popular para se contrapor ao brutal cerco das elites neoliberais.

O nosso apoio à candidatura Lula durante o processo eleitoral e o nosso compromisso, ao lado de outros setores da sociedade, com o seu projeto político não devem ser entendidos como superação de diferenças com setores que historicamente se opõem à CUT. Por outro lado, nossa disputa com o capital e seus representantes não pode servir de pretexto para se criar, *a priori*, antagonismos com o novo governo. A disputa de hegemonia é um processo em permanente construção, em todos os espaços sociais.

O governo tem apontado para uma governabilidade ampliada na qual, para além dos apoios alcançados no Congresso Nacional, se conquiste o apoio da sociedade civil organizada, em especial dos movimentos sociais e populares que fazem parte do campo democrático-popular. Consideramos que, para tanto, o governo deve anunciar claramente a transição para um projeto nacional e popular.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Os setores mais conservadores do nosso país ainda não digeriram a vitória de Lula, apesar de alguns conservadores terem apoiado Lula de forma oportunista, como a oligarquia Sarney, que sempre tenta de todas as formas se aliar a quem está no poder, e hoje cobra medidas e reformas que em mais de oito anos as elites não foram capazes de promover. Estes setores serão os primeiros a apostar no fracasso do governo Lula, que, se derrotado no seu projeto estratégico, representará a derrota da grande maioria da população brasileira. O conservadorismo busca emplacar a visão de que não há alternativas à política econômica que foi desenvolvida pelo governo FHC e que é necessário agregar uma dimensão social à política neoliberal, como defende o Banco Mundial, expressando uma visão de *continuidade sem continuísmo*. Isto é, a derrota eleitoral dos neoliberais e o evidente fracasso desse projeto não encerraram a disputa. Os *mercados*, codinome dos grandes capitais privados, querem impor ao governo popular seus próprios parâmetros.

O governo Lula, como indicam os primeiros meses de mandato, será alvo de intensas pressões, ameaças e chantagens. As elites neoliberais, fragorosamente derrotadas nas urnas, farão de tudo para manter a orientação macroeconômica que serve unicamente aos interesses da oligarquia financeira. Elas tentarão enquadrar o novo governo, vendendo a falsa idéia de que não há alternativas às imposições do *deus mercado*. Caso se sintam ameaçadas em seus privilégios, jogarão na desestabilização do governo, usando todos os ardis políticos e econômicos – a exemplo da Venezuela. O jogo será pesado, não terá nada de *paz e amor*. E esta pressão não virá só de fora do Planalto. Na própria composição do governo ela está refletida, com setores-chave pregando a continuidade do perverso modelo neoliberal. Ou seja: os quatro anos de gestão de Lula serão palco de intensa disputa, de encarniçada luta de classes. A CUT precisará se posicionar diante deste fogo cerrado.

A CUT, por sua trajetória e por seu compromisso histórico, deve denunciar esta artimanha das elites, ao mesmo tempo em que disputa a hegemonia na sociedade para garantir as mudanças reivindicadas pela classe trabalhadora, afirmando claramente sua visão do que deve ser garantido nos rumos da política econômica e das reformas propostas, isto é, os elementos que lhes dão um claro sentido de transição do modelo herdado



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



para um projeto alternativo, democrático, popular e socialista. Essa transição será definida em dois âmbitos interconectados: o da política econômica e o das reformas anunciadas.

O projeto popular deve recuperar a capacidade do Estado brasileiro de fazer política econômica, sob controle democrático da população. Isso significa colocar limites à circulação de capitais internacionais, em especial o capital financeiro, e rejeitar quaisquer acordos ou negociações internacionais no Fundo Monetário Internacional (FMI), na Organização Mundial do Comércio (OMC), na ALCA, entre outros organismos, que submetam o país aos interesses desses capitais. Para reduzir o poder dos mercados sobre a política econômica o Banco Central deve voltar a ser instrumento dos objetivos nacionais – o oposto à proposta de um Banco Central do Brasil independente. A economia solidária deve passar a ser parte do núcleo central da política de desenvolvimento, organizando setores econômicos cada vez mais amplos com uma lógica distinta da capitalista.

A CUT deve participar do debate acerca do Artigo 192 da Constituição Federal que trata da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. Hoje, o Banco Central atua de forma totalmente autoritária, determinando taxas de juros e políticas cambial e monetária, ao mesmo tempo em que deixa de cumprir seu papel principal de fiscalizar as instituições financeiras e suas operações. Não é à toa que bancos foram socorridos por FHC com mais de 23 bilhões de reais, através do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (PROER) e do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária (PROES), que favoreceu banqueiros nacionais e estrangeiros. Esse dinheiro público deveria ter sido usado em saúde, educação, agricultura e geração de novos empregos. Os trabalhadores e a população são os mais prejudicados pela política do Banco Central, que chega até a fixar horário de atendimento ao público, o que deveria ser feito pelos municípios, a exemplo do horário do comércio. Além de lucrar com os juros mais altos do mundo, os bancos ainda cobram tarifas exorbitantes. Já o crédito para financiar a produção é cada vez mais escasso, caro e inacessível.

Para definir um outro papel para o Sistema Financeiro Nacional, a CUT deve promover um amplo debate





CUT
CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



com a sociedade, a partir do projeto elaborado pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB). Esse projeto acaba com o autoritarismo do Banco Central, que deverá ser fiscalizado e controlado pelo Congresso Nacional. Dessa forma, opõe-se à autonomia e à independência que têm sido propostas pelo mercado. Também determina a função dos bancos estatais, que, ao contrário do desmonte e privatização do governo FHC, devem ser efetivamente públicos e agentes do desenvolvimento econômico e social. O projeto CNB/CUT ainda estabelece a atuação dos bancos privados, que também deverão cumprir um papel social e não apenas visar o lucro fácil. Por isso, a CUT deve aprofundar este debate com os trabalhadores e a sociedade, para que tenhamos um sistema financeiro que leve crédito mais barato para quem precisa e atenda melhor a população, em vez de ser usado pelos banqueiros para especular e aumentar os seus lucros já astronômicos.

Reafirmamos a atualidade de posições assumidas historicamente pela CUT como necessárias para ajudar os trabalhadores e o povo brasileiro a superar a situação dramática em que o país foi mergulhado por sucessivos governos, em particular pela herança maldita deixada pela *era FHC*. A CUT sempre condenou a dívida externa como um instrumento de dominação do imperialismo que estrangula a nação brasileira, afirmando em seus sucessivos congressos que ela é ilegítima, já foi paga, não é do povo. Esta é a base de sua posição pelo não-pagamento da dívida externa. A CUT apoiará todas as medidas, ainda que parciais, que criem as condições políticas para estancar a sangria provocada pela dívida externa e apontem para o objetivo final de libertar a nação desse flagelo. A relação da dívida externa com a aplicação dos planos do FMI é direta. O FMI, com seus *ajustes estruturais* e como instrumento do imperialismo, quer subordinar toda a economia nacional à geração de *superávits fiscais* que permitam continuar o pagamento aos banqueiros e especuladores dos juros da dívida externa.

A realidade dos últimos anos mostra as consequências dos acordos impostos pelo FMI aos diferentes governos: privatizações, aumento do desemprego, da miséria e da fome, desmonte dos serviços públicos, ataques aos direitos sociais e trabalhistas. São os acordos com o FMI que provocam os cortes orçamentários, que trazem maiores sacrifícios para o povo e para a economia nacional, enquanto as multinacionais seguem



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



enviando seus lucros para fora do país (no último período foram mais de 1 trilhão de dólares enviados para as matrizes, em particular nos EUA).

Se a CUT, no seu último congresso, levantou o *Fora FHC* e o *FMI*, a continuidade desta luta, agora que o povo brasileiro derrotou o candidato de FHC, afirmando seu repúdio à política que levou o país à crise atual, é o combate à continuidade da tutela do FMI sobre a política econômica e contra a aplicação de suas *receitas*. O país não pode sair da crise continuando com a mesma política que o levou à situação atual. Por isso a CUT defenderá medidas que sinalizem um novo rumo para a economia, para garantir o crescimento econômico e a distribuição de renda com a geração de empregos, o aumento do investimento público nas áreas sociais como educação, saúde, habitação, saneamento básico, a realização de ampla reforma agrária, a erradicação do analfabetismo, da fome e da miséria que atingem milhões de famílias brasileiras. O povo trabalhador do Brasil apoiará com entusiasmo a aplicação de tais medidas pelo governo Lula, pois elas acabariam com a sangria de recursos provocada pelo pagamento da ilegítima dívida externa. Apoiará igualmente medidas que revertam o processo de privatização das empresas estatais – como é hoje o caso dos quatro bancos estaduais *federalizados* por FHC –, devolvendo ao patrimônio público aquilo que foi leiloado a preço de banana para os capitalistas e multinacionais.

Uma política voltada para a retomada do crescimento econômico e do emprego, baseada nos efeitos dinâmicos de um novo modelo e nos estímulos ao mercado interno de consumo em massa, necessita reduzir, acelerada e drasticamente, a vulnerabilidade externa da economia e a dependência do país em relação ao capital financeiro internacional. Além disso, é preciso controlar a entrada e saída de capitais da economia nacional e retomar as condições soberanas no cenário internacional, com a contraposição enérgica a propostas de acordos, no âmbito da ALCA, da OMC e com a União Européia, que comprometam a capacidade estatal de promover desenvolvimento. Destaca-se ainda a necessidade de promover o Mercosul sobre novas bases; implementar uma política de redistribuição da renda que inclua a recuperação e a manutenção do valor real do salário mínimo nacional; um sistema tributário fortemente progressivo, mais justo e que desonere os



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



trabalhadores e onere o lucro, principalmente o setor financeiro especulativo; e políticas sociais de promoção dos direitos de cidadania: trabalho, educação, saúde, previdência social pública, moradia, segurança alimentar, entre outros.

A construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo implica a democratização da vida social e política, com o fortalecimento e a criação de espaços institucionais de participação da sociedade, a exemplo dos Conselhos de Políticas públicas e Fóruns. Esses espaços possibilitam a explicitação de conflitos e da disputa com as elites dos setores da indústria, do comércio, do sistema financeiro, da agricultura, enfim, elites que historicamente resistiram à busca de um amplo espaço de negociação, sobretudo pautado pela transparência. Além disso, é essencial avançar para a criação de espaços políticos de participação popular e democracia direta, para além da representação institucional dos setores organizados, o que requer uma firme disposição de alterar os padrões atualmente vigentes para a comunicação de massas.

O compromisso com o projeto político representado pelo governo Lula significa também incentivar e participar de um diálogo permanente com diferentes setores da sociedade, nos espaços abertos pelo governo, além de propor e reivindicar espaços e formas de participação, nas mais diversas áreas de interesse público. O ambiente de mobilização política na sociedade é condição para o avanço das iniciativas contra-hegemônicas. Independentemente do grau de confusão que algumas iniciativas políticas possam trazer, é preciso valorizar o papel mobilizador presente em cada uma delas.

A participação e a representação de vários setores da sociedade em torno de uma mesa de negociações representarão mais um espaço para demonstrarmos que o ônus das crises sempre recai sobre os trabalhadores e o povo. A campanha Fome Zero deve se constituir em uma política de efetiva segurança alimentar, trazendo no seu bojo a denúncia de concentração de rendas e de terras, das políticas agrícolas discricionárias e reforçando a luta por um projeto de desenvolvimento sustentável e de geração de trabalho e renda. É certo que uma campanha dessas não pode resolver – de forma definitiva— o problema da fome. Mas tratá-la desde já como paliativo ou política compensatória, como algo negativo na sua origem, nada mais é do



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



que a expressão de uma leitura precária da realidade política. A crítica conseqüente nada tem a ver com uma atitude de—*inspetores de qualidade* da luta de classes. É no terreno da práxis que será exposto o nervo das contradições de todas as medidas do governo Lula. É justo e necessário *disputá-las* em seu nascedouro e mais correto ainda vivenciar sua aplicação junto ao povo. Corrigir desvios, quando houver. Aperfeiçoá-las, quando possível. Indicar seus limites e superá-las no momento oportuno. Esse é o caminho. Na atual correlação de forças, nacional e mundial, a derrota deste governo será a derrota do projeto alternativo das esquerdas.

A CUT, com o objetivo de desenvolver negociações com os patrões e o governo, sem nenhuma imposição ou limitação prévia, participará de atividades com as centrais sindicais e entidades patronais promovidas pelo novo governo. Historicamente, as tentativas de *pactos sociais* entre classes antagônicas, opressores e oprimidos, visam amortecer os conflitos e a capacidade de luta dos trabalhadores. O *pacto social* não é uma bandeira da CUT, que recusa a proposta expressa nas declarações do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), para o qual “empresários e operários terão que perder um pouco” e que “salários e preços devem ser congelados”. Para a CUT está fora de questão abrir mão de direitos e conquistas dos trabalhadores, ou deixar de utilizar os instrumentos legítimos de luta de classe, como a greve, diante de ameaças ou ataques patronais e das necessidades de luta por mais empregos, contra as demissões e por melhorias salariais.

Autonomia e independência. Este deve ser o eixo orientador da postura da CUT frente ao governo Lula. Ou seja, apoiar as políticas e medidas que respondem aos interesses históricos dos trabalhadores e dos setores menos favorecidos da sociedade brasileira e ser dura nas críticas, reagindo com ações concretas às medidas que estejam em contradição com tais interesses. A CUT não é e não será uma extensão do governo Lula e nem de qualquer outro. Por outro lado, participou ativamente do amplo movimento social que contribuiu para a derrota político-eleitoral do neoliberalismo. Nossa relação com esse governo será de afirmação programática no âmbito do mundo do trabalho. Nós nos identificamos com vários itens da plataforma



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

democrática e popular que sustenta as alianças históricas do PT, mas não aceitamos a pecha de *braço sindical* do governo ou do partido. Nosso diálogo com o governo obedecerá sempre às resoluções de nossas instâncias, mediadas pela correlação de forças na sociedade, e implicará sempre a busca de compromissos que resultem em melhorias reais para o povo. Neste sentido, a questão da liberdade e autonomia da CUT ganha uma dimensão fundamental.

A disputa pelo conteúdo democrático e popular do governo Lula adquire centralidade nas ações sindicais. Um grande erro que pode ser cometido é confundir a necessária cautela na condução dos assuntos do governo com uma postura política defensiva. Para se evitar isso, é preciso que a herança do governo FHC – suas responsabilidades com a fragilidade econômica do país – seja exposta e debatida em toda a sociedade. Deve ser um tema presente nas assembleias sindicais, nas reuniões dos bairros, nos debates pela imprensa etc. Mas é preciso ir além, demonstrando que essa herança é parte integrante de toda a história de exploração e opressão nos poucos séculos da “civilização brasileira” e resultado também da nossa recorrente dependência externa.

A CUT e seus sindicatos devem se inserir fortemente na disputa de rumos da sociedade, e nesse sentido incidir sobre os rumos do governo, rejeitando um alinhamento automático, como a defesa das políticas do *nosso governo*. Da mesma forma, deve rejeitar o entendimento das contradições e tensões internos do governo como sua *capitulação à lógica neoliberal*, e o posicionamento da Central no campo da oposição. Nem a postura voluntarista que desconsidera a realidade e, de forma indireta, faz o jogo da direita; nem a postura passiva, de apoio incondicional, que transformaria a Central num apêndice do governo, sem vida e sem perspectiva de classe. Para tanto é fundamental desdobrar a visão de projeto nacional em medidas concretas nas mais diversas áreas, combinando a defesa de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras com a construção de uma outra política econômica e social. Assim, a CUT deve:

- a) Incentivar as cooperativas de produção e autogestão, abrindo possibilidades para que os trabalhadores se tornem os donos de seus meios de produção, combatendo as falsas cooperativas, que

existem com o objetivo de fraudar direitos.

- b) Combater a informalidade e as péssimas condições de trabalho, com fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho.
- c) Combater a terceirização e exigir a realização de concursos públicos, especialmente para as áreas de Saúde, Educação e Previdência Social.
- d) Lutar pela reforma agrária, cumprindo-se o papel social da terra e disponibilizando terras ociosas, devolutas e aquelas utilizadas para plantio de drogas.
- e) Lutar pelo fim da impunidade no campo e das perseguições a militantes e dirigentes sindicais.

Papel do Estado, políticas públicas e atuação da CUT

Com a proclamação da República o Estado brasileiro moderno se constituiu a partir da herança da colonização predatória, que dizimou grande parcela das populações indígenas, dilapidou os recursos naturais e praticou a escravidão por mais de 300 anos, deixando cicatrizes nas formas de relação social, econômica e cultural. Essas cicatrizes podem ser identificadas nos dias atuais, seja na discriminação indistigável da raça negra e das mulheres no mercado de trabalho, seja nos veículos de comunicação de massa e em materiais didáticos escolares que reproduzem constantemente no imaginário popular os signos da dominação política, econômica e cultural das elites nacionais e internacionais e da sujeição dos trabalhadores, em todos os âmbitos.

A ênfase economicista nos rumos da política pública no Brasil não é recente, vindo desde o Império, através da subordinação político-econômica aos interesses do mercado internacional e da divisão internacional do trabalho. O Estado brasileiro serviu, historicamente, para o fortalecimento e a sustentação de elites nacionais que progressivamente se articularam com capitalistas estrangeiros. Ao longo deste período, podemos identificar, entre outros, os fenômenos do coronelismo e da política de imigração entre os séculos XIX e XX. Entre 1930 e 1945 teve papel preponderante na constituição do Estado brasileiro a atuação de elites



empresariais regionais, aprofundando seu caráter patrimonialista, originário dos tempos coloniais: prática de favorecimentos através de concessões públicas e de cargos com ampliação da burocracia para acomodar o apetite de enriquecimento via Estado. Nos anos 1950 o Estado serviu de base para o nacional-desenvolvimentismo, através do financiamento de infra-estrutura e da criação de empresas nacionais, como a Petrobras e outras, além da transferência de recursos para a iniciativa privada, por meio de diversos mecanismos, visando construir um moderno parque industrial no país e a correspondente conformação de uma mão-de-obra urbana adequada ao fordismo/taylorismo.

Podemos afirmar, em linhas gerais, que a experiência da democracia em nosso país, além de ser um fenômeno recente do ponto de vista histórico, foi, no decorrer do século passado, entrecortada por ditaduras civis e militares, opondo fortes entraves à organização social, ao direito de expressão e à circulação de debates políticos. Neste sentido, a experiência da cidadania republicana fez-se sufocada pela tutela estatal

– formada por sucessivos acordos de cúpula das elites, que abrangeu a organização política, o sindicalismo, o pensamento nas universidades e escolas públicas, os padrões da informação na mídia falada e escrita, e o meio cultural.

O processo de acumulação do capital e concentração de renda no Brasil não se deu sem resistências, desde os quilombos, o anarco-sindicalismo, o tenentismo de Prestes, a atuação dos partidos de esquerda em diferentes períodos, nos quais os movimentos populares lutaram para a democracia econômica e social e a ampliação dos direitos civis. No processo de abertura e redemocratização no Brasil, em fins dos anos 1970, no qual a politização das lutas do movimento popular e sindical teve papel fundamental, inaugurou-se um novo ciclo democrático, no qual a organização da sociedade civil impulsionou um expressivo avanço da democracia institucional, especialmente no processo constituinte de 1988, com a conquista de importantes leis voltadas para políticas sociais e a democracia participativa. Ao lado disso, a ascensão política de partidos identificados ao campo democrático-popular impulsionou experiências concretas de democratização e participação popular na política pública, implementadas em administrações locais e estaduais, e que se ampliaram e aprofundaram





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



nos últimos 15 anos, aproximadamente.

No entanto, em 1989, o projeto nacional democrático e popular foi derrotado por uma coalização das elites nacionais, desde as orientações e os interesses do capital internacional— cujo emblema passou a ser o Consenso de Washington. Vivemos mais de uma década de uma intensa reengenharia e desmonte do Estado em sua feição econômica e social, com a privatização de setores estratégicos e de serviços públicos essenciais. Ou seja, as políticas públicas voltadas para o bem comum e a garantia das condições de dignidade humana foram novamente submetidas a compromissos econômicos, desta vez com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que, além de expropriar divisas nacionais, condicionaram o financiamento aos setores públicos nacionais à lógica da financeirização do capital e das regras do mercado. Como exemplo, condicionaram-se empréstimos para o financiamento da educação pública brasileira aos parâmetros e prioridades do Banco Mundial. Neste contexto, a desvalorização dos serviços e servidores públicos, somada à desqualificação de lideranças e do movimento social organizado, foi a tônica presente na política de reestruturação do Estado, que, em vez de combater seu patrimonialismo, o aprofundou, colocando a serviço do mercado a política que deveria ser para o bem comum.

É necessário, portanto, dar outro rumo à história da senzala e da casa-grande, do processo de exploração da imigração, da subordinação das mulheres, da escravização infantil, das precárias relações de trabalho, entre outros males tão presentes ainda hoje. Desenvolvimento e modernidade têm sido uma obsessão perseguida pelas elites brasileiras, a partir de modelos europeus e norte-americanos, há 500 anos. Os critérios econômicos utilizados para—“medir” desenvolvimento, como os atuais Produto Interno Bruto, balança comercial e níveis de produtividade, naturalizaram a idéia de que vivemos em um país desenvolvido, a oitava ou décima economia mundial. Porém, este desenvolvimento econômico fez-se à custa de uma das maiores concentrações de renda do mundo neste país, onde se convive com os mais altos índices de bem-estar ao lado da mais ampla miséria e carência.

No Brasil, instalaram-se poucos rudimentos de um Estado de bem-estar, destruídos pela globalização da



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



economia que aprofundou, nos países em desenvolvimento, uma histórica exclusão social que podemos ver nos índices de desemprego e no aumento da indigência. Por outro lado, a globalização tornou a perda de direitos sociais um fenômeno mundial. As resistências ferrenhas dos trabalhadores em todos os continentes e setores fortalecem a idéia de que a construção do Estado que interessa aos trabalhadores, com a recuperação de valores democráticos e solidários, é um processo em permanente disputa.

Um dos aspectos centrais no processo de globalização neoliberal tem sido a busca incessante da redução do papel do Estado como regulador e promotor do processo de desenvolvimento econômico e social nos diferentes países, assim como no Brasil. O “Estado mínimo” como perspectiva neste contexto nada mais significou do que um atentado do “supremo mercado” contra a soberania nacional e a democracia, com maior intensidade nos países em desenvolvimento. Cabe à CUT lutar pelo rompimento com o processo de privatização dos serviços públicos, responsabilizando o Estado pela garantia e recuperação dos serviços públicos e pelo fortalecimento do público em detrimento do privado, pois onde não existe a intervenção pública do Estado abrem-se brechas para o crescimento do crime e da marginalidade social.

O mercado nacional e internacional tem hegemonizado a condução dos processos do desenvolvimento econômico cada vez mais centralizado pelas grandes corporações. O Estado, por sua vez, tem se transformado em mero gestor de políticas ditadas por organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Neste contexto, FHC aprofundou a abertura indiscriminada do mercado nacional, implementou a reforma do Estado brasileiro, consignada na reforma administrativa, nas privatizações e na “terceirização” de serviços essenciais. Além disso, os oito anos do governo passado caracterizaram-se pela concentração de poder no Executivo, com a edição de inúmeras e reiteradas medidas provisórias, visando garantir a estabilidade monetária e a flexibilização de direitos dos trabalhadores e cidadãos.

Com a vitória de Lula em 2002, tornam-se maiores as possibilidades para uma efetiva democratização do Estado: a construção de uma democracia participativa e de uma cidadania de fato. O projeto político e a mobilização popular que venceram o medo e o conservadorismo são a força para que a disputa de hegemonia



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

e a construção de uma sociedade socialista, democrática, justa e igualitária alcancem outro patamar. Neste sentido, a CUT estará disputando concepções, políticas e projetos em todos os âmbitos sociais” – no Estado, na relação com o capital e o empresariado, e com outras centrais sindicais, estabelecendo um marco de alianças com a sociedade civil organizada no campo democrático e popular. A democratização do Estado, com reflexos importantes nos sistemas de regulação das relações sociais em geral — formas coordenadas de sociabilidade e participação e ampliação do acesso a bens e serviços, e das relações entre capital e trabalho —, com a democratização das relações nos locais de trabalho e nos estamentos jurídicos estabelecidos, é uma disputa de concepção de sociedade e de papel do Estado a ser travada em várias frentes.

A CUT já possui acúmulo no debate e formulações voltadas para a democratização do Estado e das políticas públicas, como também experiências concretas de gestão de políticas e de participação ativa em diversos conselhos públicos – Emprego e Renda, Saúde, Saneamento, Educação, entre outros. Se por um lado democratizar o Estado significa interromper a lógica do financiamento da iniciativa privada, em detrimento dos cidadãos, do trabalho digno e do emprego, e conferir eficácia ao planejamento e à execução das diversas políticas e serviços públicos, por outro lado significa colocá-lo a serviço da república e da democracia em um compromisso radical com a defesa da coisa pública, da transparência, do efetivo acesso à informação.

É necessário também recolocar as políticas públicas no campo do direito, com a defesa e ampliação da cidadania dos trabalhadores, tomados individualmente e como classe, além de políticas afirmativas de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, entre outras. Em outras palavras, significa exigir que o Estado garanta a universalização das políticas públicas, entendidas como proteção social e, portanto, como direito de toda população brasileira. Isto implica por parte do governo a garantia da qualidade dos serviços prestados e a implementação de mecanismos e controle social das políticas públicas, bem como o impedimento a quaisquer formas de mercantilização e privatização de tais serviços. Um Estado eficiente, ágil, que valoriza o funcionalismo público e cumpre seu papel regulador, gestor, executor e fiscalizador, efetivamente controlado pela sociedade e pelos cidadãos, é também a melhor estratégia contra o desperdício, a corrupção, a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



discriminação e a omissão. Um Estado democrático requer também o controle externo do poder Judiciário com participação da sociedade civil organizada, em especial trabalhadores, centrais sindicais e sindicatos; a democratização do Judiciário com a participação dos trabalhadores na escolha dos presidentes de Tribunais de Justiça; e a implementação de Orçamento Participativo, que permita aos trabalhadores discutir o orçamento do Judiciário, trazendo transparência ao poder.

O novo governo está propondo a criação de diferentes espaços de participação da sociedade na condução das políticas estatais – conselhos, fóruns, entre outros. Neste sentido, a CUT e os setores nela organizados devem impulsionar fortemente a ampliação da transparência no trato da coisa pública e dos controles sociais sobre as políticas e programas governamentais, colocando-se como um ator relevante e principal para representar os trabalhadores e trabalhadoras, visando a garantia e a ampliação de direitos.

A CUT deve intensificar suas ações na relação com o Estado, o governo e a sociedade civil, visando aprofundar a democracia no Brasil com a efetiva democratização do Estado e a participação da sociedade e dos trabalhadores na definição, na gestão e no controle social das políticas públicas. Uma democracia radical, socialista, e econômica e social. Uma importante tarefa para a CUT neste período deve ser a de resgatar, organizar e coordenar a formulação de propostas para políticas públicas, no marco da disputa de hegemonia e da defesa dos direitos dos trabalhadores – direitos individuais, coletivos (de classe) e de grupos (políticas afirmativas de gênero, raça, geração, orientação sexual etc.), em dois âmbitos de direitos, que se complementam:

- Direitos gerais de cidadania identificados com qualidade de vida, refletidos nas chamadas políticas sociais – sistema público de emprego (políticas ativas e passivas), saúde, habitação, educação, saneamento básico, meio ambiente saudável, entre outras.
- Direitos dos trabalhadores, a partir da concepção de trabalho decente/digno, e no marco do modelo de desenvolvimento, do sistema de regulamentação capital-trabalho e da organização e ação sindical defendidas pela CUT.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



A proposta de sociedade defendida pela CUT pressupõe a universalização de direitos e, neste rumo, é fundamental que as políticas públicas sejam definidas para promover a igualdade de direitos entre segmentos populacionais desiguais, diferenciados quanto a poder econômico, cultura, origem racial, gênero, geração e posse de necessidades especiais, promovendo, em larga escala, políticas afirmativas de inclusão, tanto na cidadania em geral quanto no mundo do trabalho.

Deste modo, a forma como são definidas e planejadas as políticas públicas deve considerar, para todas as políticas e programas: a concepção de desenvolvimento sustentável e solidário nos aspectos socioambiental e econômico; a realidade regional— meio ambiente, estrutura, equipamentos, serviços disponíveis, aspectos culturais (como os costumes alimentares, por exemplo); e especialmente a real composição de renda, étnica, de mulheres, de jovens e idosos e de portadores de necessidades especiais que compõem o público usuário e beneficiário dos bens e serviços públicos. A atuação da CUT para a universalização de direitos, deve pautar-se pelos seguintes eixos:

Inclusão social – combate à pobreza e à miséria e implementação de ações afirmativas, voltadas para a geração de emprego e renda, acesso à educação (em especial para jovens e adultos), saúde (em especial saúde reprodutiva e saúde do trabalhador), habitação, saneamento, cultura e lazer, entre outras.

Mudança cultural— desnaturalização de práticas cotidianas, discriminatórias e segregacionais de qualquer espécie, combatendo a banalização da degradação social e da violência, mediante ações afirmativas na veiculação de campanhas públicas publicitárias, na educação (em especial nos materiais didáticos) e na condução de programas governamentais em geral.

Equipamentos sociais e infra-estrutura adequada às necessidades e aos direitos da população, como a educação infantil: um direito da criança e da mulher trabalhadora, através de creches, pré-escolas e atendimento integral nos primeiros anos do ensino básico.

No interior da CUT a concepção e os direitos que defendemos estão expressos em políticas relacionadas a trabalho, educação, seguridade social e saúde, saúde do trabalhador, segurança pública, meio ambiente,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

habitação, juventude, raça, gênero, emprego e renda, entre outras; e têm sido formuladas nos âmbitos horizontal e vertical/setorial da Central de modo disperso. Além disso, tanto a CUT nacional quanto os setores e estaduais desempenham papéis diferenciados e complementares na complexa malha estatal federal, estadual e local, na qual se definem e implementam essas políticas. Visando garantir as condições para disputar hegemonia, a organização interna da Central deve ser planejada pela Direção Nacional no próximo período, priorizando:

- a) Envolver os diversos setores e estaduais da CUT em um espaço permanente de debate, formulação e atuação conjunta nas políticas públicas, visando à otimização de esforços; na democratização do Estado em todos os níveis; na definição e na defesa de critérios e instrumentos de gestão e controle social; e na participação em conselhos de gestão de políticas públicas.
- b) Junto com as entidades da CUT, identificar, centralizar e socializar (em conjunto com a política de comunicação) as produções (livros, vídeos, jornais etc.), as iniciativas e os diversos resultados alcançados (como a negociação Convenção 100 da OIT – relativa à igualdade de remuneração entre homens e mulheres por um trabalho de igual valor), visando dar visibilidade às políticas geradas nos diversos âmbitos e maior unidade de ação na Central.
- c) Promover atividades para aprofundamento de temas e diálogo no conjunto da CUT (conferências, seminários, oficinas); da Central com o Governo; e da Central com a Sociedade Civil – aglutinando estes setores na perspectiva de um arco de alianças.
- d) Organizar nossa intervenção junto ao Congresso Nacional e ao Executivo, visando garantir nossas propostas no orçamento federal: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; assim como o acompanhamento da implementação do orçamento. Orienta-se que nos estados e municípios o mesmo procedimento seja adotado.
- e) Intensificar a participação da CUT nos conselhos de gestão das políticas públicas, e buscar a redefinição dos marcos de participação para uma democracia substantiva. Para tanto, devemos debater acerca



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



de critérios de representação, composição, funcionamento, atribuições e papel dos conselhos de gestão das diferentes políticas públicas.

f) Formular propostas concretas para políticas de financiamento público em geral, e do uso de fundos públicos em particular, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Formular, propor e fortalecer instrumentos de controle social, tanto organizados pelo Estado para a sociedade quanto organizados e mantidos autonomamente pela Central, sobretudo no que diz respeito à elaboração e à execução de metas e prioridades do orçamento público.

h) Fomentar o debate e as formulações sobre a função pública de empresas estatais, aprofundando a problematização da privatização do Estado implementada durante a era FHC.

i) Na relação da CUT com o Legislativo federal, estadual e municipal, devemos formular emendas constitucionais em conjunto com parlamentares, deputados e senadores comprometidos com a classe trabalhadora, para efetivar o papel do Estado e das políticas públicas que defendemos, como também intervir na construção das leis orgânicas dos municípios.

j) Propor a imediata retirada das empresas estatais do Plano Nacional de Desestatização (PND), revendo as empresas estatais privatizadas na era Collor e FHC.

Desenvolvimento, emprego e renda

Contemplando os interesses populares, o governo Lula poderá criar as condições sociais e econômicas para mudar os rumos do país e fugir ao círculo vicioso da estagnação, ampliando o consumo popular, fortalecendo o mercado interno e estimulando o crescimento. A redução da jornada de trabalho e outras medidas de combate ao desemprego, por exemplo, podem proporcionar o aumento da capacidade produtiva e da riqueza nacional ao incorporar à atividade econômica milhões de trabalhadores excluídos do mercado pelo neoliberalismo, que só se impõe ao custo da semi-estagnação da economia e do desemprego em massa. A





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



política de depreciação da força de trabalho que caracterizou a era FHC no Brasil não acarretou progresso social e econômico, mas o estancamento da renda *per capita* e a exacerbação da vulnerabilidade e da dependência externa, da miséria e da violência.

Não há contradição entre uma política de valorização do trabalho e o novo modelo de desenvolvimento econômico. Pelo contrário, a filosofia da valorização da força de trabalho, que constitui o componente mais dinâmico das forças produtivas modernas, deve ser entendida como um fundamento da nova política econômica; os interesses dos trabalhadores estão em harmonia com o progresso e podem favorecer o crescimento sustentado da economia e do nível de emprego com base no engrandecimento do mercado interno.

Um novo modelo de desenvolvimento deve estar fundamentado na construção da democracia como um valor universal e estratégico. Uma democracia radical, econômica e social, que dê plenas condições às opções dos indivíduos e autonomia aos grupos organizados. A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, sustentável nos aspectos econômicos, ambientais e sociais, só poderá ter êxito se acompanhada, também, da democratização do Estado, com controle social, e das relações sociais. Esse novo modelo deve também basear-se na solidariedade como um valor essencial e como estratégia de construção. A solidariedade social e econômica entre povos, entre gerações, entre categorias, entre grupos sociais e entre as pessoas é uma característica da humanidade que devemos resgatar e reconstruir.

Dessa forma, a política econômica nacional, além de fortalecer instrumentos para a maior distribuição de renda, deve implementar mecanismos para o incremento da produção e alavancar o consumo de massa no país, através do desenvolvimento industrial e do setor de serviços. Um potencial importante é o investimento nos setores de bens de consumo de massa e o fortalecimento de setores que utilizam intensivamente mão-de-obra. Visando a superação das desigualdades regionais, a criação de empregos diretos e indiretos e pelo potencial de desenvolvimento econômico, a CUT considera que uma das possibilidades é que a Petrobras, em sua política de investimentos, deve priorizar a construção imediata de uma refinaria do Nordeste, o que



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



representa 2 bilhões de dólares e 60 mil empregos diretos na região.

É prioritário que as políticas de financiamento, investimento e utilização dos recursos públicos privilegiem critérios sociais de geração de emprego e renda para os trabalhadores. Desse modo, as distintas iniciativas tomadas no âmbito governamental, através de vários ministérios – Planejamento, Desenvolvimento e Comércio, Desenvolvimento Agrário, Fazenda, dentre outros –, devem ser balizadas por políticas sociais de emprego e renda, inclusão social e cidadania, nos ministérios correspondentes— Trabalho e Emprego, Assistência e Promoção Social, Educação, Saúde, Habitação, entre outros. Ademais, é preciso articular as diversas iniciativas para o desenvolvimento econômico e produtivo a políticas de inclusão progressiva dos trabalhadores, através de programas e políticas sociais de combate à fome e ao desemprego, entre outras, criando as bases para uma cidadania ampla e perene. Ou seja, as políticas e programas sociais devem superar o viés compensatório e alcançar o patamar de políticas ativas.

A CUT considera necessário que o governo estabeleça fóruns adequados para a definição de políticas setoriais, garantindo a paridade de representação entre governo, empresários e trabalhadores. Nossa atuação nestes espaços públicos deve se pautar tanto pela preservação do mercado de trabalho e ampliação do emprego e da renda quanto pela garantia dos direitos dos trabalhadores e mecanismos de proteção social. É também necessário criar estratégias que garantam o espaço das mulheres no mercado de trabalho, visando romper com a discriminação sexista, seja através das políticas públicas de emprego e renda, seja mediante iniciativas de desenvolvimento local, sustentável e solidário.

A Central Única dos Trabalhadores iniciou no final dos anos 1990 a implementação de uma grande inovação em termos de políticas para o trabalho. A forte onda de desemprego e a redução das expectativas quanto às políticas tradicionais de geração de emprego motivaram inúmeros projetos alternativos, como o Projeto CUT-Contag – que a partir de um grande levantamento de experiências e de processos de desenvolvimento rural em todo o país formulou uma plataforma para o desenvolvimento sustentável e solidário, apontando as cooperativas como um grande instrumento de geração de renda e de fortalecimento da



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

agricultura familiar – e o Projeto Nacional de Qualificação Profissional da CUT – que desenvolveu um amplo processo de formação e de mobilização das comunidades estimulando a organização dos trabalhadores para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável e solidário e para a organização de empreendimentos autogestionários.

A Agência de Desenvolvimento Solidário, criada em 1999, vem desenvolvendo metodologias pioneiras e sofisticadas para promover processos de desenvolvimento local integrados a formas solidárias de organização econômica. Um importante aspecto da formação dos complexos cooperativos e das cooperativas de crédito é o papel fundamental que os sindicatos da CUT vêm desempenhando, com a mobilização das comunidades e das categorias para o debate e a organização de iniciativas de economia solidária. Os avanços alcançados são nítidos, mas apresentam também uma forte restrição. A economia solidária é uma atividade econômica que apresenta uma especificidade com relação a outros tipos de formas de organização da produção e do trabalho. Além do caráter econômico, imprescindível para o fortalecimento da economia solidária, é fundamental que os trabalhadores desses empreendimentos sejam protagonistas de movimentos políticos que possibilitem uma maior coesão e identidade deste segmento, bem como políticas públicas e um quadro institucional que permita o seu pleno desenvolvimento.

É fundamental também se garantir um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário que se contraponha, como uma alternativa, ao modelo neoliberal construído a partir da modernização conservadora da agricultura, hoje hegemônico no mundo. A agricultura é a principal força geradora do desenvolvimento da grande maioria dos municípios brasileiros, proporcionando também o desenvolvimento dos setores comercial, industrial e de serviços, ou seja, mais empregos, mais impostos arrecadados e desenvolvimento social e econômico. A captação de recursos de poupança nas pequenas cidades está alicerçada na agricultura familiar, e a geração de emprego, de serviços e o “giro” no comércio e nos bancos das pequenas cidades também dependem do acesso a políticas públicas adequadas.

É necessário fortalecer as ações e os laços entre as inúmeras atividades locais, incluindo as



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

implementadas nas sedes dos municípios, nos chamados “municípios rurais”. A organização da produção ao longo da cadeia produtiva, incluindo industrialização e comercialização, com base na cooperação, é o ponto de partida para o fortalecimento da organização de base e da formulação de propostas de política agrícola, mercado e tecnologia, bem como o espaço da vivência de novos valores e relações entre as pessoas. No nível das comunidades, a organização da produção através de grupos, associações e cooperativas, comercialização e beneficiamento dos produtos agrícolas é fundamental.

A reforma agrária é um direito e uma reivindicação histórica dos trabalhadores. Junto a esta luta, para consolidar uma proposta de desenvolvimento baseada nos princípios acima apresentados, uma série de políticas deverá ser executada, tanto no âmbito agrário como no agrícola: políticas de assistência técnica, pesquisa e ensino; políticas de crédito e fomento; desenvolvimento da produção agroecológica e orgânica; políticas de incentivo à agroindústria familiar; políticas de apoio à comercialização; programa de habitação e políticas de educação para o meio rural; seguro agrícola, programa que substitua o uso de combustíveis à base de petróleo por combustíveis vegetais (a partir do óleo de mamona, dendê ou girassol) ou o álcool de cana-de-açúcar; fundo de aval, certificação dos produtos, eletrificação rural, garantia de preço mínimo da produção, armazenamento, aproveitamento da mão-de-obra técnica disponível, investimento em qualificação profissional; entre outras. Além dessas, implementar uma política de aquicultura nos estados litorâneos, aproveitando as experiências de Santa Catarina com a maricultura e do Nordeste com a criação de lagosta, garantindo-se a criação de conselhos municipais, estaduais e federal de controle das políticas implementadas para a aquicultura.

Devemos, portanto:

- a) Propor, incentivar e reivindicar políticas públicas de crédito, capacitação, assistência técnica, desenvolvimento tecnológico, promoção de mercados e políticas desenvolvimento local, essenciais para criar condições mais adequadas para uma inserção equitativa dos empreendimentos solidários no mercado.
- b) Incentivar as formas autônomas de organização dos trabalhadores, reivindicando a definição



conjunta com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público de critérios claros e objetivos para a fiscalização das cooperativas.

c) Reivindicar mecanismos eficazes de controle, fiscalização e coibição às cooperativas e *fundações* criadas por empresas cuja única finalidade é reduzir os custos do trabalho, reduzindo os direitos dos trabalhadores e precarizando as relações de trabalho.

d) Propor e reivindicar alterações na Lei de Falências e na legislação e regulamentação do sistema financeiro, visando o fortalecimento e a livre organização dos trabalhadores em empreendimentos coletivos.

e) Aprofundar a formulação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, propiciando um processo da transformação alicerçado e focado principalmente na economia familiar.

Quando falamos em desenvolvimento sustentável e solidário, é relevante destacar que tais conceitos estão em construção e em disputa teórico-política. Foi sobretudo nos anos 1990 que o debate sobre sustentabilidade ganhou corpo, incorporando preocupações de caráter social, como emprego, educação, necessidades básicas, além da percepção do comprometimento das bases ambientais para qualquer perspectiva de progresso futuro. Assim cunhou-se a expressão “desenvolvimento sustentável”, a partir da qual se procurou incorporar a questão ambiental ao rol de problemas a serem equacionados nas propostas de desenvolvimento. Essa concepção foi consagrada, sobretudo, a partir da Conferência Rio-92 realizada no Brasil, embora venha sendo timidamente incorporada nas políticas públicas e nas práticas sociais.

Dadas as consequências danosas do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas, com forte exclusão social e degradação ambiental, e as críticas direcionadas a este modelo, organismos governamentais, não-governamentais e organismos multilaterais, como o Banco Mundial, têm promovido e apoiado um rol de iniciativas que se pautam pela busca da sustentabilidade que, a nosso ver, são limitadas. Queremos atingir dimensões fundamentais que permitam o incremento da capacidade produtiva, individual e coletiva sob bases efetivamente sustentáveis e solidárias.

Algumas dimensões destacam-se como fundamentais na busca da sustentabilidade: o equilíbrio dos



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

aspectos ambientais, econômicos e sociais, como garantia da reprodutibilidade dos recursos humanos e ambientais em longo prazo; o respeito e o trato afirmativo das diferenças de gênero, raça e geração, como garantia de respeito à diversidade e de pleno envolvimento destes segmentos; a geração de renda e a conquista da cidadania, como instrumentos fundamentais de acesso aos recursos materiais e aos equipamentos sociais básicos para a reprodução de condições dignas dos indivíduos.

A partir da compreensão dessa realidade a CUT deve formular propostas e implementar ações para a construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário que dialogue com questões que se delineiam no debate desta nova conjuntura de “esperança”, levando em conta as especificidades regionais. Uma nova política regional requer a priorização do investimento na agricultura familiar, considerando-se particularmente o desemprego e a escassez de recursos para investimentos; além da descentralização dos investimentos nos diversos setores econômicos, em especial os propulsores de desenvolvimentos tecnológicos.

É também necessário considerar que nas eleições de 2002, apesar dos avanços políticos do campo democrático popular, as forças conservadoras mantiveram significativos redutos políticos em várias regiões – a título de exemplo, cerca de metade da bancada federal do PFL foi eleita no Nordeste. Várias regiões detêm um grande potencial de mobilização devido ao grande número de organizações políticas, sindicatos, universidades e ONGs, entre outras, que atuam em políticas de desenvolvimento sustentável regional. Neste sentido, A CUT, além de ampliar sua base de representação nas regiões, deve atuar de forma mais articulada, a partir da definição mais precisa para projetos regionais.

Políticas de emprego e renda e sistema público

No Brasil não se constituiu ao longo da história um verdadeiro sistema público de emprego, situado nos marcos da proteção social alcançada nos países desenvolvidos. Nem mesmo as operações mais elementares voltadas para a intermediação da mão-de-obra foram concretizadas nacionalmente através do Sistema



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Nacional de Emprego (SINE). Com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) do qual a CUT foi protagonista e participa, criou-se a possibilidade de um sistema público. No entanto, é preciso avançar rumo a uma efetiva política pública de trabalho, emprego e renda.

O ponto de partida para a renovação das bases de um sistema público de trabalho, emprego e renda deve ser parte do esforço para recolocar as políticas públicas no campo do direito, como uma tarefa permanente do Estado, para conferir perenidade, estabilidade e qualidade à política. Neste sentido, deve-se buscar a articulação do conjunto das políticas, ativas e passivas, de emprego e renda, bem como garantir o financiamento institucionalmente ordenado e alocado no Fundo de Amparo ao Trabalhador. Gerar emprego e renda deve ser uma diretriz constituinte desta política.

A primeira tarefa, evidentemente, é a de coordenar, integrar e articular as políticas já existentes – intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego, qualificação profissional, pesquisa sobre o mercado de trabalho, fomento à alternativas de trabalho e renda, e os diversos atores já organizados em torno delas. Trata-se, portanto, de garantir que todos os trabalhadores possam ter acesso a todas as políticas, e que, ao mesmo tempo, o foco de cada política seja bem delimitado, evitando-se dispersão de esforços e recursos.

Uma vez estabelecido um novo arranjo articulado das políticas públicas voltadas para os trabalhadores no mercado de trabalho, é possível alcançar também um rearranjo da rede de atores hoje atuantes em torno dessas políticas. Em especial, pode-se definir melhor as atribuições das instâncias federal, estadual e municipal, conferindo maior autonomia às ações descentralizadas, emanadas das comissões municipais de emprego.

Da mesma forma, é preciso garantir que esse novo arranjo contemple com maior clareza o papel dos atores não-estatais – em particular das centrais sindicais e o “Sistema S” – tanto no que toca à sua participação na gestão e execução direta das políticas quanto no que diz respeito à sua intervenção no controle social e na participação nos conselhos gestores em todas as esferas.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Em ambas as frentes, esse rearranjo articulador deve ser realizado simultaneamente a uma reorganização ampla de cada política específica, visando adequá-las às novas realidades do mercado de trabalho – utilizando como base privilegiada de informações as pesquisas de emprego e desemprego, também custeadas parcialmente com recursos do FAT – e conferir a elas foco mais claro e preciso.

Este processo de articulação e integração das diversas políticas e dos diferentes atores deve, inevitavelmente, fomentar um debate sobre a função prioritária do FAT. Atualmente o FAT constitui-se em uma das maiores e principais fontes de recursos destinados para os mais diversos projetos no país: grandes empresas, pequenas, médias e microempresas, microcrédito, crédito rural vinculado à agricultura familiar, entre outros.

Durante o governo FHC duras e acertadas críticas foram feitas à utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador nos processos de privatizações em diferentes setores e reestruturação de empresas, gerando desemprego e contrariando sua função original de proteção social. Também foi criticada, especialmente pelas entidades da educação, a política educacional implementada, que, inspirada nas diretrizes do Bird/BID para a desresponsabilização progressiva do Estado com o financiamento e a gestão do ensino, avançou em sua meta de privatização sob o álibi da “gestão social” e que, no caso da educação profissional, tem se caracterizado pelos seguintes aspectos:

- a) Separação entre formação geral e formação profissional, como forma de adestramento ao mercado de trabalho, mediante a criação de sistemas distintos de educação.
- b) Fragmentação do ensino, através da modularização de cursos e segregação de habilidades – básicas, específicas e de gestão que, por si, não chegam a constituir algum percurso formativo.
- c) Dispersão da gestão pública e estatal, através de múltiplos órgãos públicos que atuam na política de educação e formação profissional.
- d) O conceito neoliberal de *empregabilidade*, materializado pela política desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do FAT, a partir do qual os trabalhadores e trabalhadoras são





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



responsabilizados individualmente pelo desemprego, fruto do caráter destrutivo que a acumulação capitalista assumiu na contemporaneidade, atingindo tanto as forças produtivas quanto os recursos naturais.

e) Além desses aspectos, a utilização dos recursos do FAT originou um processo de reiteração de dependência, principalmente política, de diferentes entidades em relação aos recursos do Estado, inclusive na CUT, transformando alguns de seus sindicatos em meras “escolas profissionais”.

No tocante ao emprego e à educação e formação profissional, a CUT deve defender um sistema público de emprego, articulado entre os governos federal e estadual, escolas técnicas, universidades públicas, sindicatos e centrais sindicais, com uma política de investimento massivo na produção. É fundamental que este sistema garanta um controle social financeiro e pedagógico, na perspectiva de uma formação contínua e de qualidade.

Além disso, as políticas públicas de emprego e educação profissional devem romper com a ideologia da *empregabilidade*, com a atual lógica de adestramento de trabalhadores, com a forma de gestão do “Sistema S”, e com os moldes de gestão de FHC, acabando com a utilização privada dos recursos públicos, como vem ocorrendo com os recursos do FAT. As verbas públicas voltadas para a formação profissional devem ser centralizadas e distribuídas tendo como contrapartida os resultados e acompanhamento público e social dos programas a serem desenvolvidos e a prestação de contas sistemática. Propomos que o governo Lula realize um processo público de apuração do programa de distribuição dos recursos do FAT, inclusive a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme aprovado no 7º Concut, considerando as denúncias da má utilização desses recursos.

Reafirmamos que é papel da CUT e dos sindicatos cutistas promover a formação política e exigir do Estado a educação formal integral em todos os níveis e modalidades. O direcionamento de políticas de financiamento por parte do FAT e do BNDES deve atender o aumento das parcelas do seguro-desemprego e motivar e incentivar a geração de empregos, com todos os direitos trabalhistas assegurados. A CUT deve continuar problematizando tal situação e provocar no âmbito do Condefat um debate sobre as prioridades para o uso do FAT.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



O FAT e suas linhas de financiamento devem priorizar o desenvolvimento econômico, social, sustentável e solidário, potencializando as diversas políticas públicas voltadas para o fortalecimento do mercado de trabalho, as formulações e estratégias para uma nova política industrial e de comércio exterior que revigore as políticas agrícola e agrária, bem como ações fundamentais para o fortalecimento das experiências no campo da economia solidária.

No que se refere ao mercado formal de trabalho, é imprescindível articular a habilitação ao seguro-desemprego, ao abono salarial e à intermediação da mão-de-obra. É preciso também garantir que os beneficiários do seguro-desemprego tenham acesso, no momento mesmo de sua habilitação, a alternativas de requalificação profissional, a iniciativas de auto-gestão solidária, empreendedorismo, assim como a informações sobre formas e linhas de crédito e financiamento. Nas discussões relativas às políticas de emprego e renda, é preciso abordar o tema da saúde do trabalhador e as condições de trabalho. Assim a CUT deve intensificar políticas em defesa da saúde do trabalhador, fortalecendo a representação dos trabalhadores nas CIPAs, além de continuar o debate junto ao governo federal sobre a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador no SUS (Renast).

Em relação ao mercado informal de trabalho, é preciso intensificar as denúncias e formas de luta ao trabalho precarizado, praticado por inúmeras empresas, combatendo a terceirização, o subemprego e o trabalho informal, defendendo a extensão de direitos para todos os trabalhadores e a inclusão dessa força de trabalho na previdência social. Muitos têm sido os estudos sobre os efeitos da terceirização e demais formas de desregulamentação do mercado de trabalho. A terceirização é uma fraude que visa baratear o salário e diminuir

“impostos”, apenas para aumentar os lucros das empresas. Terceirização, cooperativas, interposição fraudulenta de mão-de-obra, e assemelhados não têm tido o enfrentamento necessário por parte da CUT, que tem ainda uma formulação política muito frágil acerca dessa matéria, não incidindo, por exemplo, de maneira decidida no debate no Congresso Nacional que discutiu a terceirização.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

No setor público, a terceirização burla o concurso público e alimenta os caixas dois de políticos que transferem serviços públicos para empresas privadas que, posteriormente, financiarão suas campanhas e seus cabos eleitorais. Este é um momento privilegiado para se discutir os efeitos da terceirização, não só sobre os trabalhadores diretamente atingidos, mas também sobre o conjunto da população. Nos EUA pós-11 de setembro, a terceirização recuou na segurança dos aeroportos. Na Petrobras, depois do acidente da P-36, a terceirização também sofreu uma derrota. Em vários setores da economia, seus efeitos são nefastos. No saneamento básico, as terceirizadas, verdadeiras “bocas-de-porco”, esburacam as ruas das cidades. No setor elétrico e de telefonia também. No setor bancário, além das demissões dos bancários, a terceirização ganhou as páginas dos jornais da grande imprensa, pois acaba com o sigilo bancário dos clientes. Nos serviços públicos, os índices de subemprego já alcançam o patamar de 40%. Além disso, junto com a terceirização, surgem todas as marcas da precarização das relações de trabalho, que devem ser combatidas e superadas, garantindo-se os direitos para todos os trabalhadores.

Por outro lado, é preciso conferir prioridade às políticas de fomento e construção de alternativas de trabalho e renda, articuladas com qualificação e requalificação profissional. As experiências desenvolvidas no âmbito da CUT demonstram que, quanto maior essa articulação, mais efetividade social se alcança frente às expectativas dos trabalhadores. Além disso, é necessário combater o trabalho escravo e o trabalho infantil, garantir a proteção do trabalhador adolescente de acordo com a legislação, além de uma política de primeiro emprego que garanta a inserção da juventude no mercado de trabalho, sem exploração de sua mão-de-obra.

Avançar no desenvolvimento de métodos para estudos de impacto das políticas públicas, identificando os benefícios sociais das políticas de geração de trabalho, emprego e renda, e os resultados para a reinserção dos trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, é um dos maiores desafios que devemos enfrentar. A CUT já possui uma experiência relevante, alcançada com a metodologia de avaliação externa do Projeto Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), desenvolvida entre a Secretaria Nacional de Formação e a Unitrabalho, onde aferimos os principais impactos das nossas ações no âmbito da qualificação profissional. Tal



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



experiência deve ser apresentada para o governo e para a sociedade como uma das possibilidades metodológicas no campo da avaliação de resultados e impactos das políticas públicas, em particular daquelas de geração de trabalho, emprego e renda.

Reformas em curso e a posição da CUT

O governo Lula venceu as eleições de 2002 com uma plataforma de mudanças anunciadas, entre outros aspectos por um conjunto de reformas que têm sido debatidas na imprensa, na sociedade e no interior da CUT. Coerentemente com nossa estratégia de disputa de hegemonia é prioritário travar a disputa sobre o caráter político-ideológico das reformas em curso.

Nos anos 1990 o neoliberalismo “raptou” o conceito de reforma, até então próprio das esquerdas, para reformar o Estado e minar sua capacidade de intervir na economia, em benefício dos grandes capitais. FHC conseguiu firmar uma agenda de reformas baseada em conceitos como a redução do custo-Brasil, para atacar direitos trabalhistas, precarizar as políticas públicas e sociais e aumentar o superávit primário, garantindo o pagamento da dívida interna e externa. Junto a isto, o neoliberalismo utilizou diversos mecanismos para enfraquecer a base social das organizações populares. O sentido das reformas que a CUT defende, junto com outros setores do campo democrático e popular, é exatamente o oposto a este.

Trata-se de defender e ampliar direitos sociais e trabalhistas, de aumentar a capacidade de fazer políticas de desenvolvimento, de defender a economia nacional no mercado mundial, de transferir renda para os setores mais pobres, de distribuir riqueza. As *reformas populares* devem se orientar ainda pelo objetivo de fortalecer as bases sociais das organizações populares. Isto significa apoiar as medidas emergenciais de combate à fome, à pobreza e ao desemprego; apoiar as reformas agendadas pelo governo, desde que orientadas para promover o desenvolvimento com justiça social, a distribuição da renda e o respeito aos direitos adquiridos; exigir maior controle sobre os fluxos de capital, um outro relacionamento com a oligarquia do setor financeiro e a mudança da política econômica.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

A CUT deve lutar para que a reforma tributária seja a prioritária, pois é ela que define quem pagará as contas, apresentando propostas de caráter estrutural e exigindo o fim da sonegação e a criação de mecanismos de controle público e social. A Central intensificará os debates, formulações e mobilizações, desde os locais de trabalho, para garantir o caráter popular da reformas. Junto a isto, deve intensificar e ampliar as alianças com setores do campo democrático popular, visando fortalecer as bases sociais das organizações populares na defesa de nossas propostas.

A CUT deve buscar junto ao governo a defesa de uma maior participação da sociedade e das entidades sindicais na discussão das propostas sugeridas. As reformas não podem, de forma alguma, ser movidas pelos interesses do capital e do FMI e sim pelos da classe trabalhadora de forma geral. Para viabilizar as reformas em curso, consideramos também que o governo Lula deve tomar iniciativas para liderar um processo de renegociação da dívida externa no âmbito do Mercosul e da América Latina, além da interrupção do processo de desnacionalização e privatização das empresas públicas.

A CUT lutará para que as reformas em curso orientem-se por:

- Uma nova política econômica orientada para a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, ampliação do nível de emprego e redução da taxa de juros.
- Defesa intransigente e ampliação dos direitos dos trabalhadores, justiça social com distribuição de renda e universalização do acesso aos bens e serviços públicos, em especial saúde, educação e previdência social.
- Garantia da democratização do Estado, com a participação na definição, na gestão e no controle social das políticas públicas, com acesso as informações necessárias e condições objetivas de participação.
- Defesa da Previdência pública e solidária com a realização de auditorias e relatórios financeiros das contas da Previdência e das receitas tributárias do período anterior ao governo Lula.
- Preservação e ampliação do mercado de trabalho; e criação de mecanismos para reinserção no mercado de trabalho de pessoas com mais de 40 anos; junto à valorização do salário mínimo e à instituição de uma política econômica que preserve o poder aquisitivo dos salários.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

- Fortalecimento do movimento sindical.

Relações com as centrais sindicais, confederações e federações não filiadas à CUT

No atual contexto, um movimento sindical unificado em torno de consensos possíveis pode ser uma força poderosa a favor dos trabalhadores. Neste sentido, a CUT deve fomentar uma ampla unidade no movimento sindical com outras centrais, confederações, federações, além de sindicatos independentes, num Fórum Nacional de Trabalhadores, instalando-o, consolidando-o e fortalecendo-o inclusive no âmbito dos estados, com o objetivo de fortalecer a luta pelos direitos da classe trabalhadora.

As batalhas dos trabalhadores devem estar em sintonia com a luta mais geral do governo Lula rumo à reconstrução nacional e por um novo modelo de desenvolvimento. A CUT deve procurar se colocar à frente das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, trabalhando pelo crescimento e fortalecimento dos sindicatos e evitando que sejam apropriadas pelos setores conservadores que apostam na desestabilização do novo governo. Assim, a CUT deve atuar no Fórum Nacional dos Trabalhadores, visando a elaboração de propostas unitárias para o Fórum Nacional do Trabalho, no Congresso Nacional e em outras instâncias, defendendo idéias e concepções orientadas pelo objetivo maior de valorizar o trabalhador e promover o crescimento da economia e do nível de emprego.

Quanto aos grupos de trabalho envolvendo as centrais sindicais no Fórum Nacional do Trabalho, a CUT está disposta a encontrar-se com as demais centrais sindicais para explorar a possibilidade de se chegar a posições comuns. Sabemos das diferenças que nos separam e inclusive do papel jogado por outras centrais sindicais nos ataques aos direitos trabalhistas e sociais, se alinhando com os patrões e o governo FHC. Por isso a participação da CUT nessas atividades se dará sobre a base das posições e propostas adotadas em suas instâncias. A CUT reafirma suas posições históricas de:

- Defesa da liberdade e autonomia sindical
- Defesa da Previdência pública e solidária em regime de repartição



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

- Defesa dos direitos trabalhistas consignados na CLT, exigência de retirada do projeto Dornelles que se encontra no Senado
- Recuperação do poder de compra dos salários e abertura de novos postos de trabalho
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários nem flexibilização da jornada
- Revogação das medidas provisórias e leis para a flexibilização dos direitos trabalhistas adotadas no governo FHC

Relações com outros setores da sociedade

A CUT assume um lugar nas disputas na sociedade e ao fazer isso demarca campos políticos e prioriza a construção de alianças com os setores democráticos e populares, com movimentos, entidades e partidos de esquerda. A construção de alianças sociais é um dos elementos estratégicos da Central para a transformação social. Nos últimos anos, a CUT tem desenvolvido ações junto a importantes setores organizados da sociedade civil, demarcando um campo político e priorizando a construção de alianças com os setores democráticos e populares, organizados em movimentos, entidades e partidos.

O atual contexto político do Brasil favorece o estabelecimento de alianças estratégicas e parcerias entre a CUT e outros setores: Organizações Não-Governamentais (ONGs) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central de Movimentos Populares (CMP), universidades e intelectuais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais, movimentos feministas, e diversos movimentos populares que atuam em defesa dos direitos de cidadania – habitação, saúde, educação; e para políticas afirmativas de raça, gênero, geração, orientação sexual, entre outras. Assim, a CUT deve desenvolver um arco de alianças para potencializar formulações, intervenções e mobilizações conjuntas, voltadas para as questões do emprego e da terra, e com isto desenvolver a cidadania.

Gerados a partir de eixos políticos comuns que possibilitaram uma ampla e democrática unidade entre os movimentos populares e os partidos do campo popular, os exemplos da história de luta do povo brasileiro são



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



muitos: a Greve Geral de 1917, a Aliança Nacional Libertadora, o Pacto de Unidade e Ação, a luta do Petróleo é Nosso, a campanha pelas Reformas de Base, a Anistia Ampla Geral e Irrestrita, a campanha pelas Diretas Já e mais recentemente o Fórum Nacional de Lutas.

A Central Única dos Trabalhadores e um conjunto de diversas entidades populares construíram, em meados dos anos 1990, uma ampla unidade política e organizativa através do Fórum Nacional de Lutas (FNL), espaço fundamental para organizar e mobilizar as organizações populares na luta contra o retrocesso econômico e social causado pelo projeto neoliberal. A marca do Fórum Nacional de Lutas foi a resistência ativa contra o neoliberalismo no Brasil. Este processo de luta abriu espaços políticos, contribuindo para a vitória eleitoral da frente popular e democrática encabeçada pelo companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a vitória de Lula e o fortalecimento da base social que o apoiou, abre-se no Brasil uma grande possibilidade para avanços nos direitos sociais, econômicos e democráticos. Para conquistar esses direitos (emprego, reforma agrária, saúde, educação, segurança, entre outros) e mudar o rumo da economia nacional, o movimento popular deverá assumir uma grande responsabilidade histórica, que consiste na capacidade de lutar e mobilizar os trabalhadores e o povo em geral para realizar as mudanças necessárias. Portanto, o avanço do projeto de desenvolvimento nacional com distribuição de renda somente será possível com intensa mobilização popular.

Para responder a esse desafio, a CUT, como a mais importante e expressiva organização dos trabalhadores do país, deve liderar a constituição de um Fórum de Mobilização que aglutine todos os setores do movimento popular e democrático. A plataforma desta articulação política será construída a partir de demandas sociais acumuladas pelos movimentos populares. A Central deve defender que o Fórum de Mobilização Social tenha caráter deliberativo e mobilizador e adote uma agenda positiva, a partir de um seminário nacional que conte com a participação de todas as organizações populares e priorize a construção de um programa de desenvolvimento nacional. Este programa deve valorizar o trabalho, os trabalhadores e promover o acesso às políticas públicas e o avanço dos direitos sociais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



Relações internacionais

A agenda política brasileira está cada vez mais tomada por uma pauta de temas internacionais. O projeto neoliberal e os organismos multilaterais que atuam em sua implementação – FMI, BM, OMC, entre outros –, internacionalizaram o debate político. As mobilizações populares contra a globalização neoliberal, desde Seattle/EUA em novembro de 1999, assumiram características de manifestações internacionais. A realização das três edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, com a participação ativa da CUT, tem alavancado a crescente crítica da globalização neoliberal.

Movimento sindical internacional. Na década de 1990, abaladas as bases que sustentaram o sindicalismo internacional na fase anterior, cresceu a necessidade de reorganizá-lo a partir de uma agenda em defesa dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo. Mas, como esse não é um processo linear ou homogêneo em todos os países e regiões, a CUT necessita se articular em vários níveis.

Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CISL). O fato de termos escolhido a CISL como espaço prioritário de atuação internacional não nega o reconhecimento de dois problemas-chave: a) que essa organização não estava – e ainda não está – capacitada para assumir plenamente a feição de uma central sindical mundial estruturada para implementar uma estratégia internacional de defesa dos direitos dos trabalhadores e b) que fora dos seus limites há ainda importantes centrais sindicais nacionais com as quais a CUT se relaciona, o que coloca para a CUT a necessidade de uma política internacional capaz de se articular também com esses setores. A CUT defende nos órgãos internos da CISL que ela assuma com determinação o papel de representação e defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em nível mundial, considerando os interesses dos trabalhadores do Sul e do Norte; o posicionamento contra o neoliberalismo, e a coordenação de ações de massa em nível global, protagonizando a criação de alternativas e a construção de alianças com outros atores sociais.

Relações Sul-Sul. É fundamental fortalecer e estreitar os laços entre as centrais sindicais dos chamados “países periféricos”, que na sua maioria concentram-se no hemisfério Sul. Para tanto, é preciso intensificar as



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



relações que a CUT já vem desenvolvendo: o programa de trabalho com a KCTU (Coréia) e COSATU (África do Sul) iniciado em 1995, que visa o intercâmbio de experiências e o debate de suas estratégias nacionais; a participação na Southern Initiative on Globalization and Trade Union Rights (SIGTUR); a articulação com centrais sindicais africanas de países de língua portuguesa por intermédio da CPLP Sindical; a participação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul; articulações específicas com centrais sindicais da América Latina, como a CTC de Cuba, a CUT da Colômbia, entre outras.

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS). Apesar da crise do Mercosul, a Coordenadora tem conseguido gerar iniciativas importantes como a “Cumbre”, realizada em dezembro de 2000 em Florianópolis. Entretanto, diante das necessidades criadas pela própria crise, a CCSCS precisa ser reestruturada, abandonando o caráter informal que tem até hoje. Devemos melhor utilizar os espaços institucionais, como o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), a Comissão Sócio-Laboral e o Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul, promovendo organização e mobilizações que dêem sustento às propostas defendidas pelo movimento sindical da região.

Política internacional dos ramos. O verdadeiro motor da globalização neoliberal encontra-se nas corporações multinacionais, que se beneficiam da liberalização do comércio e dos investimentos, bem como da desregulamentação, em particular dos direitos trabalhistas e regras ambientais. Isto exige uma intervenção efetiva de nossos ramos junto a estas empresas, e uma articulação com organizações sindicais similares em outros países, bem como com os secretariados profissionais internacionais. Um aspecto importante desta iniciativa é a constituição de comitês mundiais de trabalhadores em empresas multinacionais e a constituição e o trabalho que o Observatório Social da CUT já desenvolve.

Relações bilaterais. Deveremos prosseguir no estabelecimento e no fortalecimento de nossas relações bilaterais, com atenção especial para centrais africanas, como a NLC da Nigéria, assim como com as organizações da Índia e do Paquistão.

Solidariedade internacional. A CUT se constituiu a partir da vontade dos trabalhadores brasileiros, mas



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



contou também com uma importante contribuição de centrais sindicais de outros países. Hoje nos consolidamos e temos condições de retribuir essa solidariedade. Além do nosso apoio à independência e à autodeterminação dos povos e da oposição ao bloqueio norte-americano a Cuba, da defesa da democracia e das reformas antineoliberais do governo Hugo Chavez na Venezuela, repudiando o golpismo fascista, é o momento de realizarmos algumas iniciativas solidárias concretas com o movimento sindical colombiano, duramente afetado pela violência política à qual este país está submetido. Igualmente é hora de fazer algo para ajudar os trabalhadores do Timor Leste a organizarem seus sindicatos neste momento de eleições, de elaboração de sua Constituição e de construção de seu país.

Instituições financeiras multilaterais. A CUT trabalha com a compreensão que um projeto alternativo nacional passa por profundas alterações no cenário internacional. Essa percepção construída já nos anos 1980 (durante a crise da dívida externa) se traduz hoje em um questionamento ativo à atual arquitetura do poder mundial da qual o FMI e o BM são um dos pilares. Neste sentido, está integrada às iniciativas e mobilizações que vêm sendo desenvolvidas juntamente com organizações sociais e sindicais de outros países, notadamente dos EUA. A SRI e a SNF vêm implementando um programa de formação buscando sensibilizar as direções estaduais e dos ramos para essa temática e capacitando-os para que os sindicatos, CUTs estaduais e confederações intervenham frente aos projetos que o Banco Mundial vem desenvolvendo no país. De acordo com o aprovado no 7o Concut em 2000, o monitoramento das ações do BM, visando defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras no país, é uma das diretrizes de atuação da CUT nesse terreno.

OMC, AMI e ALCA. A oposição ao livre comércio e em favor de comércio justo, bem como a defesa da soberania nacional sobre investimentos e patentes são componentes cruciais na luta contra o neoliberalismo. O Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) em negociação na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) fracassou naquele âmbito, porém seu conteúdo tem sido reapresentado em vários fóruns, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e já faz parte do acordo NAFTA (o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, que reúne os EUA, Canadá e México).



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Manter a soberania nacional, política, territorial e tecnológica é fundamental para os países em desenvolvimento nesta época de formação de grandes blocos econômicos mundiais. O fortalecimento do Mercosul e das relações bilaterais e multilaterais do Brasil com as demais nações latinas e mundiais pressupõe o fortalecimento de sua soberania. Neste sentido, a CUT deve fortalecer a posição contrária do governo brasileiro ao acordo com os EUA para utilização da Base de Alcântara no Maranhão, participando das mobilizações contra a entrega da Base de Alcântara aos interesses dos EUA.

Com relação à ALCA, a CUT deve vanguardar um processo de mobilização na América Latina. Como atitude requerida ao governo, e como ação direta do movimento sindical e dos demais movimentos populares, em solidariedade com os mesmos setores dos países latino-americanos, devemos agir no sentido de constituir um forte movimento, em escala continental, para barrar a ALCA. Este mesmo movimento pode fixar as bases de um projeto político e econômico para enfrentarmos o desafio de construir uma integração solidária entre os povos, buscando uma nova referência de desenvolvimento baseada na sustentabilidade, que, por sua vez, garanta e amplie as conquistas sociais do povo latino-americano.

Outra ALCA não é possível. Queremos uma outra integração econômica, que seja feita do ponto de vista dos trabalhadores. Uma integração que atenda à defesa e à ampliação de direitos e investimentos sociais e não à dominação imperialista, aos interesses do capital, das multinacionais e do lucro. No plebiscito popular efetuado entre os dias 1º e 7 de setembro, do qual a CUT participou, mais de 10 milhões de pessoas se pronunciaram contra a ALCA. Nesse sentido, o plebiscito sobre a ALCA é um objetivo prioritário a ser alcançado. Cumpre-nos o dever de dar continuidade a esta luta, exigindo do governo brasileiro o plebiscito oficial, além de:

- Participar ativamente das mobilizações e do calendário de lutas das Campanhas Nacional e Continental Contra a ALCA.
- Fortalecer a Aliança Social Continental.
- Fortalecer a formação e informação no interior da CUT sobre a ALCA e livre comércio





• Apoiar e mobilizar os trabalhadores e a sociedade para que os projetos em tramitação no Congresso Nacional tenham caráter de urgência: projeto de autoria do senador Saturnino Braga, que obstaculiza as negociações da ALCA e projeto de autoria do então deputado federal Aloísio Mercadante, que propõe submeter a ALCA a um plebiscito.

Organização sindical

Estrutura sindical, organização da CUT e Sistema de Relações de Trabalho

A concepção da CUT, desde sua fundação, é de que a superação da estrutura sindical oficial será fruto de um movimento articulado entre as iniciativas para a transformação dos sindicatos, a construção da estrutura da CUT e as alterações no marco institucional legal. A proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), formulada em 1992, consolidou de forma sistêmica o acúmulo da CUT sobre organização sindical, negociação coletiva e contrato coletivo de trabalho e o fim da unicidade e do imposto sindical. A base fundamental do SDRT é a instituição de um regime de plena liberdade de organização sindical, em sintonia com vários princípios consagrados pelas convenções da Organização Internacional do trabalho (OIT).

O compromisso com a preservação e o fortalecimento da unidade dos trabalhadores na CUT sempre foi um dos princípios fundamentais que, nesses 20 anos de existência da Central têm sido defendido por todas as correntes de opinião cutistas. O debate aberto, a confrontação das opiniões, fruto da diversidade política, o respeito às posições minoritárias e o compromisso com as decisões tomadas pelas instâncias têm sido e continuarão a ser o instrumento que orienta a nossa prática democrática e unitária. Foi com a confrontação de idéias das diferentes experiências desenvolvidas, através das lutas pela superação dos limites impostos pela legislação sindical, que impulsionamos a CUT e a transformamos na maior organização sindical da América Latina.

Responder de forma clara e incisiva às demandas colocadas pelos setores econômicos organizados na

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



CUT, que se originam dos processos da globalização econômica e da reestruturação produtiva e que promovem o desaparecimento e a transformação de diferentes atividades profissionais e alteram significativamente o perfil da classe trabalhadora, tem sido um dos desafios importantes a serem enfrentados atualmente pela Central.

Na CUT existem inúmeros setores produtivos e de serviços que de forma crescente vêm promovendo discussões com o objetivo de construir novas formas de organização ou de mudar suas estruturas organizativas. Há muitos exemplos nesse sentido. Podemos destacar, entre outros, a experiência dos metalúrgicos da CUT, dos urbanitários do estado de São Paulo, dos aposentados, dos diferentes setores dos trabalhadores rurais e do funcionalismo público. Para o setor público a CUT deve ter como referência a experiência do Sistema de Negociação Permanente da Prefeitura

Municipal de São Paulo (SINP), visando estimular a implementação e consolidação de processos de negociação coletiva obedecendo a Convenção 151 da OIT, e possibilitar que os vários modelos e propostas existentes possam se adaptar às instâncias das esferas municipal, estadual e federal, garantindo o debate em âmbito nacional pela ratificação dessa Convenção.

Neste cenário o servidor público municipal ocupa um papel diferenciado, interagindo em diversos espaços de exercício da cidadania. Os mecanismos de controle e participação popular e de gestão do poder local, através da organização dos servidores públicos municipais – sujeitos protagonistas de políticas públicas sustentáveis –, são fundamentais na estratégia de consolidação da democracia e sua universalização. As políticas desenvolvidas junto ao setor público devem considerar que na base sindical de servidores públicos há um contingente significativo de mulheres, inclusive nas direções sindicais, exigindo que todas as políticas tenham recorte de gênero e considerem as especificidades das mulheres.

Essas experiências se originaram da vontade de buscar modelos organizativos mais atualizados com as transformações que ocorrem nas suas relações de trabalho e têm produzido importantes conflitos no interior da CUT que, ao serem superados, nos colocarão em um patamar mais elevado para disputarmos a hegemonia do



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



movimento sindical e alcançarmos o objetivo de representar todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Fazer o debate, tratar democraticamente os conflitos, com vistas à sua superação, e fortalecer a unidade da CUT, dentro dos princípios que sempre a nortearam, são os grandes desafios que temos a enfrentar. O 8º Concut defende que as garantias para a preservação e o fortalecimento da unidade na CUT resultem da prática democrática construída no debate, desde os sindicatos até as instâncias nacionais. Dessa forma, seremos capazes de ampliar as bases de consenso sobre a concepção, a estratégia e a prática sindical existentes entre nós e fazer avançar o projeto de construção da Central Única dos Trabalhadores.

O fortalecimento da CUT como prioridade político-organizativa

A CUT representa formalmente uma parcela expressiva da classe trabalhadora brasileira. No entanto, apenas parte dos setores que se identificam com a CUT participa plenamente das atividades sindicais e compartilha do projeto cutista. As dificuldades para ampliar e fortalecer a representação real da CUT e, portanto, sua capacidade de organização decorrem, sobretudo, da estrutura sindical corporativa, arcaica, na qual os sindicatos não precisam buscar sua legitimidade na base, acarretando a ausência quase geral de organização nos locais de trabalho e dificultando a regulamentação da própria ação sindical das centrais.

Já em 1992, na 5ª Plenária Nacional, foi feito um balanço crítico da trajetória da Central, cuja estratégia de construção previa a conquista e a transformação dos sindicatos da estrutura oficial. Esse balanço, aprovado por consenso e retomado na 6ª Plenária e no 5º Concut, identificava que pouco se havia avançado na transformação dos sindicatos e que a grande maioria havia se acomodado ao padrão de funcionamento da estrutura oficial. Mais grave era a constatação de um processo de burocratização e degeneração, que rebaixava o horizonte histórico da militância e se expressava, por exemplo, nas eleições sindicais. No atual contexto, a Central deve aprimorar sua proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT) para garantir maior unidade e consistência nas estratégias de intervenção da CUT, particularmente no Fórum Nacional do Trabalho.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

Diante das transformações no mundo do trabalho e em função da própria experiência da CUT, é evidente a necessidade da Central de se ajustar ao novo perfil da classe trabalhadora, que enfrenta variadas condições de exploração e dominação, e às novas condições de disputa com um vigor renovado para repensar suas práticas organizativas. É importante abrir o debate para a constituição de uma organização de representação dos empreendimentos solidários. Esta é uma importante iniciativa a ser coordenada pela CUT para fortalecer a ação política nacional na luta por mudanças estruturais nas políticas de desenvolvimento, na legislação e nas políticas públicas. De mesma importância é a construção de uma política sindical junto aos trabalhadores de empreendimentos autogestionários e a incorporação destes trabalhadores na base sindical. A ação conjunta e articulada entre sindicatos e cooperativas é na atual estrutura do mercado de trabalho brasileiro uma estratégia fundamental de fortalecimento da luta dos trabalhadores.

Uma estratégia de ampliação e fortalecimento do poder de representação da CUT deve, nesse momento, integrar ações em diferentes frentes: reverter os ataques da mídia e do patronato à organização sindical; redefinir e reestruturar os sindicatos de base; redefinir e reorganizar as estruturas vertical e horizontal da Central; intensificar as campanhas nacionais unificadas; implementar formas de organização dos desempregados e dos trabalhadores do setor informal.

Devemos, assim, ampliar a participação e a adesão dos trabalhadores que já compõem a base tradicional dos sindicatos, a incorporação pelas nossas entidades dos trabalhadores terceirizados, além da organização dos trabalhadores desempregados, daqueles que sobrevivem na economia informal e dos trabalhadores em empreendimentos autogestionários e solidários.

Por outro lado, torna-se cada vez mais evidente a importância de desenvolvermos ações sindicais focadas nos grandes centros urbanos do Brasil. Nestes espaços, de maior densidade populacional, os potenciais de organização dos trabalhadores e enfrentamento de diversos desafios podem propiciar experiências inovadoras para a CUT. Juntamente com a alta concentração de trabalhadores, submetidos a distintas formas de relação de trabalho – emprego formal, trabalho precarizado e total informalidade –, nos grandes centros urbanos



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

coexistem, no setor industrial e de serviços, grandes empresas multinacionais, grandes, médias e pequenas empresas nacionais, além de toda sorte de empreendimentos domésticos.

É também nos conglomerados urbanos de dimensões gigantescas, como a cidade de São Paulo, juntamente com importantes pólos nacionais geralmente situados nas capitais, que os trabalhadores requerem fortes aportes de políticas públicas para inclusão social, dado o grau de degeneração da qualidade de vida, nos quais a concentração de renda cria, para alguns, verdadeiros paraísos-classe-alta, para muitos, dificuldade de acesso a políticas públicas básicas e, para um contingente cada vez maior, a exclusão pura e simples, a indigência.

Nos grandes centros urbanos e grandes pólos regionais industriais e de serviços, a atividade sindical é intensa, sendo espaço privilegiado para o embate entre distintas concepções e práticas sindicais. Ou seja, para a CUT, intensificar a ocupação planejada e organizada nestes espaços é estratégico, para combater o sindicalismo pelego e atrelado ao neoliberalismo, para obter uma grande visibilidade social de nosso projeto político e concretizar nosso plano de mudanças.

Portanto, a Direção Nacional da CUT deve planejar uma estratégia nacional, precedida de discussões estaduais, visando estabelecer uma ação sindical integrada para as regiões metropolitanas do país, bem como em regiões estratégicas de atuação do capital nacional e internacional fora dos grandes centros.

Construindo o sindicato por ramo de atividade

As entidades sindicais, de forma geral, vivem um período de dificuldades. Há uma fragilidade causada pela imensa pulverização das entidades sindicais e pelas dificuldades em organizar e mobilizar amplos setores da categoria, que repercute sobre a capacidade de representação da CUT e sobre sua própria força social.

Um dos indicadores da representação dos sindicatos é a taxa de sindicalização. No caso da CUT a taxa média de sindicalização, considerando-se o total de trabalhadores na base e o total de associados, é de cerca de 33%. No setor público e em alguns setores e regiões a taxa é bem mais elevada. No entanto, a taxa de



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

sindicalização é apenas um indicador e não reflete plenamente o grau de participação e de adesão dos trabalhadores e trabalhadoras da base tradicional de uma entidade sindical. O número de participantes das atividades cotidianas dos sindicatos, entretanto, é bem menor.

Um passo importante para aprofundar a identidade das entidades cutistas foi a aprovação, na 9ª Plenária Nacional e no 7º Concut, de normas básicas para o estatuto dos sindicatos. A efetiva incorporação destas normas exige, entretanto, que elas sejam compreendidas como algo que demarca uma concepção sindical, podendo contribuir para ampliar a legitimidade das entidades sindicais perante os trabalhadores e a sociedade.

Neste sentido, o respeito à história particular de cada categoria e de cada sindicato em geral reitera e valoriza, no imaginário da militância e dos trabalhadores, uma identidade construída no passado que se mostra inadequada para as atuais e profundas mudanças. Nosso grande desafio é redefinir e ampliar o campo de identidades dos trabalhadores. A CUT tem acúmulo suficiente para que esse processo ocorra com a implementação de salvaguardas que evitem brechas para que outros projetos sindicais se instalem em nossas bases.

A unificação dos sindicatos de base da Central é outro aspecto fundamental na construção do ramo de atividade. As novas estruturas criadas devem ser pensadas como expressão e como espaço de construção de novas identidades que vão além da atual demarcação das categorias profissionais. A própria identidade de classe pode ser impulsionada pela configuração de novos espaços que reúnam trabalhadores de diferentes setores.

A construção do sindicato por ramo de atividade coloca como imperativo a conquista da representação dos trabalhadores terceirizados. No âmbito da CUT existem experiências bem-sucedidas de incorporação desses trabalhadores a partir de ações visando o seu enquadramento nos acordos ou convenções coletivas das categorias.

Por outro lado, as pesquisas desenvolvidas pela Central, através do Projeto CUT-Finep e do Observatório Social do Mercosul, revelam mudanças em importantes setores da economia: exigindo ações planejadas e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



organizadas em conjunto com as estruturas verticais da CUT, que dêem respostas à nova dinâmica do capital.

Já no caso da organização sindical no meio rural, é no contexto das radicais transformações do mundo rural brasileiro que devemos pensar uma nova forma de organização para os trabalhadores e uma nova legislação trabalhista que efetivamente contemplem e fortaleçam a grande diversidade de sujeitos sociais que fazem parte do mundo rural.

A premissa fundamental que devemos levar em conta é a de que nunca houve uma única categoria de trabalhadores rurais. Em 1964, a legislação que criou a categoria “trabalhadores rurais” permitia a organização sindical de quatro diferentes categorias: trabalhadores na agricultura, na pecuária, na pesca e assalariados. Estes quase 40 anos realçaram ainda mais as distinções, principalmente entre duas: a categoria dos agricultores familiares” – à qual se agregam os extrativistas e pescadores artesanais – e a dos assalariados rurais.

É necessário implementar a unificação dos sindicatos de base da Central, concebida como um processo essencialmente político, mas que deve ter desdobramentos concretos no campo organizativo, tanto na condução das lutas como nas estruturas. As CUTs estaduais e as entidades nacionais e estaduais do ramo devem desempenhar um papel fundamental no sentido de produzir condições mais favoráveis para que esse processo avance.

Os sindicatos devem promover as alterações estatutárias necessárias para garantir a filiação de todos os trabalhadores e trabalhadoras do ramo, como já assinalado no 6º Concut, renovar as práticas sindicais e os mecanismos de relação do sindicato com sua base, bem como ampliar a organização nos locais de trabalho e a radicalização da democracia nas entidades sindicais. A CUT deve, de sua parte, desenvolver uma política específica para tratar das terceirizações, que é uma forma de precarização das relações de trabalho.

A CUT deve organizar campanhas unificadas voltadas para determinadas empresas e grupos econômicos, aprofundando as relações de cooperação e solidariedade *entre os trabalhadores*, na construção de negociações coletivas e outras ações comuns em âmbito internacional. Tais iniciativas podem contribuir muito



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

para a consolidação das entidades nacionais dos ramos; realizar campanhas permanentes de sindicalização e de ações voltadas para o crescimento e o fortalecimento da CUT em determinados setores considerados estratégicos e onde mais tem crescido a ocupação, entre outros, é o caso dos setores de serviços; e lançar uma campanha nacional que divulgue amplamente os valores do sindicalismo cutista e que contribua com a implementação efetiva das alterações estatutárias já aprovadas pela Central.

Além disso, devemos promover o debate para a implementação da organização diferenciada das categorias de assalariados rurais e de agricultores familiares, tanto no que tange aos aspectos legais, quanto aos de organização interna.

É também de extrema importância continuar investindo em projetos de pesquisas e estudos setoriais como, por exemplo, o Projeto CUT-Finep e os desenvolvidos pelo Observatório Social, combinando-os a um processo permanente de capacitação de nossos quadros dirigentes e militantes para o aprimoramento das nossas estratégias e para a maior eficiência das políticas.

Consolidar as organizações nacionais por ramos da CUT

A organização dos ramos da CUT tem sido bastante lenta e diferenciada em função das peculiaridades da organização da produção e dos serviços, bem como da dinâmica da negociação coletiva e das experiências de unificação e coordenação. As entidades nacionais apresentam diferentes graus de estruturação e o conceito de ramo ainda não determina a organização do sindicato de base, que, em geral, permanece restrito a uma categoria profissional.

A autonomia dos ramos para definir suas formas organizativas delegada pela 9ª Plenária Nacional revela, por um lado, o reconhecimento da dinâmica real em curso, na qual as escolhas organizativas têm sido diferentes. Por outro lado, expressa as dificuldades que a CUT enfrenta para conduzir de forma unitária um projeto político-organizativo comum. O risco colocado é de que tais escolhas reflitam mais as circunstâncias políticas de cada ramo ou de partes dos ramos do que a expressão particular de um projeto político-



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

organizativo comum e geral da Central.

Outro aspecto importante é que a contratação coletiva, regional ou nacional, não decorre da existência de estruturas nesses âmbitos. Uma estrutura sindical mais abrangente contribui, mas a efetivação da contratação coletiva depende da combinação de diferentes aspectos, como a estrutura e a dinâmica do capital, a organização patronal, o acúmulo organizativo, as experiências de negociação, entre outros.

A Direção Nacional da CUT deve assumir um papel importante no acompanhamento e na coordenação do processo de constituição e consolidação dos ramos e de suas entidades nacionais. Sua atuação deve se pautar numa noção de unidade que é fruto de um processo político que vise integrar a diversidade política da CUT e que se fundamenta na preservação da soberania e no resgate da auto-estima e dos valores dos trabalhadores e trabalhadoras. Junto a isto, a CUT deve implementar um processo para a definição da delimitação dos ramos, evitando disputas entre as entidades sindicais cutistas pela representação de trabalhadores de determinados setores.

Devemos rejeitar toda e qualquer proposta de fragmentação e pulverização de organização que venha a resultar na duplicidade de organismos de representação no campo da CUT. Cabe ainda à Direção Nacional evitar que o debate organizativo fique circunscrito apenas aos termos das divergências expressas nas disputas internas. A consulta às bases, através de plebiscitos junto aos trabalhadores, é instrumento importante que poderá ser utilizado pela Direção Nacional para garantir a vontade dos trabalhadores de base.

Unificação das lutas

A CUT vem buscando unificar as campanhas salariais que ocorrem a cada semestre. A intenção é articular as lutas específicas e conseguir potencializar a luta geral da classe, o que tende a fortalecer as próprias lutas específicas. O desafio está em definir eixos de unificação, articulados com a agenda geral da CUT, que garantam espaço para que cada categoria se expresse de forma própria; ou seja, os eixos e reivindicações gerais podem, e devem, adquirir formas particulares em cada categoria. Nesse processo as estruturas verticais



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



têm um papel fundamental e nesse ambiente de mobilização e unificação de ações podem ampliar sua identidade nacional e sua própria legitimidade.

A unificação das campanhas salariais e a constituição de políticas salariais devem unificar as lutas pela recuperação do poder de compra dos salários. Desde o início do Plano Real, os trabalhadores não possuem nenhum mecanismo de defesa do poder do salário diante da inflação. Para combater o arrocho salarial, a CUT deve buscar a ação do conjunto das categorias em defesa de um salário mínimo nacional e unificado, subsidiada pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatística Sociais e Econômicas – DIEESE.

Devemos conferir uma dinâmica permanente de funcionamento das campanhas salariais unificadas, para que assumam um caráter no Plano de Lutas da Central. Como referência, temos a experiência do Coletivo Nacional de Negociação Coletiva, espaço de articulação de todo o processo de análise das mudanças nos processos de organização da produção e do trabalho nos diferentes setores, que contribui para a definição dos eixos unitários das campanhas.

É necessário garantir um processo interno de construção coletiva, a partir dos sindicatos e dos fóruns democráticos da CUT, garantindo espaços permanentes de debates e de formulação, a exemplo dos grupos de trabalho, implantados no último período. Do mesmo modo, é imprescindível que nossa Central desenvolva uma política articulada de comunicação, abrangendo e envolvendo a base sindical da CUT, otimizando estruturas e potencializando iniciativas, assim como aprofunde e amplie a Política Nacional de Formação visando formar os dirigentes, desde os locais de trabalho, para a formulação política e a implementação das deliberações da Central. Que a CUT cumpra efetivamente seu papel de unificar, coordenar e mobilizar as lutas dos trabalhadores, realizando constantemente plenárias, encontros, seminários de avaliação de conjuntura e para o encaminhamento das lutas.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Reforma tributária e fiscal

A reforma tributária é sem dúvida um tema fundamental na agenda do movimento sindical brasileiro, pois trata de como a parte da riqueza nacional que passa pelo Estado, arrecadada na forma de tributos, será constituída. Ao longo da história, os trabalhadores têm lutado para que a carga tributária recaia sobre o capital e retorne para a sociedade na forma de políticas sociais de caráter universal.

Consideramos que a reforma tributária deve merecer prioridade sobre as demais, já que é a que tem maior potencialidade de promover a recomposição da capacidade de investimento do Estado e financiamento das políticas sociais e pode estar associada a um novo modelo que conduza ao crescimento duradouro da economia. O sistema tributário atual é socialmente injusto, desorganizado e repleto de distorções, onera em demasia o setor produtivo e a força de trabalho, deprimindo o consumo e a produção.

Pode-se avaliar que diversas distorções e deficiências do atual sistema tributário brasileiro são decorrentes da falta de implementação de vários princípios estabelecidos no texto constitucional de 1988. No entanto, a falta de uma reforma não impediu que o governo FHC realizasse modificações das normas infraconstitucionais para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do capital financeiro.

O aumento da receita tributária, para fazer frente ao programa de ajuste fiscal com a obtenção de superávits primários, nos últimos anos, foi obtido com a criação e o aumento de tributos. Foi instituída a Contribuição Provisória Sobre a Movimentação Financeira (CPMF), elevaram-se as alíquotas e ampliou-se a base de incidência de tributos indiretos e cumulativos, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Programa de Integração Social (PIS), resultando em aumento de regressividade e deterioração adicional da qualidade do sistema tributário.

O indevido e injusto congelamento da tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) foi outro fator que contribuiu, significativamente, para o aumento da arrecadação. Os tributos indiretos e cumulativos distorcem a economia, pois deturpam as condições de concorrência. Além disso, aprofundam a injustiça fiscal, pela falta de observância dos princípios constitucionais de equidade e da capacidade contributiva do contribuinte.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR



**CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003**



AJUDA



SAIR



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Com a política de desestatização e redução da intervenção direta do Estado na economia, aliada à abertura do nosso mercado, o peso da manutenção do Estado recaiu sobretudo nos ombros da classe trabalhadora e onerou também o setor produtivo. O debate sobre reforma fiscal se desenvolve num momento em que a carga tributária brasileira bateu um novo recorde, alcançando em 2002 36,45% do Produto Interno Bruto (PIB) e constituindo a terceira maior do mundo, atrás apenas de Suécia e Alemanha.

Cabe assinalar que durante os dois governos de FHC o valor dos impostos como proporção do PIB avançou de 28,1% em 1994 para os atuais 36,45%, e ainda assim a dívida interna cresceu assustadoramente em função da crise cambial e das altas taxas de juros. O crescimento da arrecadação não teve como contrapartida a melhoria dos serviços prestados pelo governo, o aumento dos investimentos no setor público e em particular nas empresas estatais e nem a valorização do funcionalismo, muito pelo contrário. Serviu apenas para satisfazer os interesses da oligarquia financeira, garantindo o pagamento de juros.

Durante os oito anos de FHC, o que vimos foi a implementação de uma verdadeira contra-reforma tributária, que beneficiou, sobretudo, o setor financeiro, através de subsídios, isenções fiscais e baixa tributação. Isso fica mais evidente quando analisamos algumas das políticas levadas a cabo pelo governo anterior, como o fim da alíquota de 35% no Imposto de Renda dos altos rendimentos, a redução da alíquota do IR de 25% para 15% para pessoas jurídicas ou o congelamento da tabela do IR em 1.058 reais, que ampliou o número de contribuintes, penalizando os baixos salários. Tais iniciativas contribuíram para o aumento da já brutal concentração de renda que caracteriza a sociedade brasileira.

Todos querem reformar a estrutura tributária brasileira. Da CUT à FIESP, do Ministério da Fazenda ao Congresso Nacional, do PT ao FMI. O problema se inicia quando se começa a discutir os interesses que ela pode viabilizar. A indústria, por exemplo, não quer majorar os custos da produção. A CUT não aceita que o ônus recaia sobre os assalariados; já o FMI aceita, desde que o superávit primário garanta suas metas e seus interesses. O governo quer ampliar a arrecadação. O comércio quer facilidades para a circulação das mercadorias. Os EUA gostariam que a reforma estivesse vinculada à “globalização tributária”, facilitando a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



implantação da ALCA, e assim por diante.

A estrutura tributária brasileira, composta pelo arcabouço jurídico que define e regulamenta a carga tributária, e pela estrutura de gestão administrativa, além de tecnicamente complexa, é politicamente conflituosa. Foi exatamente em função da segunda razão que ela ainda não aconteceu. Ao propor uma reforma tributária, um governo já tem a política neste campo definida e a correlação de forças na sociedade e no Congresso pode viabilizar sua implementação. Sendo assim, nos cabe analisar: qual é a reforma que o governo quer e pode fazer na estrutura tributária macroeconômica brasileira? Avalia-se que se o governo aperfeiçoasse administrativamente o sistema do fisco, sem mexer na legislação tributária, a arrecadação cresceria apenas pelo efeito do combate à evasão fiscal. Mas, ainda assim, restaria a necessidade de corrigir as distorções, injustiças e desigualdades sociais na legislação tributária brasileira, que é, sem dúvida, uma das fontes geradoras da elevada concentração de renda do país. Neste sentido, uma reforma tributária de caráter democrático e popular tem que necessariamente viabilizar o aumento de receita variável com o princípio de justiça tributária. Isto possibilitaria a promoção de maior justiça social e transformaria a reforma fiscal numa verdadeira fonte de combate à fome e à miséria.

Em nossa legislação, os tributos indiretos têm importância e oneram proporcionalmente os assalariados, com maior repercussão relativa nos setores de baixa renda. O capital financeiro especulativo é generosamente atraído e a ele são viabilizados desembaraços tributários. As grandes fortunas ficam ameaçadas por uma nova legislação que há décadas não sai da ameaça. O Imposto Territorial Rural (ITR) tem facilitado a proliferação de propriedades rurais improdutivas, instituindo o vício da subavaliação das terras. Soma-se a isto uma administração tributária raquítica, sem capacidade de operar o poder coercitivo, e politicamente desprestigiada.

O governo federal e os governadores publicaram, no início de 2003, a Carta de Brasília com um evasivo enunciado sobre o conteúdo da reforma tributária, que deverá “ser neutra para os entes da federação, objetivando, sem a elevação da carga tributária, a ampliação da base e a maior eficácia na arrecadação, permitindo criar condições para a redução da carga individual e dos setores mais frágeis da economia. [...] A



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Constituição definirá o novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Dadas as conseqüências danosas do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas, com forte exclusão social e degradação ambiental e as críticas direcionadas a este modelo; organismos governamentais, não-governamentais e organismos multilaterais (Banco Mundial) têm promovido e apoiado um rol de iniciativas que se pautam pela busca da sustentabilidade que, a nosso ver, são limitadas. Queremos atingir dimensões fundamentais da sustentabilidade que permitam o incremento da capacidade produtiva, individual e coletiva sob bases efetivamente sustentáveis e solidárias, como um imposto estadual unificado em todo o país, com legislação e normatização uniformes, reduzindo o número de alíquotas e eliminando as 27 legislações diferentes que hoje existem. As normas e as regras de transição para o novo imposto serão definidas por lei complementar”.

O problema é que o ICMS e o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) são membros da família do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), versão brasileira da tributação aplicada indiretamente sobre os gastos dos agentes econômicos. O que falta responder não é apenas se a tributação incidirá sobre origem ou destino, ou que ente perde na lógica federativa, como quer nos mostrar a imprensa nacional. Tributação não se resume a partilha entre entes federados, mas é, sim, relação do Estado com contribuintes, ou seja, entre Estado e setores de classe e classes sociais. Este é o debate principal. O IVA está longe de ser neutro. A depender da forma de arrecadação e de incidência, impacta nos preços relativos e pode provocar distorções, estimular a integração vertical das empresas, e inclusive causar danos na economia se incidir em demasia na taxação de bens de capital. É sobre os impactos na economia e na *vida* que deve estar o foco do debate do IVA.

Consideramos fundamental que o governo Lula deve se afaste de qualquer compromisso para viabilizar a reforma tributária e a implantação do IVA com o objetivo de atender a uma suposta “harmonização internacional”, negando assim definições autóctones. O principal argumento neoliberal para viabilizar o IVA reside no fato de as exportações não serem tributadas nos países de origem, o que permitiria ao país importador equalizar regras e alíquotas domésticas, assegurando competitividade fabril e não estatal-tributária.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Por outro lado, precisamos instituir impostos e taxas sobre os capitais especulativos no Brasil e um rigoroso controle sobre o capital financeiro. As CC5 (contas bancárias reguladas pela Carta Circular Número 5) são um verdadeiro estímulo aos sonegadores e aos corruptos.

Para a CUT, o governo Lula dá algumas sinalizações positivas ao apresentar algumas proposições como a taxaação progressiva da herança, a redução do ICMS sobre a cesta básica ou a unificação nacional das alíquotas de ICMS como forma de dar fim à guerra fiscal entre os Estados e simplificar a cobrança. É necessário, no entanto, mais ousadia e determinação para que seja realizada, no Brasil, uma verdadeira reforma tributária que busque corrigir as distorções herdadas.

A CUT deve exigir do governo Lula uma política que vise a cobrança de impostos e o controle de capitais, acabando com os mecanismos de lavagem de dinheiro e de fuga de capitais. Uma política que combata as deficiências do sistema tributário em nosso país, consistentes no inaceitável grau de informalidade da economia, em que se inclui a sonegação fiscal; no perfil iníquo da arrecadação, extremamente concentrada nos assalariados; na desvalorização, muitas vezes proposital, da administração tributária; na inadequação da atual estrutura de tributos para os projetos de mudança do novo governo; na dependência que estados e municípios ainda têm da União; na legislação confusa; na profusão absurda de impostos e contribuições; no excesso de tributos em cascata e vários outros problemas decorrentes da formação capitalista brasileira.

Consideramos que o governo brasileiro deverá tomar medidas urgentes para desprivatizar o Estado. Rever imediatamente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Promover um pacto federativo justo e equilibrado, garantindo autonomia financeira dos poderes e das instâncias de governo (municípios, estados e união) para implementar políticas públicas a partir de receitas com destinação vinculada.

A reforma tributária, seja ela constitucional ou infraconstitucional, deve ter os objetivos principais de promover o crescimento econômico sustentado, a criação de empregos, a redução da dependência de capitais externos, a distribuição de renda e de riqueza, as justiça fiscal e social e o desenvolvimento sustentado.

Uma reforma tributária nas atuais condições deve se pautar por fortalecer o Estado, a nação, redistribuir a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



renda a favor do trabalho, desonerar a produção e promover a justiça e a cidadania, baseando-se nos seguintes princípios:

1. O sistema tributário deve ser socialmente justo.
2. Deve onerar a especulação e buscar um maior equilíbrio entre as contribuições do capital e do trabalho.
3. Deve refletir os princípios da isonomia, generalidade e universalidade.
4. A capacidade contributiva deve ser utilizada como critério para graduação dos tributos e para distinguir os iguais dos desiguais.
5. Os tributos devem ser, preferencialmente, não-cumulativos.
6. A tributação sobre bens, produtos e serviços deve ser seletiva em função da essencialidade.
7. A tributação deve ser preferencialmente direta, de caráter pessoal e progressiva.
8. Deve compensar disparidades econômicas a fim de preservar a produção, a indústria e o mercado de trabalho nacional.

Desse modo, a reforma tributária deve garantir os seguintes aspectos:

Progressividade – A reforma tributária a ser implementada pelo governo Lula seja orientada para a redistribuição da carga tributária, de forma a torná-la mais justa, promovendo a progressividade nos tributos que devem recair prioritariamente sobre as altas rendas e os patrimônios. É necessário reformular o Imposto Territorial Rural, considerando o tamanho da propriedade, bem como sua produtividade. Além disso, quem auferir mais renda deve pagar progressivamente alíquotas marginais maiores. Da mesma forma, no imposto sobre o consumo, admite-se a seletividade nas alíquotas, aplicada segundo o princípio da essencialidade do bem ou serviço.

Ênfase nos impostos diretos – A nova estrutura tributária deverá se ancorar prioritariamente em impostos diretos. Para tanto, o novo sistema deverá permitir que gradualmente a massa tributária se concentre no Imposto de Renda, reformulando-o, de modo a aumentar do número de alíquotas (aplicando percentuais maiores sobre as maiores rendas e percentuais reduzidos sobre as rendas menores); reduzir ou eliminar



isenções sobre capital e dividendos; aumentar as alíquotas sobre as grandes empresas (pessoas jurídicas), invertendo a atual concentração nos impostos indiretos. A redução dos impostos indiretos deverá ser ainda compensada pela maior participação da arrecadação dos impostos sobre a propriedade e dos impostos sobre ganhos de capital.

Competitividade – A estrutura tributária deve desonerar as exportações, favorecendo a inserção dos produtos brasileiros nos mercados internacionais. Por outro lado, deve se preocupar igualmente em desonerar os investimentos produtivos, permitindo a competição com similares estrangeiros no mercado doméstico. É, portanto, um instrumento estratégico para a preservação e a geração de empregos e deverá contribuir para reduzir os preços finais pagos pelos consumidores, sobretudo dos produtos que compõem a cesta básica, essencial para a sobrevivência das famílias de baixa renda. Neste sentido, deve-se criar um sistema diferenciado de tributação para empreendimentos que praticam a autogestão, adaptando a carga tributária à realidade desses empreendimentos, levando em conta a sua dimensão social e não somente econômica, a fim de aumentar a sua capacidade de inserção no mercado.

Simplificação da estrutura tributária— É necessário simplificar o sistema tributário, acabar com a cumulatividade das contribuições e diminuir a carga tributária incidente sobre a produção e os assalariados de baixa e média renda. O número de tributos deve ser substancialmente reduzido, juntamente com a ampliação das bases de arrecadação dos impostos remanescentes. A simplificação tende a ampliar a eficiência na arrecadação e dar maior transparência a todo o processo tributário.

Combate à sonegação e à evasão fiscal

– Com relação à capacidade de arrecadação, combater a sonegação é um dever do Estado e de toda a sociedade. Além de se penalizar mais rigorosamente os crimes praticados contra a ordem tributária, é necessário combater com dureza a inadimplência e a sonegação, assim como a evasão fiscal e as fraudes, que, em geral, estão relacionadas com o contrabando, o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro e a corrupção. A permissividade em relação à sonegação acaba por destruir o princípio da isonomia: o sonegador



acumula patrimônio à custa do bem-estar social. O governo, nos seus três níveis, deve adotar políticas firmes e permanentes de combate aos sonegadores. Deve também incluir nesta fiscalização as instituições que são isentas do pagamento de tributo, como os templos religiosos e igrejas, instituições de ensino, partidos políticos, sindicatos, associações profissionais, entre outras. Para isto, os órgãos de fiscalização deverão realizar concursos públicos, visando aumentar o contingente de funcionários públicos destinados a exercer esta função.

Ampliação das receitas – A fim de garantir maior justiça social e distribuição de renda, mantendo a carga tributária ao mesmo tempo em que desoneram a produção e o trabalho, o sistema tributário e o fisco devem ampliar as fontes de receita:

- a) Cobrando impostos de clubes de futebol, faculdades e universidades privadas, igrejas, santas casas e organizações não-governamentais, entre outras que, embora se autodefinam como entidades beneficentes e filantrópicas, auferem lucros ou têm seu patrimônio aumentado em desproporção com os serviços públicos prestados.
- b) Efetuando a aplicação imediata da cobrança de impostos sobre riqueza e grandes fortunas, especulação financeira e impostos de proteção (ambiental, automação, importação, entre outros).
- c) Controlar rigorosamente as remessas de lucros das multinacionais e pessoas físicas para o exterior, inclusive as remessas ativas, e revisar periodicamente os percentuais tributários.

Reforma da Previdência

O Banco Mundial em sua política de privatização e combate ao déficit público tem exigido dos países do Terceiro Mundo reformas profundas no sistema previdenciário. A América Latina foi o maior laboratório dessas investidas. O modelo preconizado pelo Banco Mundial estabelece três pilares: o primeiro, público para todos, limitado por uma remuneração básica abaixo da subsistência; o segundo, privado e compulsório, e o terceiro, voluntário e privado. Estes preceitos orientaram a reformulação da Previdência social brasileira no governo FHC, com a Emenda 20, que estabeleceu para os servidores públicos o limite de idade de 60 anos para



homens e 55 para mulheres e 10 anos de exercício efetivo no cargo. Para o regime geral da Previdência tentou-se estabelecer o limite de idade (60 e 55 anos), proposta derrotada no Congresso por um voto. Entretanto, caiu a concessão da aposentadoria calculada nos últimos 36 meses, a aposentadoria proporcional e aposentadorias especiais. Diante daquela derrota, o governo FHC conseguiu, utilizando-se do fisiologismo no Congresso, estabelecer o Fator Previdenciário, impondo maior contribuição e limite de idade.

Desvio de fontes financiadoras e déficit da Previdência social – É necessária total transparência do orçamento da seguridade social, contribuindo para estancar a sangria de recursos imposta ao setor nas últimas décadas a despeito da existência repetida de superávit orçamentário. Os saldos gerados ano após ano deveriam constar no orçamento dos anos seguintes, possibilitando maior controle social na destinação às políticas de saúde, assistência e previdência. Ao longo dos últimos anos têm-se feito um verdadeiro terrorismo com a população com o propalado déficit previdenciário. A previdência só é deficitária se computarmos somente a contribuição direta de empregadores e trabalhadores e esquecermos as demais contribuições constitucionais (Cofins, CSLL, CPMF, entre outras). Quanto à existência de déficit no Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), é necessário considerar, entre outros aspectos, a compensação previdenciária referente à contribuição dos trabalhadores do serviço público federal, os contratos através da CLT (entre 1967 e 1990), e o “serviço passado” – anterior à adoção do regime celetista na administração federal.

Previdência complementar – Para a complementação de salários no setor privado existem dois sistemas de previdência: um aberto e outro fechado. O fechado, constituído em sua grande parte de antigas empresas estatais, totaliza 361 fundos de pensão, com um total de 136 bilhões de reais em ativos. O sistema e os planos abertos, dos Bancos, totalizam 2,9 bilhões de reais. Houve recentemente a aprovação de duas leis criando a possibilidade de fundos de pensões complementares para os servidores públicos, estabelecendo como regras a contribuição e a gestão paritárias. No caso do setor estabeleceu-se a portabilidade (transferência de um fundo para outro), a gestão por parte dos trabalhadores e aposentados com a participação em, no mínimo, um





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

terço de assentos dos conselhos e, entre outros itens, a possibilidade de sindicatos e associações constituírem fundos de pensão complementares. Foi recentemente criada a Anapar (Associação Nacional de Participantes de Fundos de Pensão), que tem construído uma plataforma de defesa dos direitos dos participantes: não-estabelecimento de limite de idade, defesa do plano de benefício definido, gestão paritária dos fundos, além de políticas de investimentos que preservem o emprego e o salário, e o desenvolvimento local sustentável com responsabilidade social.

Gestão da Previdência pública – A gestão da previdência pública é uma conquista que nasce com a própria criação dos sistemas previdenciários. Iniciou-se no Brasil, em 1923, nas antigas caixas de aposentadorias e pensões por empresa, evoluiu para os institutos de pensão por categoria, sendo cortada tal participação durante os períodos de ditadura, e cortada definitivamente com a ditadura militar de 1964, com a unificação do INPS em 1966. Os períodos de exclusão dos trabalhadores e aposentados da gestão na Previdência propiciaram desvios de recursos para outras atividades, como obras faraônicas, sem que esse dinheiro voltasse para a Previdência.

Sonegação e renúncia fiscal – O alto índice de sonegação fiscal é incentivado, entre outras coisas, pela adoção de uma política de renegociação e parcelamento de dívidas com o INSS. Mesmo a dívida ativa – já inscrita—, estimada em 100 bilhões de reais em 2002, não é paga em proporção aceitável, devido à ineficácia da Procuradoria do INSS. A morosidade na execução de dívidas inscritas deve ser alvo da fiscalização e de uma ação determinada do governo. A renúncia fiscal para as contribuições sociais deve ser reavaliada, pois permite que milhares de entidades, entre elas as de caráter filantrópico questionável, não recolham as contribuições previdenciárias, gerando, no ano passado, um prejuízo de cerca de 9,2 bilhões. É necessário dar fim às isenções de falsas entidades filantrópicas, combater a sonegação e cobrar imediatamente as dívidas ativas das empresas privadas para com o sistema previdenciário, além de implementar efetivamente a política de penalização dos fraudadores e sonegadores, responsabilizando-os individualmente pelo delito.

Qualidade dos serviços no sistema previdenciário – É necessário propiciar um atendimento de boa



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



qualidade à população, com aplicação em recursos humanos e materiais e a valorização dos servidores da Previdência social com salários e condições de trabalho dignos e planos de carreira que estimulem o trabalhador ao bom exercício de sua função. Além disso, a elaboração, em conjunto com as entidades representativas de servidores, de mecanismos que possibilitem uma melhor racionalização no atendimento à população pode ser um mecanismo democrático e eficaz.

Por uma Reforma da Previdência que amplie direitos

Desde 1995, a CUT considera que a Reforma da Previdência deve resgatar o conceito de seguridade social, em que as políticas públicas relativas a saúde, assistência e previdência social sejam pensadas de forma conjunta e articulada. A Previdência Social deve ser pública, única, universal, solidária e com um teto que contemple a grande maioria dos assalariados brasileiros. Defendemos também que seja concedida por tempo de serviço, garantindo-se aposentadoria especial para aqueles que sofrem desgaste físico e mental no exercício da sua função. O sistema deve ter caráter contributivo, com gestão quadripartite (governo, trabalhadores da ativa, aposentados e empresários).

A proposta de Reforma da Previdência, encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente da República, acompanhado de 27 governadores de estado, é fruto de um debate restrito, pois a proposta do governo federal foi discutida tão-somente com os governadores e no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Não houve um processo de negociação da proposta de Reforma da Previdência com as entidades representativas dos trabalhadores. Além disso, o Projeto de Reforma da Previdência já encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional possui inúmeros aspectos que penalizam trabalhadores do setor público e privado com baixos salários. Sendo assim:

1. *Que o Governo Federal abra imediatamente um processo de negociação com a Central Única dos Trabalhadores sobre a Reforma da Previdência.*
2. *Em relação ao teto: propomos a fixação de um teto de 20 salários mínimos, patamar que permite*



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



contemplar cerca de 95% dos assalariados brasileiros. A CUT defende ainda a imediata votação da lei que define o teto de remuneração dos três poderes para acabar com as aposentadorias privilegiadas.

3. *Previdência complementar:* propomos que, acima do teto fixado para as aposentadorias dos servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da reforma, sejam criadas entidades fechadas de previdência pública complementar, sem fins lucrativos, geridas de forma paritária entre representantes do governo e dos servidores, e financiadas pelas contribuições de ambos na relação de dois por um.

4. *Idade mínima exigida para a aposentadoria:* propomos a manutenção das regras em vigor, para os servidores que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998, e do critério de transição vigente (para aqueles que já eram servidores em 16 de dezembro de 1998), cuja idade mínima ficou fixada em 53 e 48 anos (homens e mulheres, respectivamente).

5. *Critério de cálculo do valor das aposentadorias e pensões:* para os atuais servidores a CUT defende a manutenção da atual regra de cálculo do valor das aposentadorias e pensões, balizadas pela integralidade em relação à última remuneração em atividade. Para os servidores que ingressarem no serviço público após a aprovação da emenda, a CUT defende a fixação de um teto de aposentadorias de 4.800 reais (em valores de hoje), acima do qual os servidores poderiam contribuir para um fundo de previdência complementar. No que tange ao valor das pensões, defendemos que estas, no setor público e no setor privado, sejam iguais aos valores das aposentadorias respectivas, sem reduções de qualquer ordem.

6. *Paridade entre ativos e inativos:* defendemos a manutenção do princípio da paridade para os atuais e futuros servidores. Admitimos, contudo, que os benefícios ou vantagens salariais novos (não relacionados com reajustes salariais destinados a repor o poder aquisitivo corroído pela inflação) sofram a incidência de contribuições, assegurando o princípio contributivo, cabendo ao órgão previdenciário aplicar o cálculo atuarial para que o novo benefício seja devidamente financiado.

7. *Estabelecimento de alíquotas de contribuição incidentes sobre aposentadorias e pensões:* a CUT



manifesta-se pela manutenção da isenção contributiva de aposentados e pensionistas à Previdência Social, tanto no regime dos servidores públicos quanto no regime geral de Previdência Social (INSS).

8. *Regulamentação das atividades especiais no setor público*: entendemos que as atividades exercidas pelos trabalhadores expostos à ação de agentes ou ambientes insalubres, perigosos, periculosos ou penosos, devem receber tratamento especial. Esta garantia está inserida na Constituição Federal, desde 1988, mas, até o momento, não foi objeto de regulamentação, fazendo com que milhares de servidores públicos sejam forçados a exercer atividades dessa natureza por períodos expressivamente superiores aos recomendados pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). A regulamentação deste direito deve seguir os mesmos critérios e condições previstas para o setor privado, na medida em que a natureza e a lesividade dos agentes é a mesma, devendo prever aposentadoria aos 15, 20 e 25 anos de trabalho de acordo com o tipo de atividade desenvolvida.

9. *Aposentadoria especial*: defendemos aposentadorias especiais para o exercício de atividades insalubres, penosas e perigosas aos 15, 20 e 25 anos de trabalho, com comprovação em formulário acompanhado pelos sindicatos, sem limites de idade, e sem a incidência de equipamentos de proteção individual para concessão do benefício, com permanente direito de conversão de especial para comum e vice-versa, para diversas profissões e situações de trabalho do setor público e privado: trabalhadores em minas de extração de minérios; mergulhadores, câmaras frigoríficas, professores do ensino básico – infantil, fundamental e médio (aos 25 e 30 anos de serviço, para mulheres e homens, respectivamente); profissionais da saúde envolvidos diretamente com situações de risco; profissionais da área de segurança; profissionais do setor de saneamento básico e elétrico; entre outros.

10. *Estabelecimento de mecanismos de proteção para as aposentadorias do INSS*: com a introdução do “fator previdenciário” após a promulgação da Emenda Constitucional no 20, houve uma significativa redução no valor dos benefícios finais concedidos, se comparados ao último salário em atividade. Esta medida atinge da mesma forma aposentados com rendas distintas. Neste sentido, a CUT propõe que seja alterada a forma de





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



cálculo dos benefícios do INSS, de modo a incorporar uma variável que defenda as menores faixas de renda, em especial se estas estiverem combinadas com ingresso precoce no mercado de trabalho e renda média baixa durante a vida laboral.

11. *Gestão democrática e paritária para todos os regimes previdenciários*: a gestão democrática está inscrita na Constituição Federal, mas não está implantada como deveria. A transparência, o acesso permanente de todos os trabalhadores às informações sobre o sistema previdenciário para o conhecimento dos direitos e a efetiva gestão paritária e democrática são essenciais à proteção da Previdência Social.

12. *Seguro Acidente de Trabalho (SAT)*: O Seguro Acidente de Trabalho deve ter caráter público, com benefícios, tratamento e reabilitação públicos e gestão paritária. Somos absolutamente contrários à privatização deste serviço. É necessário também que o Seguro Acidente de Trabalho seja estendido aos trabalhadores do serviço público das três esferas, para que trabalhadores como os agentes de saúde da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que foram contaminados por produtos químicos como DDT e Malathios, no combate aos mosquitos vetores das doenças endêmicas como malária e febre amarela, possam ter seus direitos assegurados, inclusive aposentadoria especial e indenização por danos morais. Além disso, a CUT deve buscar junto a quem é de direito ações regressivas no Judiciário contra empresas que, por não seguirem as regras de prevenção, causam doenças e acidentes de trabalho, gerando afastamento dos trabalhadores e onerando a Previdência e o INSS.

13. *Combate à sonegação*: defendemos a realização de uma auditoria nas contas da Previdência e a introdução de mecanismos legais que coíbam a sonegação.

14. *Situação dos trabalhadores rurais*: ampliação dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, tanto assalariados como os do regime de agricultura familiar, combinando regime especial contributivo com recursos providos do Orçamento da União.

A CUT, da mesma maneira que lutou contra a flexibilização de direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Fator Previdenciário, medidas que atingiam bruta o trabalhador da iniciativa privada,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



tudo fará para que os pontos negativos da proposta do governo sejam alterados. Vamos mobilizar nossos sindicatos, pressionar os deputados, apresentar emendas, participar de audiências e atos públicos e utilizar todos os instrumentos de luta que fazem parte da nossa história.

Reforma agrária e agrícola

A estrutura agrária brasileira é uma das mais atrasadas e contraditórias do mundo. Grandes extensões de terra, algumas maiores do que países inteiros, concentram-se nas mãos de poucos latifundiários, muitas vezes unicamente para fins especulativos. Ao mesmo tempo, em algumas regiões do país, como São Paulo, concentra-se uma moderna agroindústria de exportação. O resultado dessa situação não se resume apenas em miséria e desemprego no campo, mas também em retrocesso na produção, atraso tecnológico e encarecimento dos produtos agrícolas. Um primeiro e essencial ponto para reverter essa situação é a realização de uma ampla reforma agrária no país, com confisco do latifúndio, fim dos subsídios ao grande capital agrário e expropriação das terras dos grandes devedores (usineiros do álcool e outros), e a distribuição da terra aos milhões de sem-terra e pequenos produtores rurais. Para que dê frutos, no entanto, deve vir acompanhada de crédito estatal barato para financiamento de máquinas e fertilizantes, toda a infra-estrutura tecnológica necessária, condições para a distribuição dos produtos. Outra medida importante, como forma de diminuir o excedente urbano de mão-de-obra, é o fornecimento de crédito barato e infra-estrutura ao pequeno empreendedor da cidade.

A inexistência de um modelo de reforma agrária que indique, com clareza e transparência qual o perfil da estrutura fundiária que se deseja para o país, os padrões e objetivos a serem buscados para os projetos de assentamento e os rumos da agricultura familiar, entre outros, pode ser constatado pelo que segue. Total descompasso e desintegração entre os diversos mecanismos de obtenção e destinação de terras decorrentes das sérias contradições existentes entre eles, em particular o da desapropriação e o do Banco da Terra. O caráter isolacionista da reforma agrária e dos projetos de assentamento, que inviabilizam a sua integração aos





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



projetos e programas de desenvolvimento territorial sustentável. Baixa capacidade de pagamento dos assentados e assentadas gerando um alto grau de inadimplência das famílias assentadas, tanto das remanescentes beneficiárias do Procerá quanto do atual Pronaf. A inexistência de um padrão ordenado e nacional de acompanhamento, assistência técnica e extensão rural voltada e adaptada para as especificidades da reforma agrária. O grave quadro socioeconômico e ambiental dos projetos, denominado de passivo dos assentamentos, resultante da implantação de um modelo que não leva em conta a sustentabilidade. A fragilidade institucional, em particular do INCRA, detentor da responsabilidade por planejamento, execução e fiscalização das ações de reforma agrária, e a ausência de mecanismos institucionais democráticos e adequados que possibilitem, de forma permanente, a participação e a responsabilidade compartilhada dos movimentos sociais e demais entes públicos.

Por tudo isto, propomos:

- O fim do Banco da Terra; que o governo Lula se antecipe às ocupações, fazendo um levantamento, a partir das entidades ligadas à luta pela terra (MST, Contag, sindicatos), das terras aptas para a reforma agrária, construindo a infra-estrutura antes mesmo de as famílias serem assentadas.
- Lutar pela reforma agrária, com debate sobre o papel social da terra; disponibilização das terras improdutivas, devolutas e das terras utilizadas para o plantio de drogas, para fins de reforma agrária.
- Lutar pelo fim da violência no campo, praticada pela polícia e pelos fazendeiros, com a conivência do Estado, e pelo fim da impunidade e das perseguições a militantes e dirigentes sindicais do campo.

Diante desse quadro, se de um lado temos os movimentos organizados ciosos pela busca de conquistas sociais, políticas e econômicas adiadas já há muito, de outro lado temos conservadores contrários a uma nova diretriz política, e que procuram manter seu *status quo*. Certamente as casas legislativas irão refletir as composições e os interesses que estão em jogo para a administração do país. A julgar pelas tendências com que estas articulações têm sido feitas, serão muitos os obstáculos que as forças progressistas deverão superar para fazer valer modificações fundamentais na Constituição Federal ou na recomposição orçamentária do



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Ministério do Desenvolvimento Agrário. A superação destes obstáculos é fundamental para que o governo federal cumpra com os compromissos assumidos com os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

A violência no campo, que se manifesta das mais diversas formas e que tem sua face mais cruel no assassinato de lideranças sindicais, não pode mais ser admitida como forma de luta dos setores reacionários e conservadores da elite do país. É necessária apuração e punição dos assassinos e seus mandantes. Junto a isto, as prisões indiscriminadas de trabalhadores e trabalhadoras devem ser imediatamente substituídas por apurações isentas e pela agilização da reforma agrária. Desta maneira, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais setores comprometidos por uma reforma agrária ampla não deve abdicar de suas principais bandeiras: revogação de uma legislação anacrônica, solução para os acampamentos, fim da prisão indiscriminada. Por outro lado é necessário que os movimentos se instrumentalizem para discussões acerca da qualidade dos assentamentos e seu papel no desenvolvimento econômico e social das famílias beneficiadas e das regiões onde estão instalados.

A luta política pela reforma agrária também se trava nos tribunais e não há que se falar que as batalhas travadas ali, pelo fato de tratar de tribunais, sejam meramente jurídicas. Muitas vitórias das forças contrárias à reforma agrária são conquistadas dentro das hostes jurisdicionais e, muitas vezes, pela ambigüidade das leis vigentes. Caso emblemático e crucial para conquistas significativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta contra o latifúndio é a revisão da interpretação dada pelos tribunais superiores ao conceito de “função social da terra”.

Embora a Constituição autorize a desapropriação para fins de reforma agrária dos imóveis que não cumpram sua função social, e elenque taxativamente quais são os elementos necessários para que se fiscalize de que forma estes latifúndios foram conseguidos e se efetive a desapropriação, a mesma Constituição desautoriza a desapropriação de áreas produtivas de maneira que, hoje, não se punem aqueles proprietários que não respeitam a legislação ambiental e trabalhista, promovendo a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Por outro lado, a composição dos índices de produtividade adotada favorece a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



perpetuação dos latifúndios, exigindo que seja feita uma imediata regulamentação dos dispositivos constitucionais e uma revisão dos dispositivos infraconstitucionais.

Outra vitória também significativa dos latifundiários é relativa ao pagamento de juros compensatórios nas desapropriações para fins de reforma agrária. Mas isto é uma aberração, pois imóvel improdutivo não gera renda, logo não há o que ser compensado. É urgente a revisão deste entendimento jurídico, pois os recursos despendidos com juros compensatórios encarecem a reforma agrária, que, afinal, é paga pelo trabalhador rural sem terra e por todos os trabalhadores.

Da mesma forma, é urgente a revogação dos parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º do art. 2º da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que veda a vistoria de imóveis ocupados, premiando com a exclusão sumária do Programa de Reforma Agrária áreas improdutivas e punindo os trabalhadores rurais, também, com a exclusão. Esta medida não encontra fundamentação jurídica na Constituição federal e afronta princípios fundamentais da pessoa humana.

Questões relativas ao conceito de pequena e média propriedade, notificação prévia do desapropriado também precisam ser enfrentadas, pois retardam os procedimentos para desapropriação de imóveis improdutivos, sacrificando ainda mais os trabalhadores que dependem da reforma agrária para alcançar cidadania.

Populações tradicionais e reforma agrária

O entendimento de que a reforma agrária não se resume à distribuição de terras é consensual. Ela é, também, a garantia de sustentabilidade àqueles que, esquecidos pelo poder público, não têm recursos, inclusive tecnológicos, para se manter na terra. Verdadeiras guardiãs dos recursos naturais e dos ecossistemas locais, as chamadas populações tradicionais, aqui compreendidas as ribeirinhas, seringueiros, castanheiros, caiçaras, quilombolas e indígenas, pescadores artesanais e artesãos e as quebradeiras de coco, não são objeto de políticas públicas já há muito tempo, de maneira que a situação atual destas populações é





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

gravíssima. Vítimas de grandes latifundiários e seus jagunços, essas população têm, ao longo do tempo, perdido suas terras pelo uso da força sem que haja instituições públicas que as protejam.

Em que pese a existência de leis e organismos públicos (Funai, Fundação Cultural Palmares – FCP, MMA/Ibama) com atribuições de protegê-los, o fato é que hoje não há programas e projetos capazes de estancar a perda das terras e recursos naturais essenciais à sobrevivência dos agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros e castanheiros, que vivem, na maioria, em terras públicas federais e estaduais. Ações direcionadas para garantir a posse e o uso de suas terras, bem como políticas públicas destinadas à sustentabilidade das comunidades, podem e devem ser desenvolvidas pelo MDA/Incra. Por isto, a CUT deve denunciar a ocupação irregular das terras públicas de domínio da União e propor a sua destinação para projeto de reforma agrária para o assentamento de trabalhadores sem terra, e que as populações tradicionais possam se enquadrar como beneficiárias do programa nacional de reforma agrária (Resex, PAES, PDS, RDS).

O abandono, pelo INCRA, da política de regularização fundiária afeta diretamente estas comunidades, que, sem uma situação estável quanto à posse da terra, não têm acesso a créditos e demais programas para pequenos agricultores. Dados preliminares da FCP indicam a existência de aproximadamente 400 mil famílias de quilombolas espalhadas pelo Brasil. No Estado do Pará, contando-se apenas as populações de ilhas e terrenos marginais e acrescidos aos rios, chega-se a aproximadamente 50 mil famílias que ocupam terras públicas federais e estaduais. Embora com características diferenciadas, as populações de agricultores familiares atingidos por barragens e outros empreendimentos também sofrem a ausência do poder público, com a omissão para a avaliação do impacto causado e na implantação de medidas mitigadoras, previstas por ocasião da aprovação dos projetos.

O Brasil passou por vários ciclos históricos, mudanças políticas e econômicas. Em nenhum momento a estrutura da posse de terra foi alterada no sentido de democratizá-la. Até mesmo no processo de luta contra a escravidão, a liberdade que chegou para os negros já havia sido antecedida por uma Lei de Terras (de 1850) que impedia o acesso à terra para os recém-libertos e para os imigrantes recém-chegados da Europa. Depois



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



vieram a República, a Revolução de 1930, o período de grandes lutas populares entre 1945 e 1964, a ditadura, os liberais e os neoliberais. A enorme concentração fundiária em nenhum desses momentos foi enfrentada. Ao contrário, nos últimos anos, o agronegócio expulsou centenas de milhares de famílias do campo. O Brasil segue sendo o segundo país do mundo com maior concentração fundiária. E não à toa apresenta índices alarmantes de miséria no campo, pobreza e violência nas cidades, alimento caro, agressão ao meio ambiente. Nenhum modelo de desenvolvimento econômico e social será sustentável sem que o acesso à terra seja democratizado.

O Projeto Fome Zero foi corretamente colocado como prioridade, e precisa concentrar seus esforços nos aspectos não-assistencialistas do programa; entre eles destacamos a reforma agrária. A vitória das forças populares com a eleição de Lula deve agora iniciar um processo de luta pelo rompimento com essa história vergonhosa de injustiça social. Não podemos perder essa oportunidade histórica.

Diretrizes para uma nova política de reforma agrária

A reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar estão entre as medidas essenciais para dar um novo rumo ao país, que recoloca o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentável com crescimento econômico e distribuição de renda. A reforma agrária e a mudança de política agrícola são necessárias para que a agricultura produza alimentos para o mercado interno, ajude a eliminar a pobreza e a desigualdade social no meio rural e seja um fator de desenvolvimento social para o meio rural e o meio urbano.

É preciso reafirmar o papel fiscalizador e interventor do Estado para a correção das distorções fundiárias e agrárias decorrentes de altos índices de concentração da terra e, fundamentalmente, do não-cumprimento de sua função social.

Viabilizar a reforma agrária como ferramenta fundamental e capaz de corrigir as graves distorções da estrutura fundiária é o principal balizador de toda e qualquer diretriz estratégica de uma política de reforma agrária. É necessário superar equívocos históricos ao se planejar e implementar os planos e ações de reforma



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



agrária de forma isolada e corporativa. Há que se garantir um forte e amplamente negociado processo de planejamento da reforma agrária, revendo-se conceitos, objetivos e estratégias, de forma a ampliar e compatibilizar a reforma agrária a uma nova realidade brasileira, com a participação da CUT e a elaboração de propostas na formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Contemplar o respeito às particularidades regionais. Uma nova concepção de espaço pressupõe o aprofundamento de toda e qualquer proposta que vise a implantação de uma sólida “rede de atores” que devem promover ou se beneficiar das políticas de desenvolvimento territorial e de Reforma Agrária. A definição de território deve ser decorrente de regiões compostas por conjuntos de municípios minimamente homogêneos quanto às realidades e aptidões. Planos, normas, metas e orçamentos de âmbito nacional deverão ser radicalmente adaptados e rebatidos regionalmente, com assistência técnica pública estatal e não-estatal para os assentamentos. Além disso, um programa de reforma agrária deve conter mudanças na legislação para limitar regionalmente o tamanho da propriedade agrícola e estabelecer áreas reformadas, que sigam um zoneamento agroecológico e orientem o reordenamento do espaço territorial do país. Este programa deve conter assistência técnica e extensão rural pública e gratuita, e crédito rural subsidiado.

Alçar a reforma agrária aos níveis de prioridade política de governo mediante a formulação e envio ao Congresso Nacional de projeto de lei elaborado a partir da revisão e consolidação da legislação agrária, fruto de um amplo debate entre as instâncias de governo federal, estadual e municipal, nos âmbitos dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais.

Desenvolver de forma integrada o planejamento, a execução e o monitoramento da reforma agrária ao conjunto de políticas fundiária, agrícola, social, ambiental, propiciando patamares adequados para a qualidade de vida do público-alvo, mediante o desenvolvimento sustentável de todo o contexto territorial em que vivem e não apenas nos projetos de assentamento. Neste sentido, a educação ambiental é fundamental para valorizar a agricultura orgânica, pôr fim ao uso abusivo de venenos e proibir a entrada desses produtos no Brasil.

Afirmar a luta contra a utilização de sementes geneticamente modificadas, como forma de enfrentamento



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



aos oligopólios transnacionais que buscam o controle da produção e distribuição de sementes e como luta fundamental pela soberania alimentar; aprofundar a defesa dos recursos naturais com ênfase na proteção da nossa biodiversidade; e intensificar e participar de todas as lutas em defesa e proteção de nossos recursos hídricos como direito humano à sobrevivência e à soberania.

Conjugar distintas políticas de acesso à terra, entre elas crédito fundiário, desapropriação por interesse social e outras, para disponibilizar os meios de produção, em particular a terra, para o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra ou com pouca terra, organizados e mobilizados para este objetivo.

Promover ações específicas para geração de oportunidades a segmentos sociais com nítida vocação empreendedora, que se mostrem dispostos a contribuir com o processo de desenvolvimento rural sustentável mediante a criação e a consolidação de novos agricultores familiares, apontando perspectivas para a juventude e outros segmentos, bem como para a viabilização de projetos regionais de desenvolvimento econômico e social.

Políticas para a efetivação da reforma agrária

Políticas de acesso à terra

1.

Sobre a legislação

- a) Revisar a legislação agrária, visando incluir o critério do não-cumprimento das legislações ambiental e trabalhista, para a desapropriação de terras para fins de reforma agrária.
- b) Revisar a legislação que trata imóveis onde exista trabalho escravo, infantil ou de cultivos ilegais, visando o confisco integral para fins de reforma agrária.
- c) Revisar a legislação do Imposto Territorial Rural (ITR) e sua aplicação, evitando a ociosidade de



imóveis rurais e a concentração fundiária.

- d) Revogar a Medida Provisória 2.183, que criminaliza os trabalhadores e trabalhadoras rurais que promovem ocupações, e isenta de vistorias por dois anos ou mais os imóveis ocupados.
- e) Extinguir o Banco da Terra.
- f) Reavaliar os antigos Contratos de Alienação de Terras públicas, visando a declaração de adimplências de seus ocupantes, quando cumpridas as cláusulas resolutivas, ou, em caso contrário, definir política de regularização ou retomada de áreas.

2. Sobre as políticas de obtenção e disponibilização de terras

- a) Adotar critérios de acordo com políticas e demandas de desenvolvimento territorial e social.
- b) Uniformizar os processos de vistoria e avaliação dos imóveis, a partir de critérios de preço, qualidade, aptidão do imóvel e demanda social.
- c) Extinguir o Programa de Pré-cadastro pelos Correios e instituir um Cadastro Nacional de Candidatos, com a participação dos movimentos social e sindical.
- d) Estabelecer um sistema de seleção justo e adequado do público a ser beneficiado pelas ações de reforma agrária, redefinindo-se critérios.
- e) Estabelecer parcerias com os governos estaduais para inventariar terras públicas da União e dos estados, retomar ações discriminatórias e definir políticas de destinação e regularização fundiária, assim como retomar áreas irregularmente ocupadas, consolidando em âmbito nacional um programa de combate à grilagem.
- f) Revisar o Fundo de Terras, compatibilizando-o com outros mecanismos de acesso à terra, permitindo o incremento de receitas e o financiamento da reforma agrária.
- g) Revisar a política de titulação compatibilizando-a com a capacidade de pagamento dos assentados, as particularidades de sua organização e a necessidade do financiamento da reforma agrária.



h) Diagnosticar projetos de colonização antigos, visando identificar e regularizar pendências de âmbito fundiário e dominial de forma justa; e promover uma política específica de apoio e fortalecimento da agricultura familiar já existente nestes projetos.

i) Adotar medidas administrativas e jurídicas visando cumprir as normas que coíbem as irregularidades na ocupação dos assentamentos, tais como aglutinação e ocupação irregulares de lotes e em áreas de reserva ambiental.

j) Quando o governo utilizar políticas de contingenciamento e bloqueios orçamentários, não deverão ser incluídos os recursos para obtenção de terras.

3. Sobre políticas de desenvolvimento territorial e social

a) Aparelhar e capacitar o INCRA para realizar diagnósticos fundiários que subsidiem a elaboração de políticas de desenvolvimento territorial.

b) Definir políticas específicas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar para posseiros regularizados.

c) Implementar medidas mitigadoras adequadas à nova realidade socioeconômica e ambiental dos agricultores familiares, por ocasião de aprovação governamental de barragens e outros empreendimentos que resultem em reassentamento desta população.

d) Compatibilizar as várias políticas de governo, com o objetivo de incorporar famílias não selecionadas para a reforma agrária às demais políticas públicas.

Políticas para a sustentabilidade dos assentamentos

a) Estabelecer políticas de assistência técnica, extensão rural e educação integral, vinculadas à implantação de um plano de desenvolvimento do assentamento, estimulando as iniciativas associativas e cooperativas, baseadas em princípios participativos e no abandono de posturas detentoras de conhecimento



exclusivo para que, num processo de aprendizagem mútua, abrangente, contínua e integradora da família, do meio ambiente e das demais relações que se estabelecem nos assentamentos, formem cidadãos capazes de trilhar seus próprios caminhos. Para viabilizar esta nova postura, deve-se buscar o incremento de parcerias entre o poder público, movimentos organizados e organizações não-governamentais (ONGs), que estabeleçam uma relação técnico/família assentada compatível com as necessidades dos projetos de assentamento.

b) Definir critérios para estabelecer índices de desenvolvimento dos projetos de assentamentos, com vistas à sua emancipação.

c) Repensar as bases para a implantação de novos projetos e a recuperação dos passivos dos projetos existentes que tenham como parâmetro as fases de seu ciclo de vida: vistoria, desapropriação, arrecadação, implantação, desenvolvimento e emancipação.

d) Adequar as normas do INCRA para composição dos custos médios por família, relacionados às obras e aos serviços, às diversidades regionais e especificidades dos assentamentos, juntamente com um calendário adequado para liberação de recursos.

e) Incentivar e incrementar a cooperação nos projetos de assentamento visando garantir sua sustentabilidade e inserção competitiva nos mercados: mercado institucional, segurança alimentar, geração de rendas não-agrícolas, incentivo à agroindustrialização e demais oportunidades geradas por políticas de desenvolvimento territorial local.

f) Revisar a Resolução Conama 289/01, visando o estabelecimento de real parceria entre as políticas fundiária e ambiental.

g) Recuperar os passivos ambientais nos assentamentos e estabelecer políticas de educação ambiental, visando a ocupação e o uso sustentável dos recursos naturais como geradores de oportunidades.

h) Redefinir as possibilidades de aplicação dos recursos de maneira a adequá-las às reais necessidades do projeto.

i) Estabelecer modelo de gestão dos recursos, garantindo que os assentados e assentadas tenham



autonomia para definir a implantação dos projetos técnicos.

j) Estabelecer monitoramento permanente nos assentamentos, com a avaliação da capacidade de pagamento e políticas de refinanciamento para os tomadores de crédito.

k) Reformular normas e fluxos de liberação dos recursos garantindo a disponibilidade e a seqüência necessárias.

l) Reforçar ou readequar a capacidade operacional do INCRA, bem como desenvolver ações de capacitação de seu corpo técnico, necessárias para a implantação de um novo modelo de reforma agrária.

m) Estabelecer novas bases para as relações entre INCRA, agentes financeiros e famílias assentadas de forma a garantir qualidade e prazos na execução das etapas de financiamento dos projetos.

n) Redefinir os atuais parâmetros para a contratação de serviços, sob bases reais e com rígidos critérios para cadastramento de empresas, acompanhamento e entrega das obras e serviços contratados.

o) Desenvolver campanhas junto aos beneficiários da reforma agrária, esclarecendo seus direitos e deveres, assim como dos executores governamentais.

p) Estabelecer mecanismos legais de controle e fiscalização visando impedir a adoção de sementes e produtos transgênicos.

Ações afirmativas

a) Garantir os direitos das mulheres, nos critérios de cadastramento, seleção, financiamento e titulação das áreas de assentamento, contribuindo para a superação dos limites que as privam da vida pública e de oportunidades iguais de acesso a terra, crédito e assistência técnica.

b) Rever a legislação de regularização das comunidades quilombolas e estabelecer parcerias entre INCRA, Fundação Cultura Palmares, governos estaduais e as organizações quilombolas, possibilitando o reconhecimento, a regularização fundiária e a posterior titulação das áreas remanescentes de quilombos em terras públicas e a desapropriação em terras particulares. Além disso, propiciar a integração social, política e



econômica dessas comunidades através de projetos de desenvolvimento sustentável.

- c) Promover a integração e a fixação dos jovens nos projetos de assentamento, adotando-se medidas de apoio ao empreendedorismo, projetos específicos para jovens, infra-estrutura cultural e de lazer e articulação com as escolas profissionalizantes.
- d) Realizar um diagnóstico nacional das populações tradicionais ocupantes de terras públicas e estabelecer políticas públicas para a regularização fundiária e ações de apoio à sustentabilidade destas populações.
- e) Revisar e ampliar o Pronera de forma a consolidá-lo como ferramenta de erradicação do analfabetismo nos projetos de assentamento.

Gestão da reforma agrária

- a) Elaborar as bases para a implantação de um modelo de reforma agrária descentralizado, participativo e permeável aos interesses dos atores e suas particularidades regionais. Estabelecer matriz de responsabilidades com os atores necessários para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação da reforma agrária.
- b) Promover um arranjo institucional entre governo federal, estados e municípios para o diagnóstico dos principais problemas rurais, garantindo-se a participação da comunidade nos seus respectivos territórios – meso e microrregiões.
- c) Criar comitês nacional, regionais e municipais para acompanhamento e avaliação das ações de reforma agrária, envolvendo representantes dos órgãos executores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e beneficiários.
- d) Criar mecanismos, no âmbito do MDA, que garantam a integração das ações de planejamento e execução dos programas a ele afeitos.
- e) Adequar o Plano Orçamentário Plurianual (PPA) aos projetos e ações do INCRA e,

conseqüentemente, a sua recomposição orçamentária.

f) Promover o efetivo combate à violência no campo e eficácia nas negociações entre governo e atores sociais, mediante a implantação de um sistema de manejo de crise nas unidades executoras do INCRA, com o fortalecimento da Ouvidoria Agrária Nacional e negociação com o Poder Judiciário para a criação ou dinamização das varas agrárias.

g) Revisar e concluir os sistemas corporativos do INCRA, possibilitando o monitoramento e a avaliação das ações de reforma agrária e seus impactos junto à população beneficiada, bem como sua transparência e o controle social.

Reforma sindical e trabalhista

A CUT e a reforma sindical e trabalhista: garantir direitos, fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho. A concepção da CUT, desde sua fundação, é de que a superação da estrutura sindical oficial será fruto de um movimento articulado entre as iniciativas para a transformação dos sindicatos, a construção da estrutura da CUT e as alterações no marco institucional legal.

A proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), formulada em 1992, consolidou de forma sistêmica o acúmulo da CUT sobre organização sindical, e pode-se dizer que desde a 9ª Plenária Nacional, em 1999, a CUT tem uma proposta global de reforma sindical e trabalhista, que se expressa, inclusive, em formato de projeto de lei e de emenda constitucional, com ênfase na Organização por Local de Trabalho (OLT), negociação coletiva e contrato coletivo de trabalho e o fim da unicidade e do imposto sindical. A base fundamental do SDRT é a instituição de um regime de plena liberdade de organização sindical, em sintonia com vários princípios consagrados pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras: Convenção 87 – liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização; Convenção 98 – Aplicação dos princípios do direito de sindicalização e da negociação coletiva; Convenção 135 – proteção aos representantes dos trabalhadores nas empresas; Convenção 151 – proteção ao direito de sindicalização e



procedimentos para definir as condições de emprego na administração pública; Convenção 158 – sobre o término da relação de trabalho por iniciativa do empregador. Além destas, há aquelas relacionadas à eliminação de diferentes formas de discriminação, como a Convenção 100 – igualdade de remuneração entre homens e mulheres; 111 – sobre discriminação em matéria de emprego e profissão; 156 – igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres.

A CUT buscará garantir na reforma sindical a instituição do Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT); e na Reforma Trabalhista, alterações da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), baseadas na ampliação do atual patamar de conquistas e de direitos já assegurados para os trabalhadores.

Neste sentido, destacamos os seguintes aspectos:

- a) Legalização imediata das centrais sindicais, incluindo-se as estruturas nelas organizadas.
 - b) Implementação dos contratos coletivos nacionais.
 - c) Garantia do livre acesso dos dirigentes sindicais ao interior das empresas e direito de instituir comitês sindicais nos locais de trabalho.
 - d) Garantir a ultratividade dos acordos coletivos.
 - e) Redução da jornada de trabalho sem redução de salários e benefícios e limitação das horas extras.
- Esta é uma bandeira estratégica no combate ao desemprego. A luta pela diminuição da jornada pode ser um grande momento de enfrentamento entre capital e trabalho, como disse Marx em 1886: “A lei da jornada de trabalho de dez horas não foi apenas um grande sucesso prático, foi a vitória de um princípio: pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política da burguesia sujeitou-se à economia política da classe operária”. Trabalhar menos, para que todos possam trabalhar, aumentando os salários e o tempo livre dos trabalhadores. Além disso, deve ser proibida a fixação de horário nas empresas de produção contínua e de turno de revezamento, pois, quando se discute com o patronato a redução da jornada de trabalho no turno de revezamento, a primeira ameaça patronal é a de fixar os horários em turnos, de forma a descaracterizar a produção ininterrupta, com o objetivo de fugir à jornada constitucional de seis horas diárias.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

- f) Efetiva fiscalização e coibição do trabalho escravo e degradante, e do trabalho infantil.
- g) Reintegração dos dirigentes sindicais demitidos.
- h) Eliminação de todos os dispositivos legais que contrariam a liberdade e autonomia sindical e os direitos dos trabalhadores.
 - i) Uma política de recomposição salarial e de emprego efetivo.
 - j) No financiamento público para o desenvolvimento e aquisição de novas tecnologias, deve-se exigir como contrapartida a manutenção dos postos de trabalho.
 - k) Combate à informalidade e às péssimas condições de trabalho, com fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho.
 - l) Combate à terceirização nos serviços públicos, com a realização de concursos públicos, especialmente para as áreas de Saúde, Educação e Previdência Social.

Um aspecto importante do acúmulo da CUT refere-se à compreensão reiterada na 10ª Plenária Nacional em 2002 de que a superação da estrutura sindical corporativa seria decorrente de um movimento que articulasse as iniciativas de transformação dos sindicatos, a construção da estrutura da Central e as ações para mudar o marco institucional legal.

Assim, a conquista da liberdade sindical seria decorrente das ações para dentro e para fora. No movimento para dentro, a visão de sindicato cutista de ramo de atividade, as definições sobre a organização vertical da CUT, as normas básicas para os estatutos das entidades cutistas, aprovadas pela 9ª Plenária Nacional e que deverão ser incorporadas aos estatutos destas entidades: teto de três anos para mandatos sindicais; simultaneidade nas eleições de representantes de base e das direções sindicais; a comissão eleitoral do sindicato deverá contar com representantes das chapas concorrentes, da confederação do ramo e da CUT estadual/nacional e ser eleita em assembléia geral da categoria ou instância de representação de base; aprovação obrigatória das contas dos sindicatos em assembléias gerais ou outra instância de representação de



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



base; basear a arrecadação da entidade nas taxas voluntárias, cobrando um percentual mínimo de 1% da renda mensal do trabalhador assalariado e taxa mínima de 1% do salário médio da categoria/ramo para autônomos; prever no estatuto uma organização de base/local de trabalho e garantir sua participação em instâncias de direção da entidade. No movimento para fora, a visão da CUT sobre como deveria ser a estrutura sindical do país e o padrão de regulação de relações de trabalho.

A proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho constituiu-se em uma referência global para a integrar a atuação da CUT no seu movimento para fora: no debate sobre a reforma da legislação trabalhista e sindical; e para dentro: na definição de sua estrutura. Durante o governo FHC foi implementada, de forma unilateral e pontual, uma reforma neoliberal da legislação trabalhista e sindical orientada para a flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho no campo dos direitos individuais, e orientada para a regulamentação restritiva dos direitos coletivos (ataques ao direito de organização sindical, criminalização do direito de greve, entre outras medidas). A experiência no governo FHC revelou que a mera anunciação da proposta da CUT foi claramente insuficiente para organizar a luta contra a precarização do trabalho, que se agravou com o aumento do desemprego e o aprofundamento da crise econômica.

A estratégia da CUT de reforma da legislação trabalhista e sindical deve começar pela reafirmação da necessidade da retomada do crescimento econômico, por mudanças na política econômica, pela implementação de políticas ativas e passivas de combate ao desemprego e à fraude trabalhista. Mas é preciso reconhecer que há um novo cenário para esta disputa, não apenas pelos impactos de mais de uma década de neoliberalismo (precarização, desemprego, flexibilização etc.), pela nova realidade sindical já expressa pelo recente Censo Sindical do IBGE, mas também pela derrota do projeto neoliberal no governo central do país. A vitória eleitoral abre um período político inédito no Brasil, estabelecendo novas condições para as disputas nesse campo.

A estratégia da Central, adequada a este novo período político, passa pela atualização de seu acúmulo sobre o tema e pela “compactação” do conjunto da Central em torno de uma intervenção unificada. Trata-se,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

portanto, de atualizar a elaboração e organizar a ação para dentro da CUT e para fora. O interesse da CUT e seus sindicatos nesses temas deve levar-nos a pautar o tema, buscar definir os tempos e os espaços, e não apenas responder à agenda e ao calendário do governo federal. O resgate da proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho é importante para valorizar a idéia de que organização sindical, negociação coletiva, direitos fundamentais, entre outros, constituem um conjunto integrado. Não se pode abrir mão de uma visão sistêmica no debate sobre a reforma trabalhista e sindical. Entretanto, se é importante um debate sobre modelo, não podemos nos perder numa discussão abstrata que não tem por base uma estratégia de mudanças, em políticas concretas, que não se desdobra na definição de ações prioritárias, com tempos e processos estabelecidos.

A atuação da CUT deve, portanto, orientar-se para que a reforma sindical e trabalhista tenha um caráter progressista, que democratize as relações de trabalho, valorize o papel do Estado como garantidor de direitos, fortaleça a organização sindical e amplie os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Medidas imediatas que preparam a Reforma

A CUT deverá propor medidas que sinalizem claramente o sentido da mudança da reforma sindical e trabalhista. Trata-se, por um lado, da retirada do “entulho” de FHC formado pelas iniciativas de flexibilização e desregulamentação, que precarizaram ainda mais o trabalho, de restrição ao direito de organização e ação sindical: criminalização do direito de greve, restrições ao número de dirigentes com estabilidade, demissões de dirigentes sindicais, entre outras.

Além da retirada do “entulho de FHC”, a CUT deve priorizar o reconhecimento das centrais sindicais e da representatividade das diferentes estruturas verticais; a ultratividade dos acordos e convenções coletivos; o arquivamento do Projeto de Lei 618, que tramita no Senado Federal; a redefinição dos procedimentos de “reconhecimento sindical” por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (ou o congelamento do reconhecimento); a reintegração de todos os demitidos que tinham mandato sindical; a redução da jornada de



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

trabalho; a regulamentação da dispensa imotivada, entre outros aspectos.

Tais medidas poderão resultar de diferentes tipos de iniciativas do governo federal que não precisariam esperar a construção de possíveis acordos no espaço do Fórum Nacional do Trabalho. Em alguns casos trata-se de renovar a edição de medidas provisórias, em outros, trata-se de propostas de projeto de lei ou de emendas constitucionais (como no caso do reconhecimento das centrais sindicais).

O reconhecimento legal das centrais sindicais poderia se dar a partir da aprovação de uma emenda constitucional que inserisse este ponto no texto legal. Em relação ao reconhecimento da pluralidade sindical já existente nas instâncias de segundo e terceiro grau (federações e confederações) já há um acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1997, em cujas justificativas se afirma que a filiação do sindicato de base às estruturas verticais não é automática, o que se pode interpretar como o reconhecimento do direito de cada sindicato filiar-se à federação ou confederação que deseje. Tal compreensão contrapõe-se à que segue vigente na Justiça do Trabalho, que considera compulsória a filiação do sindicato às entidades da estrutura sindical oficial, ou seja, reconhece poder de representação do sistema confederativo. Diante desta postura da Justiça do Trabalho, o máximo que se tem conseguido é o bloqueio do repasse do imposto sindical.

O compromisso com a liberdade sindical está profundamente vinculado com o fortalecimento da unidade dos trabalhadores e trabalhadoras, um dos princípios fundamentais da CUT nestes 20 anos de existência. Estas propostas compõem uma agenda emergencial que deverá ser divulgada amplamente e apresentada ao governo federal como medidas que podem ser prévias e que não precisariam aguardar o desfecho do debate público sobre a reforma.

Agenda emergencial da reforma sindical e trabalhista

1. Retirada ou arquivamento do PL 5483/01, na Câmara Federal, e 134/01 no Senado Federal, que estabelecem a prevalência do negociado sobre o legislado.
2. Retirada do PL referente ao trabalho temporário e à terceirização que tramita no Senado Federal.



3. Ratificação da Convenção 156 da OIT sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadoras por trabalho de igual valor.
4. Cumprimento das Convenções 100 (igualdade de remuneração) e 111 (discriminação em matéria de emprego e profissão).
5. Revogação do Decreto 2100 de 20 de dezembro de 1996 e a vigência da Convenção 158 da OIT que proíbe a dispensa imotivada.
6. O reconhecimento do direito de negociação coletiva aos trabalhadores e entidades do serviço público com a instalação de mesas permanentes e a formalização de acordos e convenções.
7. Revogação dos dispositivos da Lei 9.601/98 e do Decreto 2.490/98 (que também trata dos contratos por tempo/prazo determinado) relativos ao banco de horas, permitindo apenas a compensação mensal da jornada de trabalho, e alteração do artigo 59 da CLT de modo a restringir a prorrogação da jornada somente por necessidade imperiosa e força maior.
8. Revogação do dispositivo da Medida Provisória 2.164/99 que ampliou as hipóteses permissíveis ao estágio, estabelecendo dispositivos na Lei 6.494/77 que reforcem a essência do estágio (agregação de efetivo conhecimento e experiência profissional e educacional ao estudante) vinculado à formação acadêmica e profissionalizante do estágio, prevendo seu registro na CTPS a título de experiência.
9. Alteração do valor da multa por descumprimento da legislação trabalhista, em particular para a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o registro obrigatório do empregado.
10. Fortalecer a fiscalização do trabalho, através do aumento do número de auditores fiscais e da criação de efetivas condições de trabalho para coibir a informalidade e a terceirização fraudulenta, as falsas cooperativas de trabalho e o desrespeito às condições de higiene, saúde e segurança no trabalho.
11. Revogação do parágrafo único do artigo 442 da CLT com objetivo de inviabilizar as falsas cooperativas.
12. Propor limites à terceirização, restringindo-a às atividades que requerem trabalho temporário.



13. Pressionar pela tramitação em regime de urgência do PL que prevê a expropriação para fins de reforma agrária de terras onde seja identificada exploração de trabalho escravo e trabalho degradante.
14. Garantir a ultratividade das cláusulas das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.
15. Revogação da lei de criação das comissões de conciliação prévia, instituídas pela Lei 9.958, de 12 de janeiro de 2000.
16. Garantir o exercício do direito de representação e organização no local de trabalho.

A disputa da reforma sindical e trabalhista

Excluídos estes temas, que poderiam ser tratados através de medidas imediatas, o restante do debate sobre a reforma trabalhista e sindical deverá ser tratado pela CUT de forma sistêmica. Não há como definir a nova estrutura sindical brasileira sem definições sobre a negociação coletiva, sobre onde reside o poder de celebração de acordos e convenções coletivas, ou seja, a quem se atribui a capacidade negocial e contratual (comissão sindical de base, sindicato de base, estruturas verticais, centrais), sobre o sistema de resolução de conflitos que inclui o papel da Justiça do Trabalho, sobre a legislação de sustento, os critérios de definição da representatividade sindical, sobre a transição para o novo modelo, entre outros aspectos.

O acúmulo da CUT expresso pela proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho e de sua estratégia de reforma da legislação sindical e trabalhista deve ser retomado num processo que promova sua atualização diante do novo cenário e uma compactação do conjunto da CUT em torno de uma estratégia, das táticas apropriadas e de um projeto de novo sistema de relações de trabalho. Trata-se de identificar e discutir aspectos polêmicos, aprofundar a elaboração sobre temas em que o acúmulo é insuficiente e suprir as lacunas ainda existentes.

Uma das lacunas refere-se à formulação sobre a democratização das relações de trabalho no setor público, que deve ser entendida como uma das dimensões da própria democratização do Estado, de sua republicização, para que possa atuar de fato como garantidor dos direitos fundamentais. A tentação de colocar



as demandas corporativas dos trabalhadores do setor público em oposição ao atendimento das demandas sociais da população, além de despolitizar o debate sobre a atuação do governo, só contribuirá para afastar setores fundamentais para a sustentação de um projeto de mudanças. Além disso, deveremos incorporar elementos das novas experiências de regulação das relações de trabalho atualmente em curso em alguns locais.

O governo federal estabeleceu dois espaços institucionais para discussão do tema da reforma sindical e trabalhista. Segundo o governo federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de assessoria da Presidência da República, teria competência para a definição das diretrizes gerais destas reformas, constituindo para tanto grupos de trabalho específicos. O conteúdo destas reformas deverá ser objeto das negociações no Fórum Nacional de Trabalho, um espaço paritário e tripartite.

Há uma posição amplamente majoritária no Conselho que indica que deverá prevalecer um caráter regressivo nas reformas, que as subordinam às necessidades “do mercado”, contrário à manutenção e à ampliação de direitos fundamentais dos trabalhadores. O critério de representação individual e não-institucional e o predomínio empresarial são suficientes para que a CUT não considere o espaço do Conselho como o espaço prioritário de negociação.

A proposta inicialmente anunciada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) prevê que o FNT será instalado em maio, formado por três instâncias:

- a) Coordenação: formada por cinco membros do MTE
- b) Comissão de Sistematização: formada por 21 membros, sendo seis representantes dos trabalhadores, seis dos empregadores, seis representantes dos poderes públicos, três representantes de outros setores (economia informal, solidária), além de um mediador e um relator indicados pelo MTE;
- c) Plenária: formada por 60 membros, sendo 17 representantes dos trabalhadores, 17 dos empregadores, 17 dos poderes públicos e nove de outros setores.

Segundo a proposta do MTE, a indicação dos representantes da bancada dos trabalhadores é de



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



responsabilidade exclusiva das suas organizações representativas.

As discussões deverão ocorrer, simultaneamente, nas conferências tripartites organizadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho de maio a setembro e nos Grupos de Trabalho Temáticos, criados no interior da Plenária do FNT, que funcionarão de junho a setembro. O MTE apresentará para as conferências e grupos de trabalho textos de subsídio denominados relatórios temáticos, compostos por um diagnóstico e questões de orientação para os debates. O cronograma prevê que a sistematização dos resultados ocorreria em outubro e em novembro os resultados seriam apresentados ao presidente da República, ao Congresso Nacional e ao CDES.

Seriam nove os grupos de trabalho temáticos, cada um formado por 15 membros: organização sindical; negociação coletiva; composição de conflitos; legislação do trabalho; normas sobre condições de trabalho; organização administrativa e judiciária; tripartismo e

“Sistema S”; micro e pequenas empresas; outras formas de trabalho. Funcionariam de forma independente, com tempos e espaços próprios e a integração entre os temas se daria, segundo o MTE, através da intervenção articulada dos representantes dos vários setores em cada tema.

No que não houver acordo, o MTE irá tomar posição. Ainda não há definição se o resultado do FNT será um projeto geral de reforma sindical e trabalhista ou vários projetos sobre tópicos específicos que poderiam ser encaminhados em momentos diferentes.

A dinâmica proposta amplia a necessidade de uma ação integrada da CUT nos diversos grupos temáticos a partir de uma visão de conjunto sobre o novo sistema de regulação das relações de trabalho que almeja. A experiência do Fórum Nacional de Contrato Coletivo e Relações de Trabalho revelou, ainda, a necessidade vital de uma ação comum e compartilhada da CUT Nacional com suas instâncias e entidades filiadas, em particular com as entidades nacionais. Uma ação coordenada e um projeto claro são condições necessárias, mas não suficientes, para que tais reformas tenham um caráter progressista e democratizante.

A compactação da CUT em torno de um projeto comum passa pela atualização do acúmulo já existente



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



com a definição clara de onde se quer chegar e com o compartilhar das condições em que se darão tais disputas. Para tanto, propõe-se que, ainda nos meses de abril e maio, ocorram discussões em âmbito nacional e regional, com o objetivo de atualizar a proposta de sistema democrático de relações de trabalho, expressa pelo projeto de reforma da constituição e transição da estrutura sindical aprovado pela 9ª Plenária Nacional, em agosto de 1999, como proposta base da CUT.

Para que haja um processo real de discussão envolvendo os diferentes setores sociais o cronograma do FNT, inicialmente apresentado pelo Ministério do Trabalho, deverá ser revisto, adiando seu início e garantindo um tempo maior para o funcionamento dos grupos temáticos.

Por reconhecer a importância do FNT e o papel que pode vir a desempenhar como um espaço público de discussão e formulação de propostas, consideramos que sua pauta deva ser ampliada com a incorporação do tema do desemprego, das políticas ativas e passivas de emprego e do sistema público de emprego.

Nossa atuação nesse espaço se pautará pela explicitação de objetivos e pressupostos para a reforma trabalhista e sindical e para enfrentar o desemprego de forma que lhe dêem um sentido progressista, pela construção de compromissos que levem à ampliação de direitos e ao fortalecimento da representação sindical em novas bases, tendo como referência a liberdade e a autonomia sindical e a ampliação dos direitos sociais da classe trabalhadora.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



ESTATUTO

As possíveis e necessárias alterações nos estatutos da CUT exigirão um debate amplo e responsável. Portanto, neste Congresso foram aprovadas as alterações consensuais. As demais propostas serão deliberadas no 9º Concut. Neste sentido, o 8º Concut aprova por consenso o seguinte:

A criação da Secretaria Nacional e das secretarias estaduais sobre a Mulher Trabalhadora, que deverão estruturar-se nos mesmos moldes das demais secretarias que compõem as direções executivas nacional e estaduais da CUT. A Secretaria deverá ser eleita nos congressos nacionais e estaduais da CUT, e deverá constituir um coletivo, à luz do atual funcionamento da CNMT/CUT, com representantes das estruturas horizontais, verticais e entidades filiadas, em suas respectivas bases/âmbitos de atuação. Compete a essa Secretaria:

- Elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção das mulheres trabalhadoras na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos.
- Organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras.

O 8º Concut orienta que em todas as instâncias e entidades orgânicas e/ou filiadas à CUT seja designada uma mulher que faça parte da direção, com liberação plena, para que coordene a elaboração e implementação de ações sindicais voltadas para a promoção da igualdade das mulheres trabalhadoras e contribua para que o conjunto das políticas sindicais das respectivas instâncias e entidades considere a especificidade da situação vivida pelas mulheres.

A Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial (CNCDR) passa a funcionar como Comissão com





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

status de Secretaria, a exemplo da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT), com estrutura e condições de trabalho. O mesmo funcionamento passa a ser adotado para as comissões estaduais Contra a Discriminação Racial nas estaduais da CUT (CECDRs).

A criação e implementação da Comissão Nacional sobre a Amazônia (CNA), que deverá ter como principal objetivo substituir a ação da CUT na região e no país através da geração de informação sobre as diferentes realidades vivenciadas pelos trabalhadores e suas organizações, inclusive daquelas que estão fora dos sindicatos, ou seja, na economia informal ou excluída de qualquer processo, procurando focar nos seguintes temas: trabalho, meio ambiente e direito social. A CNA deverá ser composta levando em consideração as seguintes representações: CUTs da região (AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR, TO), ramos, sindicatos nacionais e ADS. O funcionamento e a coordenação da CNA serão definidos pela Direção Executiva Nacional da CUT eleita neste 8º Concut.

Fica incluído no Art. 64 do Estatuto da CUT, o seguinte parágrafo:

Parágrafo 3º – Caracterizando-se a vacância nas direções horizontais da CUT – estaduais e nacional –, proceder-se-á, nas plenárias estatutariamente previstas, à recomposição dessas instâncias, respeitando-se a composição proporcional emanada do respectivo congresso e atendendo ao requisito de gênero. O mesmo se aplica aos conselhos fiscais.

Outros temas e políticas permanentes

Diretrizes da Política Nacional de Formação da CUT para 2003-2006

A definição do papel da CUT perante o governo Lula, o Estado e a sociedade marcada por uma nova situação internacional apresenta novas demandas, também para a Política Nacional de Formação. Fundamentada em seus princípios históricos, a formação, enquanto ação político-sindical da CUT, constitui um



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



elemento estratégico na disputa de hegemonia na sociedade e contribui para a sistematização, a construção e a socialização de uma práxis emancipadora.

A Política Nacional de Formação (PNF) constitui-se numa das mais importantes políticas da CUT para a ampliação da sua representatividade, bem como para a consolidação da sua unidade e identidade na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, nos locais de trabalho, de moradia e nos espaços públicos. Avançar no fortalecimento da PNF coloca-se como uma das prioridades da CUT nos próximos períodos, como uma das condições necessárias para se intensificar a luta e as mobilizações por uma nova sociedade, pautada pela valorização do trabalho e por uma visão de mundo com justiça social e solidariedade entre os povos.

O fortalecimento da identidade política e metodológica cutista é fundamental para o seu posicionamento em defesa da classe trabalhadora, considerando-se o novo contexto da correlação de forças na disputa em torno de um novo modelo de desenvolvimento em nosso país. Isto implica que os trabalhadores e as trabalhadoras que constroem a CUT estejam inseridos em distintos espaços, públicos e privados, realizando uma intervenção propositiva qualificada, que se desdobre em ações concretas na sociedade, na política e na cultura. O objetivo maior da Política Nacional de Formação é aquele que aponta para a consolidação do projeto político e sindical da CUT em todas as suas dimensões.

A centralidade da formação de dirigentes na estratégia da PNF diante dos desafios da CUT

Em um cenário que deverá ser marcado pela maior explicitação das contradições entre capital e trabalho, pelas lutas contra a exclusão social, a opressão e as guerras, coloca-se como uma forte exigência à PNF uma ação mais ousada e muito mais vinculada à estratégia da CUT, particularmente no campo da formação das direções. No novo contexto político, questões fundamentais para os trabalhadores e trabalhadoras, como o debate sobre o caráter das reformas em pauta, sobretudo daquelas que incidem diretamente sobre as relações de trabalho, a organização sindical e a qualidade de vida, constam na agenda do novo governo. Para a CUT,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



isto representa a intensificação das disputas políticas e sindicais com aqueles setores que historicamente se opuseram às suas concepções e prática, nos espaços públicos, nos locais de trabalho e, principalmente, no cotidiano da ação sindical. A Central desempenhará um importante papel nessa disputa, para impedir que as reformas e políticas governamentais, incluindo aquelas que dizem respeito às relações de trabalho e organização sindical, tenham um caráter regressivo, de perdas e retrocessos sobre os direitos dos trabalhadores. Além disso, teremos um papel de extrema relevância na definição dos novos marcos na relação governo e sociedade civil.

Isso demanda uma grande capacidade de intervenção da nossa Central em todos os níveis, mediante uma ação extremamente articulada e num amplo envolvimento de todas as instâncias, sobretudo dos ramos, na implementação da estratégia definida neste 8º Concut. Neste sentido, a Política Nacional de Formação deve intensificar a sua ação na Formação Sindical, particularmente dos (as) dirigentes, nos sindicatos e Estaduais da CUT, bem como nos ramos e na CUT Nacional. A busca constante da materialização dessa estratégia política-pedagógica é fundamental para que a Rede de Formação possa responder com maior eficiência às novas demandas políticas e organizativas da CUT e contribuir para o exercício da solidariedade num possível cenário de liberdade e autonomia sindicais.

Educação Integral dos trabalhadores e trabalhadoras como condição para o fortalecimento da cidadania

Concebida como um dos princípios para qualificação dos trabalhadores no âmbito da Política Nacional de Formação da CUT, a Educação Integral pressupõe a articulação permanente das dimensões de Escolarização, Formação Política e Sindical e Formação Profissional, numa perspectiva de qualificar os sujeitos não apenas para o mercado de trabalho, mas sobretudo para a tomada de consciência crítica perante as transformações no mundo do trabalho, a realidade política-econômica e social do país, como também a importância da organização sindical tendo em vista o fortalecimento da cidadania.

Assim, a Educação Integral dos trabalhadores e trabalhadoras, formulada e implementada pela CUT nos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

últimos anos, constitui a base fundante da concepção metodológica desenvolvida em todas as políticas e percursos formativos na PNF, tanto no que diz respeito à qualificação dos dirigentes para a gestão sindical e das políticas públicas quanto para a qualificação dos formadores, militantes e trabalhadores em geral. A partir das experiências de Educação Integral, para além de consolidar-se como a Central Sindical que tem uma política de formação de dirigentes das mais consistentes no âmbito da América Latina, a CUT colocou-se como uma das novas referências no debate metodológico da qualificação profissional no Brasil e em outros países das Américas, da África e da Europa. Exemplo disso tem sido a significativa participação de entidades internacionais nas duas edições da Conferência da PNF realizadas em 1999 e 2002, assim como a intensificação da troca de experiências e parcerias com entidades governamentais e não-governamentais no âmbito da educação de jovens e adultos. Este acúmulo político metodológico é um patrimônio da CUT. Assim, é preciso estimular o processo de sistematização e socialização dessas experiências como condição para consolidar concepções e influenciar cada vez mais na definição dos projetos político-pedagógicos no campo das políticas públicas de educação profissional e de educação de jovens e adultos.

Portanto, cabe à Rede de Formação aprofundar as formulações neste campo e intensificar a articulação com as entidades sindicais dos diferentes níveis da educação, a fim de formular uma estratégia unitária de ação da CUT para o enfrentamento dos problemas inerentes às políticas públicas de educação profissional e de jovens e adultos.

As prioridades da Política Nacional de Formação da CUT

Coloca-se como tarefa fundamental para a PNF intensificar as ações no campo da formação sindical voltada para as direções que atuam tanto na estrutura sindical e nos locais de trabalho como nos espaços de gestão das políticas públicas, buscando maior integração entre ações formativas e ações políticas e sindicais, visando a maior qualificação dos dirigentes e subsidiando o conjunto das instâncias da CUT nos debates de temas estratégicos para a Central, sobretudo no que diz respeito à concepção, à estrutura e à prática sindical



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

da CUT, à liberdade e autonomia sindical e às relações de trabalho no contexto de um novo padrão de desenvolvimento e consolidação da democracia.

A CUT reafirma as políticas que vêm sendo implementadas no âmbito da PNF, com centralidade na formação de dirigentes. Isto implica definições mais precisas sobre formas (metodologia e financiamento) de implementação que, por um lado, garantam uma ação articulada entre os diferentes âmbitos da Rede e que permitam maior integração com as instâncias horizontais (CUTs Estaduais) e verticais (ramos), desde os sindicatos de base. Por outro lado, implica definições que desenvolvam uma ação formativa permanente e continuada, que considere demandas específicas do público-alvo – orientando os recortes das políticas prioritárias, e as abordagens temáticas, em consonância com a agenda política e sindical da CUT e com as próprias necessidades advindas da implementação da estratégia formativa. Além disso, estas definições devem orientar as relações dos órgãos da CUT

– Agência de Desenvolvimento Solidário, Instituto Nacional de Saúde do trabalhador e o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos, e instituições externas que podem contribuir para a maior consistência das abordagens temáticas e o desenvolvimento metodológico, como DIEESE e Unitrabalho, entre outras.

Para a implementação dessas políticas, é necessário que o conjunto das instâncias da nossa Central assumam, efetivamente, a formação como uma ação estratégica, prioritária e permanente, em todos os níveis de organização. Além disso, estimule seus quadros a participar não apenas das atividades formativas, mas também nos espaços de gestão da PNF desde o âmbito local.

A institucionalidade da Rede Nacional de Formação

O alcance das ações formativas da CUT só se garante em função da sua estratégia de rede, que se baliza na própria estrutura organizativa da Central. Compreendida como elemento fundamental na construção e garantia da identidade político-metodológica da CUT em todos os âmbitos, a Rede de Formação vem contribuindo decisivamente para potencializar as ações dos dirigentes frente às mudanças no mundo do



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



trabalho, aos processos de negociação e contratação coletiva, aos desafios no campo da organização sindical, bem como na intervenção no campo da gestão das políticas públicas e na compreensão dos condicionantes para um projeto de sociedade justa e solidária.

No entanto, essa concepção de Rede, que pressupõe a ampla participação das direções nos processos de definição da estratégia formativa, ainda não foi totalmente incorporada pelas instâncias, o que impõe uma série de limites para a ampliação da sua ação. É necessário que as secretarias estaduais de formação e as confederações e federações promovam nos seus âmbitos de atuação um processo de debates, envolvendo os sindicatos, sobre a importância da participação, independente da sua situação estrutural, já que um dos objetivos da Rede é fomentar a prática solidária entre as diferentes categorias, meio pelo qual se pode contribuir para a superação do individualismo e do corporativismo.

Faz-se necessário ampliar as experiências dos Coletivos de Formação em todos os níveis, fortalecendo a solidariedade entre as instâncias da CUT. Deve-se buscar, a partir da Secretaria Nacional de Formação, uma melhor estruturação das secretarias estaduais de Formação, bem como das secretarias de Formação dos Ramos, desenvolvendo programas de apoio aos secretários de Formação. É necessário também fortalecer os fóruns de Gestão da Rede de Formação em todos os âmbitos: os núcleos de Gestão e os encontros. Também é fundamental a manutenção de espaços que articulam os diversos processos de reflexões e abordagens temáticas em todos os âmbitos da PNF que desenvolvem um importante papel no fortalecimento da identidade política e metodológica da formação cutista. Para tanto, a Secretaria Nacional de Formação deve retomar o debate sobre a constituição e o funcionamento da Rede de Formação, com vistas a garantir, também, uma maior articulação com as outras políticas, órgãos e comissões da CUT.

É preciso repensar o papel, a organização e a sustentabilidade das escolas sindicais. Consideradas de extrema relevância para o processo de formação em profundidade dos dirigentes e lideranças sindicais, bem como no aprofundamento teórico e conceitual no campo metodológico, atualmente encontram-se sem condições mínimas e necessárias para a continuidade dessas tarefas tão caras à CUT. É urgente que as



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



instâncias da CUT assumam também como sua a tarefa de investir no fortalecimento das escolas sindicais com uma participação mais precisa e ativa no processo de gestão das escolas, de tal forma que os programas definidos possam responder com maior eficiência às demandas. É preciso também rever a funcionalidade das escolas sindicais considerando-se a institucionalidade da PNF.

Diretrizes para a Política Nacional de Formação da CUT no período de 2003 a 2006

Redefinir a estratégia de formação de dirigentes, à luz das novas demandas impostas pela agenda política e sindical em curso, dando-lhe centralidade no tocante às ações a serem desenvolvidas na PNF em todos os âmbitos. Neste sentido, deve-se buscar maior integração com as secretarias de Organização e Política Sindical visando uma ação articulada nas abordagens dos temas que dizem respeito às relações de trabalho e à organização sindical, tendo como referência o aprofundamento das reflexões e do processo formativo no que tange à liberdade e à autonomia sindical e ao projeto político e sindical da CUT.

Em conjunto com a Secretaria de Relações Internacionais, a Rede Nacional de Formação, coordenada pela Secretaria Nacional de Formação, deve promover um amplo processo de debates e capacitação das lideranças sindicais sobre o novo contexto internacional e os novos desafios para o sindicalismo, focalizando temas como as instituições financeiras multilaterais, os processos de integração regionais, com ênfase na ALCA e no Mercosul. A PNF deve desenvolver ações de intercâmbio e cooperação internacional a partir das prioridades da CUT, tanto no âmbito da organização quanto no da formação, fortalecendo os laços de solidariedade com os trabalhadores e trabalhadoras de outros países, em particular daqueles que compõem a América Latina.

Do mesmo modo, deve-se intensificar as ações formativas setoriais aprofundando-se as reflexões em torno dos processos de reestruturação produtiva e seus impactos sobre as relações de trabalho, particularmente nas empresas multinacionais, articulando-as com as estratégias de ação sindical que já vêm sendo desenvolvidas pelas diversas confederações e federações que constituem os ramos da CUT. Neste



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



aspecto é de extrema relevância maior integração da Rede no desenvolvimento das pesquisas e estudos produzidos pelo Observatório Social, bem como retomar o debate sobre a importância do projeto CUT-Finep para a potencialização dos diagnósticos setoriais.

No desenvolvimento dos diversos projetos na Rede de Formação, uma das principais diretrizes é aprofundar a articulação permanente com os órgãos da Central que trabalham com temáticas específicas: Gênero, Combate ao Racismo, Meio Ambiente, INST, ADS, Desep.

Dar continuidade ao desenvolvimento de projetos nas áreas de Educação Integral dos Trabalhadores, Formação de Gestores de Políticas Públicas (Conselhos e Fóruns), Formação de Formadores e de Formação de Trabalhadores para a autogestão, com vistas a avançar no processo de formulação conceitual e metodológica, articulados à estratégia de intervenção da CUT no âmbito das políticas públicas e da busca de um outro padrão de desenvolvimento econômico e social.

A partir da política de alianças da CUT, articular as ações da PNF com outros atores dos movimentos sociais e populares, sobretudo no campo da Educação de Jovens e Adultos e Gestão Democrática das Políticas Públicas, tendo em vista a ampliação e o fortalecimento das lutas em defesa do caráter público do Estado e de políticas que ampliem os direitos dos trabalhadores e das camadas populares da sociedade.

Intensificar as ações no âmbito da política de gestão da PNF para subsidiar de forma mais ágil decisões estratégicas, aprimorando a base de dados, a gestão dos projetos e programas, a avaliação interna e externa e a sistematização. Além disso, é preciso reelaborar o projeto político-pedagógico das escolas sindicais, visando o fortalecimento da Rede de Formação, nacionalmente articulada, para que esta atinja com maior impacto as microrregiões e os sindicatos.

Desenvolver um programa de formação para a comunicação como uma das políticas prioritárias da PNF, que promova interface entre as políticas de comunicação e os projetos da Política Nacional de Formação, objetivando, além da maior agilidade na troca de informações, a apropriação por parte dos trabalhadores das novas tecnologias de comunicação e informação, sobretudo internet e recursos multimídia. Este programa,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



articulando as dimensões da formação e da comunicação, pode ter como eixo norteador das suas ações os 20 anos da CUT.

A CUT e a construção de uma educação do tamanho do Brasil

O 8º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores adquire uma conotação especial com a simbologia da eleição de um trabalhador, sindicalista e líder de um partido de esquerda para a Presidência da República, demonstrando a força dos movimentos sociais organizados e, principalmente, um forte desejo do povo brasileiro de promover mudanças estruturais em nosso país.

Temos a convicção de que não é possível desenvolver um projeto político de mudanças estruturais numa sociedade sem que se enfrente o desafio de incluir milhões de cidadãos no direito à educação e sem que seja feita uma luta sem tréguas pela construção de uma nova hegemonia. O caminho para a construção de uma sociedade includente passa também pela construção de uma escola pública que seja um espaço plural, multicultural, onde as diferenças tenham direito de expressão. Portanto, a negação dos direitos básicos e a supressão dos direitos conquistados pela classe trabalhadora são elementos de nossa realidade que precisam ser tratados no cotidiano escolar.

Depois de anos de governos neoliberais, é fundamental que esteja no centro de nossas preocupações o financiamento da educação, condição essencial para a construção de uma escola que seja do tamanho do Brasil, como nos foi prometido por Lula no seu programa de governo. A sociedade civil organizada, com destaque para a CUT, desde muito formula saídas para a crise educacional, buscando enfrentar a exclusão de crianças e jovens dos bancos escolares, o número absurdo de analfabetos, o alto índice de crianças trocando as escolas pelo trabalho prematuro. Em sucessivos encontros nacionais os educadores e educadoras deste país formularam um projeto educacional que se materializou no Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade civil, projeto preterido pelo antigo governo e rejeitado pela sua maioria congressual. É a partir deste patamar que devemos iniciar as transformações necessárias ao país e desejadas pelo nosso povo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Nos últimos anos presenciamos um processo de descomprometimento do governo federal com a educação, com um processo de municipalização das obrigações do Estado com a educação básica e a aprovação de um dispositivo constitucional que desobriga a União do financiamento deste nível de ensino. O estabelecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) não trouxe recursos novos e restringiu-se ao ensino fundamental, fragmentando a educação básica e excluindo das fontes de financiamento a educação infantil, de jovens e adultos e o ensino médio.

O governo FHC descumpriu a sua própria lei e sonegou mais de 11 bilhões de reais, que deveriam ter sido repassados aos estados e municípios. Além disso, instituiu uma série de políticas educacionais oriundas do Banco Mundial e buscou convencer o povo brasileiro de que nossos principais problemas eram vinculados ao desempenho escolar (e não à qualidade do ensino) e que, portanto, a constituição de um sistema de avaliação, baseado em exames nacionais, seria o principal papel do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Este se transformou numa agência de regulação educacional, classificando os aptos e inaptos à sobrevivência nas regras do mercado capitalista.

A CUT resolve:

1. Propor ao novo governo uma completa reformulação da educação brasileira, tendo como parâmetro as propostas apresentadas pela sociedade civil ao Plano Nacional de Educação, muitas das quais constam do programa de governo apresentado à sociedade brasileira.
2. Apoiar a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb).
3. Realizar seminário sobre a mercantilização da educação e o papel das instituições privadas de ensino.
4. Participar dos debates “Universidade do Século XXI”.
5. Desenvolver campanhas em defesa da escola e das universidades públicas.
6. Lutar pela isenção de taxas nos vestibulares para alunos de baixa renda.
7. Orientar as entidades filiadas a realizar debates com os trabalhadores, sindicalizados ou não, sobre



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



a importância de sua participação, como pais ou responsáveis por crianças e jovens, na construção democrática dos conselhos escolares, transformando os conselhos em espaços para definição de propostas pedagógicas que atendam aos interesses amplos dos trabalhadores.

8. Reivindicar que piso salarial dos professores seja nacional e não regional ou estadual; o cumprimento do Artigo 6º da Lei do Fundef, e a implantação imediata de um novo Conselho Nacional de Educação e a realização de uma rigorosa auditoria externa sobre o reconhecimento de cursos universitários no período mais recente; participação da União no financiamento dos diversos níveis de ensino, elevando os investimentos educacionais em relação ao PIB; revisão do pacto federativo, rediscutindo as competências e o processo de municipalização; revisão completa do sistema nacional de avaliação, mantendo instrumentos de avaliação das instituições educacionais, amostragens de desempenho educacional e abolindo exames nacionais; o resgate da autonomia das universidades; a convocação imediata de uma conferência nacional de educação que conte com grande participação popular, com poder deliberativo sobre as políticas educacionais.

O desafio de consolidar o ensino de história e cultura afro-brasileira

Considerando que uma das primeiras ações do presidente Lula foi sancionar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de *história e cultura afro-brasileira* nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, e cujo conteúdo programático deverá abordar a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Para a CUT, essa atitude do governo é de extrema importância para a superação da discriminação e a promoção da igualdade racial.

Desse modo, com o objetivo de tornar vivo o espírito da lei, a CUT resolve:

1. Elaborar e propor projeto de emenda à Lei 10.639/03, sobre a formação e capacitação dos profissionais de educação.



2. Debater, elaborar e propor ao Conselho Nacional de Educação conteúdo mínimo curricular, além de bibliografias a serem utilizadas pelas instituições de ensino.
3. Promover debates sobre a inserção da questão racial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
4. Orientar as entidades sindicais cutistas dos profissionais de educação para que desenvolvam ações no sentido de capacitá-los para a implementação da lei e a construção da igualdade racial.
5. Subsidiar as ações dos sindicatos filiados quanto à implementação da lei, elaborando uma cartilha sobre a importância do envolvimento do movimento sindical, entre outras iniciativas.

Erradicação do analfabetismo e elevação do nível médio de escolaridade da classe trabalhadora brasileira, empregando parte da jornada de trabalho na educação

A redução da jornada de trabalho é uma reivindicação histórica dos trabalhadores e trabalhadoras e devemos buscá-la incessantemente. Será muito importante para os trabalhadores e para o futuro do Brasil se conquistarmos uma negociação que combine redução da jornada de trabalho com a educação dos trabalhadores, erradicando o analfabetismo e elevando o nível médio de escolaridade da classe trabalhadora. Algo similar à rica experiência das 150 horas para a educação conquistadas pelos italianos, mas evidentemente como um projeto adaptado às particularidades brasileiras e subordinado a uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Uma estratégia orientada pelo objetivo de aumentar a competitividade da economia nacional e com a perspectiva de reduzir a chamada vulnerabilidade externa deve contemplar um projeto de erradicação do analfabetismo e elevação do nível de escolaridade da classe trabalhadora brasileira até o nível básico de educação. O aumento do valor agregado nas cadeias produtivas também pressupõe uma escolarização e maior qualificação dos trabalhadores.

Neste sentido a CUT resolve:

Redução da jornada de trabalho mediante a destinação de quatro horas da jornada semanal de trabalho



em primeiro lugar à alfabetização, quando e se este for o caso, e concomitantemente à elevação da escolaridade da força de trabalho. As quatro horas destacadas da jornada para a educação devem ser transformadas em redução da jornada pura e simples após o processo educativo. Um programa desta natureza pressupõe a intervenção do Estado em vários momentos e níveis, assim como a participação dos empresários, inclusive na contribuição para o financiamento da educação. Tais programas devem ter gestão política, administrativo-financeira e pedagógica tripartite, reunindo representantes do governo, trabalhadores(as) e empresários(as).

A organização das mulheres e as políticas da CUT para a promoção da igualdade de gênero

A CUT e o conjunto das suas instâncias e entidades filiadas, nas últimas décadas, têm cumprido um papel fundamental no processo de democratização do país e na construção de alternativas ao projeto neoliberal do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. Têm avançado na organização e na mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras, na defesa de seus direitos de classe, e também no reconhecimento de que há diversas formas de discriminação e que

- para além da exploração de classe
- há também opressão de gênero e de raça/etnia, que se expressam, também, na classe trabalhadora.

A situação inédita aberta com a vitória eleitoral de um projeto democrático e com compromisso social traz grandes possibilidades de ação e de mudança na realidade brasileira em prol do desenvolvimento com justiça social. Mas apresenta também grandes desafios para a classe trabalhadora. A reforma do Estado, e em particular a reforma da Previdência e a reforma trabalhista e sindical, exige uma atuação que combine a defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as com uma intervenção propositiva que subsidie o sindicalismo cutista na disputa com os setores conservadores da sociedade a lógica e os conteúdos destas mudanças.

Da mesma forma, deveremos atuar de forma decidida para que a especificidade da situação vivida pelas mulheres seja incorporada na elaboração e na implementação de políticas públicas, através da divulgação e da mobilização em torno de bandeiras centrais e do diálogo com o governo, nos diferentes espaços existentes.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Um acúmulo importante, mas insuficiente

A Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (CNMT), desde sua criação em 1986, vem atuando para superar a desigualdade e a discriminação a que as mulheres estão submetidas nos diversos espaços da vida. Nesta trajetória foram desenvolvidas políticas e campanhas que expressaram a decisão da CUT de alterar concretamente a situação das mulheres. Políticas afirmativas, como a cota de gênero para composição da direção, e as campanhas pelo direito ao aborto, pelo direito à creche e pela igualdade de oportunidades são bons exemplos das ações desenvolvidas.

Nesse período houve avanços na organização das mulheres na CUT com a criação de espaços e estruturas específicas e de ações junto a algumas categorias. Mas o quadro é bastante diferenciado quando se observa o que existe de trabalho nos sindicatos e nas entidades estaduais e nacionais dos ramos. Nos últimos anos várias entidades nacionais criaram estruturas específicas de organização das mulheres, com diferentes padrões organizativos, e que, de forma geral, ainda se encontram em fase de consolidação.

A Pesquisa Sindical 2001, recém-lançada pelo IBGE, mostra que há muito ainda a ser feito. Os dados indicam que as mulheres ainda têm uma participação sindical inferior à sua inserção no mercado de trabalho, quer na composição do quadro de associados, quer nas diretorias sindicais. No quadro de associados, a presença das mulheres é maior nos sindicatos de trabalhadores urbanos do que nos sindicatos de trabalhadores rurais. Em relação à participação das mulheres nas diretorias sindicais, o IBGE constatou que, em que pese o aumento do número de mulheres nas diretorias, essa participação continua ocorrendo preferencialmente nos demais cargos e não nos três mais importantes: presidente, secretário-geral e tesoureiro. Ou seja, ainda é rara a presença das mulheres nos cargos de maior poder na hierarquia.

Uma situação diferenciada no mercado de trabalho

As mulheres são pouco mais da metade da população brasileira. Constituem, aproximadamente, 42% do mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento de um terço das famílias no Brasil. Entretanto, as



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



mulheres também são as mais atingidas pelo desemprego e pelo crescimento do setor informal da economia. Entre as que estão inseridas no mercado de trabalho formal, as mulheres se concentram nos postos de trabalho menos qualificados, nas funções de menor prestígio social e com menor remuneração. As trabalhadoras, em geral, ainda estão concentradas em atividades do setor de serviços e têm presença expressiva no segmento informal e desprotegido do mercado de trabalho. As mulheres são as mais atingidas pela precarização do trabalho e vivem de forma ainda mais grave a pobreza.

As desigualdades sociais, marcadas fortemente pelo viés de gênero, tornam-se mais agudas quando se inclui o componente da discriminação racial; 44% da população feminina são compostos de mulheres negras. As famílias chefiadas pelas mulheres negras são as mais pobres do país (muitas, inclusive, abaixo da linha de pobreza). A renda dos domicílios chefiados por mulheres negras é 74% inferior à renda dos domicílios chefiados por homens brancos. E é expressiva a participação das mulheres negras no trabalho doméstico, sem proteção e sem garantia de direitos trabalhistas e sociais.

Mesmo com o grande crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento de sua importância econômica (também na responsabilidade pelo sustento da família) e o seu destaque profissional em vários setores, a sociedade brasileira ainda revela fortes traços do modelo patriarcal. Não são raras as situações de discriminação e de opressão às mulheres, como a violência, inclusive doméstica, além do assédio sexual e do assédio moral no local de trabalho.

A esfera do trabalho, ao mesmo tempo em que reflete valores sociais que atribuem um papel secundário às mulheres, contribui para a reprodução desses valores e das chamadas “imagens de gênero”, o que pode ser observado através da divisão sexual do trabalho, da segmentação ocupacional, das barreiras ao acesso, à permanência e à promoção no emprego, das menores possibilidades de acesso à qualificação profissional e de ascensão aos postos mais elevados nas empresas. No que se refere às trabalhadoras rurais, a exploração e a discriminação se revelam também na falta de acesso à posse da terra – mesmo quando esta é garantida na lei. Tais desigualdades de tratamento e de oportunidades contribuem, também, para a existência de diferenciais de





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



remuneração entre homens e mulheres. No Brasil, o rendimento médio das mulheres ocupadas continua sendo cerca de 35% inferior ao dos homens.

Uma das conseqüências da “situação de fato” das mulheres na divisão do trabalho é que as mulheres trabalhadoras continuam sendo as principais responsáveis pela esfera doméstica, o que acarreta a persistência da dupla jornada e da sua quase exclusiva responsabilidade no cuidado dos filhos e idosos. É preciso encarar o desafio de que o conceito de trabalho seja ampliado, abrangendo também o trabalho reprodutivo e reconhecendo o trabalho doméstico como trabalho.

A existência de uma legislação nacional que proíbe diferenças de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres tem sido insuficiente para reverter o quadro de desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho e em outras esferas sociais, como por exemplo na representação política.

A compreensão de que as mudanças no trabalho e a pobreza afetam de forma diferenciada as mulheres, de que a precarização as tem atingido de forma ainda mais aguda e de que o atual padrão de acumulação utiliza-se da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero justifica a formulação de políticas sindicais e públicas específicas dirigidas à promoção da igualdade e à ampliação dos direitos sociais das mulheres. E isso deve se refletir na organização das campanhas salariais, nas campanhas de sindicalização, nas campanhas temáticas e na intervenção nas disputas gerais na sociedade em torno da mudança da política econômica e das reformas.

Fortalecer a organização das mulheres na CUT

Assim, o debate sobre a organização das mulheres na CUT – além de incorporar a realidade das diferentes categorias profissionais e a diversidade existente na organização das próprias instâncias e entidades filiadas à CUT – deve colocar com centralidade a questão de como responder a esses desafios. É prioritário estabelecer estratégias para que as necessidades das trabalhadoras sejam consideradas na formulação do conjunto das políticas e da intervenção sindical. Em decorrência, verificar qual a forma de organização que



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



mais favorece a implantação da política de gênero. As demandas dos trabalhadores mulheres e homens são diferenciadas, dadas a divisão sexual do trabalho e as relações de poder. Por isso é fundamental que nossas ações considerem as situações concretas das mulheres no trabalho, na vida e no movimento sindical.

A forma de organização das mulheres na CUT deve contribuir para a intervenção nessa realidade, apontando elementos e estratégias para incorporá-la nas políticas sindicais e nas políticas públicas. Nas políticas e iniciativas em relação a emprego e renda, por exemplo, garantir o enfoque de gênero implica considerar a necessidade de promover a auto-sustentação e a autonomia econômica das mulheres.

A luta pelo aumento do salário mínimo ganha ainda mais importância quando se reconhece seu papel fundamental na distribuição de renda e no combate da pobreza entre as mulheres, pelo aumento de seus rendimentos. Contribui, ainda, para a redução das desigualdades socioeconômicas entre as diferentes regiões do país.

No Brasil, das trabalhadoras que compõem a População Economicamente Ativa (PEA) 24,7% recebem até um salário mínimo, 21,5% até dois e 20,7% estão sem rendimentos. O valor do salário mínimo é referência não só para quem o recebe e tem carteira assinada, mas também para as trabalhadoras e trabalhadores sem carteira e para aqueles que recebem frações ou múltiplos do mínimo (meio salário mínimo, dois salários mínimos).

Da mesma forma, a luta pela redução da jornada de trabalho reveste-se de grande importância na medida em que, ao propiciar o aumento do número de postos de trabalho, pode contribuir para melhorar a forma de inserção das mulheres do mercado de trabalho, aumentando os índices de emprego formal.

Outro aspecto a ser incorporado no debate sobre a forma de organização das mulheres no sindicalismo cutista é que ela deve responder, também, às especificidades dos ramos de atividade, das CUTs estaduais e dos sindicatos filiados— que possuem formas diferenciadas de organização e de estrutura – ao mesmo tempo em que a CNMT impulsiona um padrão comum de atuação.

Em que pese o crescimento da organização no âmbito dos estados, ainda há dificuldade de estruturação



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



de várias CUTs estaduais, e essa realidade necessariamente deve ser considerada em relação à organização das mulheres.

Estratégia da política de gênero da CUT

O 8º Concut resolve:

1. Recomenda às CUTs estaduais, confederações e federações nacionais que garantam o desenvolvimento da política de gênero como uma estratégia para superar a discriminação e a exclusão social, incluindo as ações necessárias em seus planejamentos estratégicos e nas suas prioridades de ação, principalmente nas discussões sobre as reformas (trabalhista e sindical, previdenciária, agrária e agrícola, tributária e fiscal) e sobre as políticas públicas, incluindo as questões relativas a emprego e renda.
2. Recomenda às CUTs estaduais, confederações e federações nacionais que a política de gênero seja desenvolvida através de um planejamento coletivo, com a participação dos sindicatos de suas respectivas bases, considerando as especificidades locais e setoriais com base nas estratégias e prioridades definidas em âmbito nacional.
3. Aprova a retomada do desenvolvimento de um programa nacional de formação sobre relações de gênero com atividades específicas voltadas para a capacitação das mulheres e outras de caráter geral com a perspectiva de sensibilizar e capacitar dirigentes das entidades cutistas para a implementação de políticas e ações sindicais voltadas para a superação da desigualdade a que as mulheres estão submetidas.
4. Recomenda que as entidades dos diversos ramos incluam em seus processos de negociações coletivas, nas pautas de reivindicação, nos acordos e convenções coletivas, além das questões relativas à gestante e à maternidade, outros temas relacionados à situação das mulheres no trabalho, aproveitando-se da experiência acumulada em alguns setores.
5. Que a estratégia da política de gênero da CUT para o próximo período deverá incorporar as seguintes questões:



- a) Elaborar propostas sobre políticas públicas, no âmbito das políticas sociais, que subsidiem os sindicatos a incorporar nas suas lutas cotidianas para os trabalhadores e trabalhadoras de base questões com vistas à melhoria da qualidade de vida.
- b) Contribuir para a construção de um referencial de análise teórico, articulado com a prática cotidiana de dirigentes, que possibilite melhor compreensão das contínuas transformações no mundo do trabalho, com a perspectiva das relações sociais, as quais envolvem contradições diversas, entre elas as de gênero e raça.
- c) Contribuir para a inclusão dos enfoques de gênero e de raça/etnia na Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho implementada pela Secretaria de Política Sindical da CUT.

A CUT no combate à discriminação racial

A Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial da CUT (CNCDR), há mais de dez anos vem combatendo o racismo e todas as formas de discriminação, lutando pela igualdade de oportunidades na vida e no trabalho. A CNCDR comemora seus dez anos de muita luta, debates e reflexões em um cenário muito favorável no contexto histórico com a vitória eleitoral do projeto político e democrático vinculado a setores progressistas. Neste período de ampliação política e de maturidade da Central, o movimento social efervesceu, o que determinou a absorção da luta anti-racista para dentro da CUT. Os trabalhadores compreenderam a importância desta luta, construindo a CNCDR.

Em um país que não é de todas as “cores” e que promove as piores formas de discriminação e racismo, caldo cultural das variadas formas de opressão de gênero, raça/etnias e classe, o momento atual é de construção de uma nova história para o país, com uma nova concepção, traduzindo as necessidades do povo brasileiro em um projeto de desenvolvimento de nação que inclua os povos que nesses 503 anos estiveram à margem do processo social.

A vitória de Lula possibilita fazer este debate sob a orientação da comunidade negra. A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, órgão criado pelo novo governo, tem esta oportunidade histórica. Portanto, é





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



preciso mobilizar o movimento para conquistarmos, mesmo com muita dificuldade, parte de nossas reivindicações. Neste momento, em que realizamos o 8º Congresso Nacional da CUT e temos o desafio de aprovar uma estratégia que possibilite traduzir em condições concretas o resultado eleitoral de 2002, para construir um novo rumo para o Brasil, crescem as condições de organização e fortalecimento da CNCDR, assim como das Comissões Estaduais de Combate à Discriminação Racial (CECDRs) e grupos de trabalho nas federações e confederações.

A CNCDR no seu IV ENSAR (Encontro Nacional de Sindicalistas Anti-Racismo da CUT), refletiu sobre a sua atuação no último período e avaliou ter contribuído para qualificar o debate, em diversos espaços, com a formação de seus militantes e do movimento social. Foram várias as ações: denúncia contra o governo que não cumpre a Convenção 111 da OIT; campanhas, cartilhas e seminários, a exemplo da preparação para a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas de Intolerância Correlatas realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001. A atuação da CNCDR pautou-se sempre por qualificar o debate sobre a questão racial nos vários momentos e fóruns de que participou.

Ainda assim, após dez anos, algumas dificuldades permanecem: a falta de sensibilidade de alguns quadros de direção, a desqualificação do debate e, conseqüentemente, a desvalorização da militância. A questão racial não sendo uma política central da CUT ou das tendências que nela atuam torna secundário o tema, prejudicando a ação concreta das comissões estaduais. A luta contra o racismo é uma luta de todos os trabalhadores, por isso é absolutamente necessário que tenhamos encontros de sindicalistas anti-racismo (ENSAR) nas estaduais da CUT.

Superar este desafio e colocar o debate sobre as desigualdades como meio para conquistar a dignidade, a auto-estima e a tão propagada cidadania são um dos caminhos para uma sociedade justa e igualitária para todos. Assim, muito mais que uma reivindicação de um segmento dentro da CUT, a questão racial requer iniciativas a serem tomadas a partir das pesquisas que a Central realizou neste período, comprovando as desigualdades de gênero, raça e geração em várias áreas sociais e econômicas: saúde, educação, cultura,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



questão da terra e mercado de trabalho.

O mercado de trabalho ilustra bem esta realidade. Vários estudos com enfoque na questão racial foram desenvolvidos pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatística Sociais e Econômicas), e pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão do governo federal.

A discriminação e o racismo no mercado e nas relações de trabalho não são mais uma bandeira dos negros e negras da CUT –, têm se transformado em uma necessidade de justiça social, o que é um bom início para uma política pública de distribuição de renda.

A valorização do trabalho e do trabalhador, a defesa da recuperação do salário mínimo, assim como a redução de jornada de trabalho sem redução dos salários são bandeiras que estaremos defendendo, junto a outras tão importantes como o salário igual para trabalho de igual valor (Convenção 100 da OIT) e contra todas as formas de discriminação direta e indireta no mercado de trabalho (Convenção 111 da OIT). Todas essas bandeiras têm o objetivo de superar as desigualdades socioeconômicas vividas pela grande maioria da população que sobrevive abaixo da linha da pobreza como consequência dos interesses das elites em manter o poder, desde o período colonial, através de uma cultura de discriminação cujas seqüelas econômicas e sociais podemos atestar atualmente.

Diante destes complexos desafios para implementação de políticas propositivas (afirmativas) em nosso país, e para reparar as atrocidades cometidas nos 300 anos de trabalho escravo contra o povo afrodescendente e indígena, sentimos a necessidade tática de unificar os diversos discursos construídos historicamente no movimento e construir um conjunto de propostas e ações imediatas em que a sociedade tenha acesso às políticas desenvolvidas, buscando reparar a dívida histórica do Estado para com o povo brasileiro.

O objetivo da CNCDR é a superação de todas as formas de discriminação, racismo e sexismo, sempre buscando um novo ser humano para a construção de uma nova sociedade, livre, solidária e socialista.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Os trabalhadores e os sindicatos no combate ao racismo

Jamais foi tão presente a contradição fundamental entre capital e trabalho, hoje refletida na crescente concentração dos meios de produção nas mãos de uma ínfima minoria de proprietários, o que pode ser facilmente constatado na verificação da condição de penúria em que se encontra a grande maioria da população mundial. Para o quadro que se configura no atual momento histórico, o padrão de acumulação fundado no binômio taylorismo/fordismo cede terreno e vem sendo gradativamente substituído por formas flexibilizadas de organização do trabalho cujo exemplo maior é o toyotismo.

Com efeito, com a consolidação do capitalismo e o seu corolário – a divisão da sociedade em classes –, não restou aos descendentes dos antigos escravos senão a derradeira posição de subexército de reserva em um sistema que lhe opunha total estranhamento. Assumindo o trabalho assalariado, a classe dominante faz sua opção pela importação de trabalhadores europeus, reservando à população afrodescendente (cujo aumento aparecia como insegurança aos setores pensantes da elite dirigente) posições de extrema inferioridade na escala social, já tão abusivamente perversa para com o próprio imigrante, gerando o estigma da escravidão e, conseqüentemente, os pressupostos básicos do preconceito e da discriminação racial.

É evidente a contradição fundamental entre as históricas reivindicações da comunidade afrodescendente, que, travando o combate contra a marginalização a que foi submetida desde a abolição, procura impor ao ideário neoliberal e à sua postura de desregulamentação e flexibilização de direitos uma pauta de reivindicações de políticas públicas que, contemplando os interesses dos excluídos em geral, resgate, em particular, o passivo social de que é credor o povo negro, parcela preponderante nos índices que constata o estado de miserabilidade mórbida a que foi relegada a população brasileira.

Aos trabalhadores e, portanto, aos sindicatos cumpre a adoção de bandeiras de luta que coloquem na ordem do dia respostas imediatas às carências mais elementares dos despossuídos e que, contemplando em seus planos o combate contra todos os tipos de opressão, revelem na prática a consecução de um bloco de alianças não mais restrito aos produtores da cidade e do campo, mas que tenha como aliados os



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



desempregados, os jovens, as mulheres, os ecologistas e homossexuais, fundamentalmente os excluídos, explorados e discriminados, reconhecendo, assim, as especificidades das lutas que, ao lado dos conflitos de classe, determinarão a construção de relações humanas finalmente emancipadas, em uma sociedade verdadeiramente socialista e igualitária sem lugar para exploradores e explorados, em uma verdadeira democracia social, econômica e racial.

No 7º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizado em agosto de 2000, na cidade de Serra Negra, foi consensual o entendimento de que os sindicatos deveriam pautar no seu programa de políticas permanentes o combate ao racismo, tema que, embora propiciando à Central um enorme respeito conquistado nos fóruns e junto às organizações que debatem a questão racial, jamais foi explorado de forma adequada, sendo relegado à vontade isolada e à determinação política de alguns militantes ou dirigentes sindicais, em que pese seu enorme potencial.

A discussão racial não deve ser de responsabilidade exclusiva de negros e negras, com exclusão daquele que não seja afrodescendente – assim, entende-se que o tema da questão racial deve envolver toda a militância e, principalmente, os dirigentes sindicais. A luta contra a discriminação racial deve ser tida como uma questão-chave, seja do ponto de vista da conquista da cidadania para as maiorias, seja da perspectiva do combate às estratégias empresariais de superexploração da mão-de-obra, criando-se para tanto as necessárias condições políticas, organizativas e materiais concretas para a incorporação do tema em uma perspectiva anti-racista.

Assim, ao lado da participação ativa na elaboração de um projeto alternativo que reafirme a missão histórica dos trabalhadores da cidade e do campo, aos sindicatos cumpre a realização, articulada com os partidos políticos anticapitalistas e antiimperialistas, bem como com os movimentos sociais, de tarefas imediatas no âmbito da promoção da igualdade racial.

Sendo assim, o 8º Concut resolve:

Reparações Já!



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



1. Que as estruturas verticais e horizontais da Central organizem o debate da questão racial e da estruturação da CNCDR por regiões.
2. Reafirmar a resolução do IV ENSAR em defesa das cotas para a população negra nas universidades públicas.
3. Encaminhar a campanha pela implementação imediata das Convenções 100 e 111 da OIT.
4. Propor e buscar garantir, no debate sobre reforma agrária e políticas públicas fundiárias, a desapropriação, para fins da regulamentação, das terras de quilombo; a criação de um programa de regularização fundiária e desenvolvimento sustentado para as comunidades quilombolas dentro do Ministério Agrário.
5. Implementar uma política permanente de defesa dos trabalhadores negros, através da denúncia das atitudes racistas e discriminatórias dos patrões e dos governos e contra a violência policial.
6. Orientar os ramos para fortalecer seus grupos de trabalho, introduzindo nas negociações de acordos coletivos cláusulas antidiscriminatórias, entre outras medidas.
7. Que os sindicatos, as federações e confederações devem levar o debate racial para dentro de seus sindicatos com destaque para os seguintes pontos:
 - a) O reconhecimento da discussão racial como bandeira estratégica para o movimento sindical e de responsabilidade de todos os militantes, e a criação, no âmbito da estrutura do sindicato, de um coletivo que tenha por objetivo a discussão sistematizada da questão racial e das políticas sindicais permanentes de combate ao racismo.
 - b) Elaboração de um diagnóstico que determine, com fidelidade, a composição étnica da categoria profissional nos diversos níveis e setores de atuação.
 - c) Promoção de seminários, debates, palestras que tenham por finalidade a capacitação dos dirigentes, das assessorias e dos militantes sindicais na discussão do tema racial.
 - d) A participação dos sindicatos, através de seus coletivos de combate ao racismo, nos fóruns ou

conselhos comunitários que discutam a questão racial e que tenham por meta a implementação, a regulamentação e a fiscalização de políticas públicas de combate ao racismo e de promoção da igualdade.

e) A negociação de cláusulas coletivas que contemplem nos acordos ou convenções coletivas de trabalho bandeiras e reivindicações de promoção da igualdade racial e de combate às discriminações de forma genérica.

f) A instrumentalização e a capacitação dos departamentos jurídicos dos sindicatos nos temas específicos de combate à discriminação racial, proporcionando-lhes condições materiais para, em aliança com o movimento social e as administrações democráticas populares, promoverem estudos e encaminhamentos de questões judiciais ligadas à defesa da igualdade racial.

g) A instrumentalização e a capacitação dos departamentos médicos dos sindicatos para que implementem medidas de prevenção e tratamento das doenças com incidência maior na comunidade negra.

h) A participação dos sindicatos nas comemorações e datas históricas e culturais de relevância para a memória afrodescendente, assim como nos eventos marcantes para a comunidade negra e na luta contra o racismo e a discriminação.

i) Debate dos sindicatos junto à categoria e encaminhamento da campanha a favor da libertação do jornalista e militante do movimento negro americano Múmia Abu Jamal, fundador do Partido das Panteras Negras.

Assédio moral

No Brasil, em especial nos últimos anos, temos visto crescer acentuadamente novas formas de exploração e pressão no trabalho. Uma delas, e talvez a mais brutal, é classificada internacionalmente como *assédio moral*.

Entende-se como assédio moral a exposição de trabalhadores e trabalhadoras a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes criadas pelo empregador, suas gerências e chefias, durante o exercício da



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

função laboral, caracterizando-se em uma atitude desumana, violenta e sem ética nas relações de trabalho, visando desqualificar e desestabilizar emocionalmente a relação da vítima com a organização e o ambiente de trabalho, o que põe em risco não apenas a saúde, mas também a própria vida, uma vez que as principais vítimas do assédio moral são os trabalhadores – homens e mulheres – os acometidos de doenças e os acidentados.

O Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo tem sido pioneiro em ações contra procedimentos como este nas empresas da categoria; estas ações estão ancoradas numa pesquisa realizada pelo sindicato, que também tem realizado negociações com o setor patronal para tratar do tema. No entanto, sabemos que combater isoladamente esse tipo de procedimento patronal, ao nosso ver, não é a forma mais adequada, uma vez que a prática do assédio moral se dá em todas as categorias, afetando de forma terrível parte significativa da classe trabalhadora brasileira.

É inadmissível que em pleno século XXI, trabalhadores e trabalhadoras sejam submetidos a esse tipo de pressão e humilhação no ambiente de trabalho.

Neste sentido, o 8º Concut resolve:

1. É imperativo que a CUT tome para si mais essa bandeira de luta, realizando campanhas de esclarecimento aos sindicatos filiados e à sociedade contra mais essa forma de exploração à qual está submetida a classe trabalhadora.
2. Sabemos que a nossa Central não está alheia a esse tipo de acontecimento, no entanto urge a necessidade de concretização de ações propositivas seja no campo legal, seja no político.
3. Um dos passos importantes a ser dado é reforçar a solidariedade de classe como forma de combate ao autoritarismo e à tirania patronal, objetivando não permitir que a insensibilidade humana e social destrua sonhos e esmague as esperanças de milhares de trabalhadores e trabalhadoras. A luta para tornar esta prática visível na sociedade deve ser um dos objetivos a ser alcançado, a fim de evitar que o trabalho seja marcado por humilhação, sofrimento e medo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



4. Outro passo importante a ser dado vai no sentido da CUT orientar todos os sindicatos filiados para que busquem construir cláusulas a serem debatidas nas negociações e campanhas salariais/reivindicatórias, e conseqüentemente incorporadas nos acordos a serem firmados.

Fome Zero

Hoje a fome mata mais que a AIDS e mais que qualquer outra enfermidade. Atinge milhares e milhares de pessoas, na grande maioria crianças, especialmente no continente africano e no Brasil. Combater a fome é, sobretudo, um ato humanitário, solidário e ético.

Porém a fome não se combate com puro assistencialismo, através, apenas, da doação de alimentos. Embora isto ajude a matar a fome hoje, são necessários a mudança de modelo econômico, a geração de emprego e renda, a reforma agrária, o fomento à economia solidária e a redistribuição radical da renda e da riqueza concentrada por séculos de exploração, para eliminar esta vergonhosa realidade. Além destas dimensões estratégicas, o Programa Fome Zero do governo Lula busca construir um grande movimento de inclusão social e resgate da cidadania através do combate ao analfabetismo, da formação profissional, da facilitação do acesso ao microcrédito, entre outras medidas.

Neste sentido, a CUT:

1. Manifesta seu apoio ao mutirão nacional de combate à fome anunciado por Lula.
2. Deve orientar suas entidades filiadas a participarem desta iniciativa em suas regiões e municípios.

Contra a privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC)

O BEC foi criado pela lei estadual número 6.082, de 8 de novembro de 1962, para servir de instrumento de apoio financeiro ao desenvolvimento econômico e social do Ceará e prestar os serviços necessários à melhor execução orçamentária do estado. Com esses dois importantes objetivos básicos, o Banco iniciou suas atividades no dia 23 de junho de 1964. Em quase 40 anos de história, o BEC se manteve a maior parte do





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



tempo em absoluto equilíbrio econômico-financeiro, com exceção de crises pontuais e atípicas, enfrentadas nas décadas de 1980 e 1990.

Afora isto, o Banco do Estado do Ceará cumpriu rigorosamente sua missão primordial de fortalecer a economia local, através do financiamento da agropecuária, comércio, indústria e ainda da construção de moradias, prestando serviços inestimáveis não só ao Estado, mas principalmente às camadas menos favorecidas da população.

Já com a implantação do Plano Real, em 1994, o sistema financeiro nacional teve sua participação no Produto Interno Bruto reduzida de 16% para 7%, resultante da eliminação das receitas inflacionárias, do aumento do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista e a prazo e da elevação predatória das taxas de juros, que fizeram crescer a inadimplência. Apesar dos desafios trazidos por esse novo cenário econômico, que levou o sistema a mudanças estruturais profundas, incluindo o desaparecimento de grandes instituições, a exemplo do Real, do Econômico e do Bamerindus, o BEC não sofreu grandes abalos.

No entanto, a partir de 1995, o governo do estado do Ceará passou a apostar na privatização do Banco, contribuindo para a deterioração da situação patrimonial do BEC, tendo em vista que, diferentemente de outras empresas menos sensíveis a boatos, na empresa bancária, a imagem de solidez econômica e financeira e a perspectiva de continuidade de suas atividades são fatores determinantes para a confiança dos clientes. Assim é que poupadores foram sendo afugentados e devedores inescrupulosos deixaram de honrar suas dívidas, apostando na extinção do Banco, e, pior ainda, pessoas e empresas igualmente inescrupulosas se apressaram em tirar uma “fatia do bolo”, contraindo empréstimos para não pagar, estimuladas pela gestão temerária da então diretoria do período 1995-1998.

Foi assim que o BEC passou por um dos períodos mais obscuros de sua história. Em menos de quatro anos, o Banco, que era o 12º mais sólido da América Latina e instrumento de propaganda oficial, viu-se em situação de insolvência, sendo necessário um aporte de quase 1 bilhão de reais para reequilibrá-lo. Por conta disso, o BEC foi transferido para a União, no final de 1998.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Mais uma vez o Banco se ergueu e, no curto espaço de quatro anos, voltou a ser um espetacular gerador de riqueza, com rentabilidade de duas vezes a média do mercado, sendo o segundo mais lucrativo entre os estatais. Além disso, possui 1 bilhão de reais de ativos financeiros em caixa, esperando para ser transformados em ativos sociais, a exemplo dos microcréditos, se assim quiserem os governos estadual e federal.

E qual a moral de toda essa história até aqui? Livre de ingerências políticas nocivas, o Banco do Estado do Ceará é um extraordinário gerador de riquezas. Uma fábrica de fazer dinheiro, que precisa retornar – o mais rápido possível – a estimular o desenvolvimento econômico e social da nossa terra. Desprezar o BEC, enquanto instituição pública, ou até mesmo desdenhar dele como agente de democratização do acesso ao crédito, em especial ao microcrédito, são erros históricos que precisam ser revistos imediatamente.

Através de sua atuação, o Banco pode voltar a exercer, indiscutivelmente, a importante função de agente indutor do processo de desenvolvimento econômico promovido pelo governo. Dessa forma, constitui-se em instrumento essencial para a autonomia política e financeira do Estado, assegurando, através do crédito, o fortalecimento da base produtiva e contribuindo para a realização de iniciativas empresariais dirigidas à geração de emprego e renda, especialmente junto à população mais carente e às pequenas e médias empresas.

Portanto, nesse momento, a reestadualização ou incorporação do BEC a um banco federal, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), transcende, em muito, qualquer dimensão estritamente político-ideológica. Essas alternativas devem ser consideradas partindo-se da avaliação dos objetivos que deram origem ao BEC e que continuam atualíssimos, se inseridos no contexto das necessidades tanto do nosso Estado quanto da nossa região. O que a atual conjuntura não suporta, em nenhuma instância de poder, é omissão em relação ao futuro do Banco do Estado do Ceará. Principalmente por parte do governo Lula, cujo partido (Partido dos Trabalhadores) sempre defendeu o fim das privatizações em nosso país.

É justamente no sentido de reforçar essa já consagrada postura política que o 8º Congresso Nacional da CUT resolve se posicionar contra as privatizações dos bancos estaduais federalizados, confirmando resolução



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



do 9º Cecut do Ceará e apontando-lhes outra destinação, como a reestadualização nas unidades federativas onde os respectivos governadores assim o queiram; ou a incorporação do BEC ao Banco do Nordeste do Brasil.

Extinção do Programa de Estadualização e Privatização da CBTU

O problema do transporte deve ser entendido à luz do que ele significa para a economia, a sociedade e para a própria soberania do país. No governo FHC, intensificou-se o crescimento desordenado das cidades, aprofundando a exclusão social pela segregação geográfica, e investimentos insuficientes em infra-estrutura dos transportes de massa. Este crescimento desordenado incentivou a produção e a aquisição de automóveis, aumentando a frota em circulação, consolidando uma crise de mobilidade sem precedentes e fortalecendo a política de mobilidade urbana centrada no automóvel. Este déficit de investimentos em infra-estrutura e a insuficiência de gestão trouxeram pesados prejuízos para a população, que em sua maioria utiliza sistemas de transportes caros, insuficientes, inseguros e em muitos casos clandestinos. Com rodovias sobrecarregadas, precárias e ineficientes, o transporte de cargas também sofre as conseqüências. Estima-se um desperdício de aproximadamente 150 milhões de dólares anuais neste tipo de transporte, onerando significativamente os custos dos produtos brasileiros, reduzindo a competitividade do país.

Isso porque no Brasil a matriz de transporte contraria todas as tendências, pela predominância absoluta do transporte rodoviário sobre os demais, atingindo 96% dos meios de transporte. As conseqüências desta hegemonia são congestionamentos, acidentes e poluição. A crise no setor de transportes urbanos se aprofundou durante o governo de FHC, que atendendo às exigências do FMI impulsionou o processo de estadualização e privatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). A CBTU é uma empresa estatal, hoje vinculada ao Ministério das Cidades, e que planeja, gere e opera os transportes urbanos sobre trilhos, em oito capitais do país: Recife, Fortaleza, João Pessoa, Teresina, Salvador, Natal, Belo Horizonte e Maceió.



A experiência da estadualização foi nefasta. As ferrovias privatizadas não cumpriram as metas de concessão, não realizaram investimentos, não aumentaram a capacidade de transporte, liquidaram o transporte de passageiros. Em sete anos foram desativados mais de 4.000 quilômetros de ferrovias em todo o país (sendo a situação de maior gravidade a do estado de Pernambuco, onde a Companhia Ferroviária do Nordeste praticamente desativou mais de 85% do transporte ferroviário, fechando mais de 95% das estações ferroviárias, relegando ao completo abandono as ferrovias, atacando os trabalhadores com demissões em massa, precarizando as condições de trabalho e recusando-se a atender vários clientes e usuários.

A estadualização e a privatização são exigências do Bird para a liberação de recursos para os investimentos em expansão e modernização, porém a Constituição Federal garante aos cidadãos o direito a transporte. Trata-se de um dever do Estado, por isso a CUT reivindica ao governo Lula:

1. A extinção do Programa de Estadualização e Privatização da CBTU.
2. Decreto de caducidade da concessão das operadoras privadas inadimplentes, garantindo-lhes administração especial vinculada diretamente ao Ministério dos Transportes.
3. Revogação do Decreto-Lei 3.277/99, sobre a dissolução da RFFSA.
4. Realização de auditoria no sistema de transportes para que a União seja ressarcida dos prejuízos causados pelos operadores privados e que os agentes públicos e privados que causaram danos e prejuízos ao erário público sejam penalizados.
5. Consolidação do Fundo Nacional de Transportes com recursos oriundos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, priorizando intervenções que visem melhorar o sistema de transportes rodoviário, ferroviário, marítimo, hidroviário, entre outros.

Estas são condições imperativas para a construção de uma nova política nacional de transportes que contemple a multimodalidade, recuperando para o controle público as responsabilidades de gestão, operação, financiamento e planejamento estratégico do setor.

Energia

A energia é um bem público essencial, estratégico para a economia nacional. É um direito universal e um dever do poder público garantir o acesso a ela, com preços razoáveis e qualidade. Trata-se de um meio indispensável para o desenvolvimento econômico, uma vez que o desenvolvimento das nações está alicerçado na industrialização e na urbanização que ocorrem se estiverem providas de serviços básicos de infra-estrutura, entre os quais a energia.

É preciso lutar para que os direitos inerentes à pessoa humana de acesso à infra-estrutura, da qual faz parte a energia, sejam assegurados a todos como condição para o exercício da cidadania, independentemente de condição social ou econômica; que o setor energético seja instrumento de competitividade, potencializador do desenvolvimento socioeconômico.

Acreditamos que o modelo de privatizações não resolve a falta de recursos para investimentos, haja vista o quadro das concessionárias nacionais de energia, que atualmente apresentam dívidas altíssimas e um atendimento precário. O racionamento de energia, por sua vez, só agravou o faturamento das empresas, o seguro “apagão” não minimiza a precariedade dos serviços e o risco regulatório inibe o capital estrangeiro – portanto a abertura indiscriminada do mercado energético nacional não reflete o crescimento econômico.

Portanto a CUT deve aprofundar o debate sobre a concepção de energia como um serviço público essencial, encampando as seguintes lutas:

- Criação de mecanismos e instituições visando expandir o acesso à energia e a universalização dos serviços.
- Democratização da gestão das empresas e planejamento integrado dos recursos.
- Manutenção dos níveis de emprego para garantia da qualidade dos serviços.
- Transferência de ganhos de produtividade e redução de custos para usuários e consumidores.
- Investimento na constituição de conselhos municipais de serviços públicos de energia, visando maior controle social.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- Contra a privatização das empresas ainda sob controle do Estado.
- Implementação de um novo modelo para o setor, privilegiando o debate com a sociedade e as premissas: garantia do fornecimento em quantidade e qualidade crescentes, tarifas socialmente justas e qualidade do serviço.
- Transformação radical da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), agência reguladora do setor, em sua natureza, estrutura e funcionamento, visando sua democratização e o cumprimento efetivo de seu papel fiscalizador, bem com das agências estaduais.
- Manutenção dos descontos tarifários decorrentes da condição de baixa renda aos que hoje estão classificados nessa categoria até que não seja implantado o novo modelo para o setor energético.
- Realizar campanha de esclarecimento à população sobre a conta de luz.
- Converter o combustível da frota de automóveis paulista para gás natural.

Em defesa do saneamento básico

O saneamento é o setor que não apenas indica o nível de desenvolvimento de um povo, mas que também é potencial gerador de conflitos na relação governo/sociedade, tendo estreita relação com a qualidade de vida e de saúde das comunidades.

O modelo institucional criado pela ditadura para os serviços de água e esgoto que desenvolveu uma campanha de desmonte, desqualificação do setor público e das operadoras de água e esgoto exauriu-se; graças à resistência dos trabalhadores o processo de privatizações não se consolidou como alternativa. É possível perceber as conseqüências nefastas da política neoliberal na redução dos investimentos setoriais, na desestruturação de várias companhias públicas estaduais, na ausência de uma política nacional para o setor, nos problemas na área dos resíduos e nas inundações cotidianas nas grandes cidades. Portanto, está na ordem do dia a construção de uma política nacional para o saneamento básico assentada em mecanismos de participação popular e controle social.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Faz-se necessária, portanto, uma articulação democrática com os governos estaduais e municipais para a execução da política nas comunidades, articulação esta apoiada em ações programáticas, democraticamente planejadas, acompanhadas e que aponte para a renovação, a reabilitação e a construção de órgãos governamentais capazes de enfrentar o desafio de avançar na universalização do atendimento, através de ações integradas com as políticas de desenvolvimento urbano e de moradia nas cidades e no campo. O movimento popular e os trabalhadores do setor já deram provas da disposição de luta. São exemplos as ações da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental e os Fóruns Lixo e Cidadania, em nível nacional, regionais e locais.

Por outro lado, a criação do Ministério das Cidades e a instalação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental se constituem em instrumentos fundamentais para a construção de uma nova política para o setor. A Central Única dos trabalhadores e suas entidades filiadas devem contribuir para a realização e o sucesso desta Conferência e para que seus resultados revistam a nova política nacional de saneamento de um caráter democrático e popular; por isso propomos:

1. Realização da Conferência Nacional das Cidades, precedida de conferências nos níveis estadual e municipal; trata-se de instrumento para a mobilização social necessária à construção democrática da política urbana e de suas políticas setoriais, particularmente a de saneamento ambiental.
2. Democratização da Compesa, garantindo a representação dos trabalhadores, da sociedade civil e do poder municipal no Conselho Administrativo.
3. Universalização do saneamento básico, coleta de lixo urbano e destinação final do lixo em aterros sanitários, priorizando as populações de baixa renda que moram em áreas de infra-estrutura precária e regiões com escassez crítica de água e esgotamento sanitário.
4. Construção em conjunto com as organizações dos trabalhadores rurais, dos movimentos dos trabalhadores sem terra, das organizações indígenas e dos movimentos pela reforma agrária de uma proposta de programa estadual de saneamento rural.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



5. Criação de uma lei que defina diretrizes para política de saneamento, entendido como ações de água, esgoto, lixo, drenagem e controle de vetores nas áreas urbanas e rurais.

Pela democratização dos meios de comunicação social

A CUT considera a comunicação um setor estratégico para uma efetiva democratização do país. A liberdade de expressão e a garantia de acesso a informações não podem ficar dependentes da dinâmica econômica neste setor. Por isso, é fundamental que os movimentos sociais organizados também tenham a possibilidade de criar e manter os seus meios de comunicação de massa – rádio e televisão

– com os mesmos direitos do setor empresarial, visando construir redes voltadas para os interesses da classe trabalhadora e da cultura nacional.

A União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), convocou a Conferência Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), a ser realizada em duas etapas, em Genebra (10 a 12 de dezembro de 2003) e Túnis (2005). A primeira etapa seria restrita aos representantes dos Estados e da iniciativa privada. A sociedade civil organizada somente poderia participar em Túnis. A CMSI visa discutir assuntos como informática, telecomunicações e Internet e suas implicações políticas, sociais, econômicas e culturais. Temas como inclusão digital, teleducção, propriedade intelectual e governo eletrônico certamente farão parte dos debates. De forma secundária, mas não menos importante, o tema da radiodifusão também será enfocado, uma vez que a UIT também regulamenta internacionalmente este setor.

Na CMSI espera-se que os representantes das grandes empresas transnacionais (com assentos oficiais na UIT) trabalhem no sentido de manter e alargar as deliberações da Organização Mundial do Comércio sobre a abertura dos mercados, em especial dos países mais pobres. A Plataforma para os Direitos da Comunicação (articulação de diversas entidades da sociedade civil, organizada no plano internacional) defendeu a proposta de que a sociedade civil deveria participar também em Genebra e que o foco dos debates não poderia estar centrado apenas nas questões ligadas à tecnologia, e que, por isso mesmo, a Organização das Nações Unidas



para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco) também deveria participar da preparação desta cúpula mundial.

Para defender tais propostas, foi criada uma campanha internacional chamada Communications Rights in the information Society. No âmbito da ONU, todas as propostas defendidas por esta campanha foram incorporadas à cúpula mundial, inclusive com uma solicitação oficial do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para que as delegações nacionais sejam tripartites. No Brasil, até o momento, o debate tem sido encaminhado pelo Programa Sociedade da Informação, inclusive, e infelizmente, com a autoconferida responsabilidade de definir quais deverão ser os representantes da sociedade civil organizada. O novo governo do Brasil está ciente da importância do tema e da necessidade de estimular o livre debate no interior da sociedade civil.

Entre os dias 29 e 31 de janeiro de 2003, na cidade de San Domingo, ocorreu a Conferência Regional para a América Latina e Caribe, com caráter tripartite, mas que contou com pouquíssimos brasileiros. Entre os dias 17 e 28 de fevereiro, na cidade de Genebra, ocorreu a II Conferência Preparatória, também com caráter tripartite, onde foram definidas as regras de participação na CMSI e, por conseqüência, o peso que a sociedade civil terá nos respectivos debates.

Diante disso, a CUT resolve:

1. Promover um amplo debate sobre uma nova lei geral de comunicação social eletrônica.
2. Participar ativamente da Conferência Mundial sobre a Sociedade de Informação, juntamente com as entidades filiadas e a sociedade civil.
3. Capacitar os dirigentes sindicais para intervir junto ao Conselho Social de Comunicação, no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e seus respectivos comitês estaduais, visando a implantação de sistemas públicos de emissoras de rádio e televisão com controle público.
4. Tomar iniciativas para conquistar o direito, para a Central, de criar e manter os seus meios de comunicação de massa – rádio e televisão –, voltados para os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.
5. Apoiar o projeto de lei da deputada federal Jandira Feghali, do PCdoB, sobre regionalização da produção em rádio e televisão, visando fortalecer a cultura regional e a manutenção e a geração de empregos no setor.





PLANO DE LUTAS 2003-2006

Unir a CUT na luta pela superação do neoliberalismo e para avançar na conquista dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras

Introdução

Como expresso no debate sobre a Estratégia da CUT para o período de 2003 a 2006, ao completar 20 anos de existência nossa Central Sindical consolidou-se como um dos mais importantes instrumentos de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em nosso país, desempenhando papel estratégico no processo da redemocratização, no fortalecimento da cidadania e na retomada do sindicalismo autêntico, pautado por uma perspectiva classista.

Tornar-se a maior central sindical brasileira é uma conquista resultante da sua capacidade de aglutinar em torno do seu projeto político os setores mais combativos do movimento sindical, bem como de situar-se com firmeza no campo das forças políticas e sociais que têm no seu horizonte a construção de uma sociedade justa, democrática e socialista. Esta postura, de construção do consenso progressivo, tem sido determinante nas definições da política de alianças desenvolvida pela CUT com os setores do campo democrático e popular: movimentos sociais, entidades e partidos de esquerda.

No âmbito do movimento sindical, a aglutinação dos setores mais combativos em torno do seu projeto político tem ressignificado a ação sindical, fomentando o debate sobre concepções e novas práticas sindicais, com vistas a um novo padrão de relações de trabalho e uma nova cultura organizativa.

Por outro lado, a política de alianças com outros setores da sociedade colocou-se como um dos elementos fundamentais na estratégia da nossa central sindical, na medida em que possibilitou aos trabalhadores e trabalhadoras a oportunidade de se colocarem como sujeitos políticos decisivos em diversos momentos importantes do cenário político brasileiro, como, por exemplo, na Constituinte de 1988, no movimento que

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



resultou na queda de Collor de Mello em 1992, no combate sistemático às políticas neoliberais nos oito anos de FHC, culminando na significativa vitória do campo democrático e popular, em 27 de outubro de 2002, quando Lula tornou-se o primeiro operário a assumir a Presidência da República.

Como enfatizado no debate sobre a Estratégia da CUT para o próximo período, a vitória de Lula, por si só, não significa a superação automática das contradições e dos conflitos de classe presentes na sociedade e, em particular, no âmbito das relações capital e trabalho. Entendemos que o momento atual, com Lula na Presidência da República, cria as condições favoráveis para a intensificação da disputa por uma nova hegemonia que supere os marcos do neoliberalismo, não apenas na sociedade brasileira, mas também no cenário internacional.

Portanto, representa uma possibilidade real para as mudanças políticas, econômicas e sociais de que nosso país necessita, com vistas à superação de problemas crônicos que caracterizam a nossa realidade, como a pobreza, a miséria, a fome, o analfabetismo e o desemprego, que assolam as condições de vida de parcela significativa do nosso povo. Sem dúvida alguma, os trabalhadores e trabalhadoras terão um papel determinante nesse processo de recuperação da dignidade de quem faz o país.

Por isso, reafirmamos que a posição da CUT em relação ao governo Lula não pode ser a de um “alinhamento automático” ou mesmo de “oposição *a priori*”, mas uma postura que contribua para qualificar a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras neste momento histórico, decisivo para a implantação e a consolidação de um projeto político que represente, efetivamente, os seus interesses de classe.

Entendemos que a CUT, a partir da posição de uma central sindical autônoma, deve intensificar o processo de debates e formulações sobre a atual agenda política, econômica e social, como condição necessária para avançar na sua unidade interna, fundamental para tornar ainda mais consistente o processo de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a construção de alianças sociais, visando conquistar um novo padrão desenvolvimento econômico e social.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

Diretrizes para a implementação do Plano de Lutas

O Plano de Lutas da CUT para o próximo período, considerando o cenário de aprofundamento de disputa por uma nova hegemonia, a partir dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, deve basear-se em três dimensões indissociáveis, quais sejam:

- a) Unidade de ação
- b) Organização e mobilização das bases sindicais
- c) Construção de alianças sociais

A articulação permanente dessas dimensões:

Unidade de ação – Organização e Mobilização – Construção de alianças sociais, é fundamental para que a nossa Central Sindical se coloque, cada vez mais, como representante efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras, no âmbito dos espaços institucionais e nos espaços construídos pela sociedade civil, particularmente naqueles em que se situam os setores do campo democrático e popular.

Dessa forma, este Plano de Lutas é uma busca incessante de um consenso progressivo, necessário para a intensificação, desde as bases, do processo de pressão popular para conquistar as mudanças que almejamos. Para tanto, um amplo processo interno de debates e formulações é essencial para a construção da unidade da CUT e para influenciarmos, substantivamente, nas definições políticas do governo Lula tanto no âmbito nacional como no internacional.

A implementação deste Plano de Lutas também é fundamental para que avancemos na conquista de um novo padrão de relações de trabalho e de organização sindical, consubstanciado nos princípios da liberdade e autonomia sindical; bem como de um novo marco de desenvolvimento econômico e social, que tenha por base: a valorização do trabalho; a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas; uma política de distribuição de renda sustentada nas premissas de justiça social e na solidariedade; a recuperação da capacidade do Estado de investir em políticas de desenvolvimento e de geração de trabalho, emprego e renda; e a defesa da economia nacional no novo contexto do mercado mundial.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Em consonância com a estratégia da CUT para o próximo período, o Plano de Lutas da nossa central sindical tem como foco o aprofundamento da disputa política e ideológica sobre o caráter das mudanças de que o Brasil necessita, já que precisamos sinalizar claramente para o conjunto da sociedade as diferenças fundamentais entre o horizonte neoliberal, que caracterizou a chamada “era FHC”, e as perspectivas políticas e sociais inauguradas com a vitória dos setores que se situam no campo democrático e popular, do qual nossa Central é parte constituinte.

Focar nosso embate na disputa por um novo padrão de desenvolvimento econômico e social é essencial para a politização deste enfrentamento, tanto no âmbito do movimento sindical quanto em outros âmbitos da sociedade, já que, num cenário que será marcado por contradições, as elites capitalistas tentarão manter as bases neoliberais que orientaram as definições sobre a política econômica, o papel do Estado e as políticas sociais nos oito anos de FHC – sinônimos de desemprego, pobreza, miséria e exclusão social.

Neste sentido, definimos o Plano de Lutas da CUT para o próximo período como um conjunto de ações estratégicas que instrumentalizarão a nossa central sindical para o embate político e ideológico em curso na sociedade brasileira, e que terá os seguintes objetivos:

- a) Desmistificar a lógica e a eficiência das bases e das políticas neoliberais para a superação das dificuldades econômicas e sociais dos países em desenvolvimento.
- b) Possibilitar a construção de propostas alternativas de desenvolvimento econômico e social, visando a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática e com justiça social.
- c) Construir as condições necessárias para as mudanças de que o Brasil necessita, sob a ótica dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir de uma aliança política e cultural com os setores que se identificam no campo democrático e popular.

Portanto, é imprescindível uma atuação extremamente articulada das diversas instâncias da central sob a coordenação da Direção Executiva Nacional, para concretizar a estratégia da CUT para 2003-2006 aprovada neste 8º Concut e implementar este Plano de Lutas a partir das ações prioritárias definidas a seguir.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Ações prioritárias

1. Intensificar o processo de formulações e a luta por um novo padrão de desenvolvimento econômico e social sustentável – baseados na valorização do trabalho; ampliação dos direitos sociais e trabalhistas; uma política de distribuição de renda sustentada nas premissas de justiça social e na solidariedade; recuperação da capacidade do Estado de investir em políticas de desenvolvimento e de geração de trabalho, emprego e renda; e defesa da economia nacional no novo contexto do mercado mundial. A partir da estratégia aprovada sobre desenvolvimento, emprego e renda e políticas de emprego e renda e sistema público, a Executiva Nacional da CUT deve formular uma agenda que possibilite um processo de debates e intervenções articulados entre todas as instâncias da central.
2. Envolver os diversos setores e estaduais da CUT em um espaço permanente de debate, formulação e atuação conjunta nas políticas públicas, visando otimizar esforços na luta pela democratização do Estado em todos os níveis, na definição e defesa de critérios e instrumentos de gestão e controle social e para a participação nos conselhos de Gestão de Políticas públicas. Em consonância com as políticas da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT e na perspectiva de se conquistar políticas públicas de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, devemos aprofundar o debate e avançar na formulação para conquistas de políticas públicas sobre proteção social da maternidade, responsabilidades familiares, combate à violência contra a mulher, formação profissional, emprego e renda.
3. Organizar a intervenção da CUT junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo, visando garantir nossas propostas no Orçamento Federal: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual; assim como o acompanhamento da implementação do Orçamento da União, estados e municípios.
4. Dar continuidade ao processo de disputa sobre o conteúdo das reformas – previdenciária, tributária e fiscal, agrária e agrícola, sindical e trabalhista—, explorando as contradições presentes nas propostas em debate na sociedade e garantindo a estratégia aprovada no 8º Concut, cuja essência reside na compreensão



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



de que as reformas devem significar a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, maior distribuição de riqueza e renda, em contraposição à lógica da flexibilização dos direitos e da exclusão social.

5. Avançar no fortalecimento das instâncias da CUT nos âmbitos horizontal e vertical, na perspectiva da conquista de liberdade e autonomia sindical, coloca-se como uma tarefa cada vez mais estratégica para o aprofundamento da disputa por um novo padrão de relações de trabalho e de organização sindical no Brasil. Neste sentido a Executiva Nacional deve intensificar o processo de estudos, análises e formulações sobre a configuração das cadeias produtivas, condição para a consolidação das organizações nacionais por ramos da CUT, desde os locais de trabalho.

6. Continuar desenvolvendo as campanhas salariais unificadas e avançar, cada vez mais, na articulação das pautas de reivindicação, bem como nas estratégias de negociação e contratação coletiva, como condição para a ampliação dos direitos e melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Deve-se garantir espaços para aprofundar o debate sobre como as questões específicas – gênero, discriminação racial, qualificação profissional, combate ao trabalho infantil, assédio moral e sexual, juventude, orientação sexual, entre outras – vêm sendo tratadas nos processos de negociação e contratação coletiva. A CUT deve criar instrumentos para que tais questões sejam incorporadas pelas instâncias e entidades nas cláusulas de negociação.

7. Numa ação envolvendo a Secretaria de Comunicação, identificar, centralizar e socializar, junto às instâncias da CUT, as produções (livros, vídeos, jornais etc.), as iniciativas e os diversos resultados alcançados em processos de negociação que tiveram como referência as Convenções 100 e 111 da OIT, relativas à igualdade de remuneração entre homens e mulheres por um trabalho de igual valor e contra todas as formas de discriminação direta ou indireta no mercado de trabalho, respectivamente, entre outras, com o objetivo de dar visibilidade às políticas geradas nos diversos âmbitos e de construir maior unidade de ação na central para implementar essas Convenções.

8. Nenhuma trégua no combate ao trabalho infantil e escravo! A CUT deve lutar por medidas que



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



visem tirar as crianças da rua e do trabalho. Os sindicatos, as prefeituras, os governos de Estados devem ser chamados a cumprir essa responsabilidade. Além disso, devemos debater sobre medidas de reparação efetivas acerca das questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e demais aspectos que contemplam a nossa diversidade humana.

9. Participar ativamente do Fórum Nacional dos Trabalhadores, visando fomentar no interior do movimento sindical um rico debate sobre as bases nas quais devem assentar-se as mudanças no âmbito das relações de trabalho e da organização sindical, tendo como referência as definições deste 8º Concuto sobre as reformas trabalhista e sindical, contribuindo para qualificar a intervenção do movimento sindical neste debate e avançar na unidade dos trabalhadores e trabalhadoras em defesa de um projeto que represente os seus interesses.

10. Participar, ativamente, no Fórum Nacional do Trabalho, na perspectiva de se conquistar um novo código do trabalho, pautado na valorização do trabalho e nos princípios da liberdade e autonomia sindical.

11. Desenvolver um amplo processo de formação das direções sindicais como um dos meios de qualificar a intervenção da CUT no debate sobre relações de trabalho e organização sindical, bem como sobre as políticas públicas. No intuito de contribuir para a maior organização das mulheres na CUT, no sentido de ampliar sua participação e poder, deve-se desenvolver programas de formação sindical e política das trabalhadoras, visando potencializar ações afirmativas e compensatórias.

12. Investir no processo de articulação com outros setores da sociedade civil que se identificam com o campo democrático e popular, para a construção de uma aliança social que tenha como objetivo maior se contrapor ao neoliberalismo e defender um projeto de desenvolvimento econômico e social pautado nos valores da justiça social, da democracia e da solidariedade.

13. Investir no fortalecimento da Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial, como meio de se garantir que as políticas por ela formuladas e propostas tenham maior centralidade na agenda de mobilizações da CUT.





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

14. A partir da compreensão de que a educação é um direito subjetivo de todos os cidadãos e cidadãs e, portanto, inalienável, intensificar a luta em defesa da escola pública, laica, gratuita e universal, tendo como questão central a política de financiamento da educação em todos os níveis, essencial para a garantia da qualidade do ensino, para a democratização do acesso à escola e para uma efetiva valorização dos profissionais da educação. Além disso, há um grande consenso na sociedade brasileira de que sem um forte investimento na educação, em particular para jovens e adultos, o país terá grandes dificuldades para avançar rumo ao desenvolvimento econômico e social sustentável, bem como para superar o quadro atual de exclusão social. Neste sentido a CUT deve fortalecer a luta em prol da erradicação do analfabetismo e pela elevação da média de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, nossa Central deve defender a implantação de um programa que combine redução da jornada de trabalho e educação. Um programa similar à rica experiência das 150 horas para a educação conquistada pelos trabalhadores italianos, adaptado à realidade brasileira e articulado a um projeto de desenvolvimento nacional.

15. Seguridade Social – saúde, previdência e assistência social, e saúde do trabalhador e meio ambiente. A CUT deve priorizar as ações a seguir. Intensificar a ação sindical em saúde nos locais de trabalho. Dar continuidade ao trabalho de formação de dirigentes sindicais na área de saúde e meio ambiente, intensificando a atuação junto às instâncias de controle social em saúde pública e saúde no trabalho, previdência e meio ambiente. Consolidar a ação sindical de saúde do trabalhador dentro do Sistema Único de Saúde e intensificar as ações da CUT, através de sua representação na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST), no sentido de resgatar o Projeto de Lei 1377/98 (deputado federal Eduardo Jorge), que trata das competências relativas à saúde do trabalhador no governo. Envolver todos os sindicatos na luta pela revogação das ordens de serviço do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 606, 607, 608 e 609, que tratam da caracterização e concessão de benefícios aos trabalhadores acometidos das seguintes doenças ocupacionais: lesão por esforço repetitivo/ distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), perda auditiva induzida pelo ruído (PAIR), benzenismo e pneumoconioses. Essas Ordens de Serviço



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



prejudicam o acesso dos trabalhadores aos direitos assegurados por lei. Intensificar a luta em defesa do Seguro Acidente de Trabalho Público, digno e com qualidade, para conseguirmos a aprovação da proposta de emenda à Constituição PEC-507/02, que elimina a possibilidade de participação das seguradoras privadas na gestão dos recursos do SAT. Retomar as pendências acumuladas no Ministério do Trabalho e Emprego em relação à reforma da Portaria 3214 (que trata das Normas regulamentadoras (NR) da CLT, sobre medicina e segurança no trabalho, ou seja, sobre a saúde do trabalhador no processo de trabalho).

16. Um dos legados mais trágicos da era FHC é a multidão de desempregados que vivem à margem da sociedade ou na economia informal, resultado mais sinistro da chamada “modernização” neoliberal. Essa massa de excluídos que vive abaixo da linha de pobreza e fora do mercado de trabalho foi colocada, corretamente, como uma das preocupações prioritárias do governo Lula. A solução desses graves problemas passa não só por políticas solidárias, que visem melhorar as condições de vida dessa população, mas principalmente pelo alavancamento de um desenvolvimento econômico e social sustentável. A CUT tem um papel fundamental a desempenhar no combate à exclusão social, participando na elaboração e na gestão de políticas públicas voltadas para esses setores que, em geral, não possuem um grau de coesão e organização que lhes permita assumir um papel ativo como integrantes da sociedade civil. Forjar a união entre os excluídos e os não-excluídos, entre empregados e desempregados, é uma tarefa de importância fundamental para a consolidação de uma sociedade justa, solidária e democrática. A CUT deve aprofundar o debate sobre a organização desses setores, levando em conta as especificidades e as diversidades presentes em seu interior.

17. A CUT deve manter e aprofundar a sua participação na luta em defesa do meio ambiente. Essa luta não se limita à preservação da natureza, mas procura avançar rumo a uma sociedade sustentável, baseada numa relação harmônica entre ser humano e natureza, cuja força motriz seja não os interesses do mercado, mas sim a satisfação das necessidades humanas. Tal sociedade pressupõe justiça social e a erradicação da pobreza e das mazelas sociais que caracterizam as economias de mercado. Num país de dimensões continentais como o Brasil, essa luta deve levar em conta a diversidade natural, cultural, econômica e social e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



na elaboração de políticas públicas voltadas para um desenvolvimento efetivamente sustentável. Neste sentido, a preocupação com os impactos socioambientais deve estar presente em todas as esferas, em especial a da discussão e elaboração de políticas voltadas para desenvolvimento econômico, geração de empregos e infra-estrutura. A defesa da Amazônia, com suas imensas riquezas naturais, suas ricas fauna e flora, sua imensa reserva de água doce, é uma bandeira que deve ser levada adiante pela CUT, em conjunto com outros movimentos sociais e ambientalistas. Da mesma forma, a elaboração de propostas de fontes de energia alternativas merece atenção especial, ao lado de outras questões de suma importância, como saneamento básico, erradicação das indústrias “sujas” e combate aos transgênicos. A CUT, que sempre esteve na vanguarda dessas lutas, deve aprofundar essas discussões, envolvendo o conjunto dos sindicatos, forjar amplas alianças com outros setores da sociedade civil e definir uma estratégia consistente de lutas em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida da população.

18. Mercosul – A CUT deve encaminhar junto à Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) iniciativas para retomar e redirecionar a construção do Mercosul baseada na democracia, no emprego e nos direitos sociais. Essa deve ser a base para um projeto de integração regional, com capacidade de liderar os países da América Latina e que se oponha à agenda proposta pelo governo dos EUA para a ALCA.

19. ALCA – Para a CUT é fundamental continuar a Campanha Continental e Nacional contra a ALCA, visando barrar esse tratado. Dentro dessa estratégia, a CUT deve defender que se abra um amplo debate público no país sobre a agenda que está em negociação e que seja convocado um plebiscito oficial para que o povo decida sobre o rumo que o Brasil deve tomar em relação à ALCA. Ao mesmo tempo a CUT reafirma seu compromisso junto com os demais parceiros da Aliança Social Continental de construir outra agenda de integração continental, a “Alternativa para as Américas”.

20. OMC – No âmbito das questões relativas à Organização Mundial do Comércio a CUT deve reafirmar seu engajamento na campanha mundial–“Façamos descarrilhar a OMC”, para brecar a rodada de





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



negociações de Cancun (setembro, 2003), onde os países ricos pretendem introduzir novos temas (como investimentos) e ignorar antigas demandas dos países em desenvolvimento que não vêm sendo atendidas.

Observadas as diretrizes deste Plano de Lutas, a Direção Executiva da CUT deve definir uma Agenda para o período 2003-2006, contemplando, entre outras que considere pertinentes, as seguintes atividades:

- a) *Campanha em defesa dos direitos, da liberdade sindical, pela valorização do trabalho e redução da jornada.* A ofensiva neoliberal promoveu um ataque aos direitos sociais, trabalhistas e sindicais, além de tentar deslegitimar do ponto de vista ideológico a própria existência destes direitos. Diante deste quadro e do cenário de disputas que se anunciam em torno das reformas, a CUT desenvolverá uma campanha nacional com dois objetivos. O primeiro é contrapor-se à lógica da redução de direitos e de custos do trabalho como condição para formalização do emprego e para a competitividade, que é o argumento empresarial para a reforma. O segundo é reafirmar a posição da CUT de defesa dos direitos dos trabalhadores como pressuposto de sua intervenção nos debates sobre as reformas em pauta, situada no contexto de uma proposta mais abrangente de valorização do trabalho, em que a redução da jornada de trabalho sem redução de salários tem um lugar central.
- b) Participar ativamente da Marcha Mundial das Mulheres.
- c) Realizar uma Campanha Nacional pela Valorização do Salário Mínimo.
- d) Participar da mobilização e organização da Campanha pelo Primeiro Emprego, garantindo a inserção das políticas afirmativas defendidas pela central.
- e) Para o combate à discriminação racial, a CUT deve realizar uma ampla Campanha em Defesa de Ações Afirmativas (textos/*release* para a imprensa, *spots* para rádios, audiências públicas nas assembleias legislativas estaduais etc.).
- f) Desenvolver campanhas em defesa da escola e das universidades públicas.
- g) A CUT deve articular, junto às CUTs estaduais e à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (Contracs), nos principais centros comerciais e de serviços do país, uma política conjunta para disputar sindicatos e construir alternativas de organização para os trabalhadores neste ramo, inclusive



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



contribuindo com a organização de campanhas e negociação nas grandes redes comerciais. Além disso, a CUT desenvolverá ações visando os objetivos a seguir: fortalecer a campanha nacional da Contracs contra o trabalho aos domingos e feriados. Combater a contratação fraudulenta de estagiários, propondo a revogação do dispositivo da Medida Provisória nº 2.164/99, que ampliou as hipóteses de permissão ao estágio, estabelecendo dispositivos na Lei 6.494/77 que reforcem a essência do estágio

– agregação de efetivo conhecimento e experiência profissional e educacional ao estudante—, que deverá estar vinculado à formação acadêmica e profissionalizante e ser registrado na CTPS, a título de experiência; lutar pela extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas.

h) Neste ano em que se completam *15 anos Sem Chico Mendes* a CUT deve se somar a todas as entidades de defesa do meio ambiente para dar um grande impulso a essa luta, defendendo mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento e consumo.

i) A CUT deve lançar e incentivar uma *Campanha Pelo Fim da Impunidade no Brasil*, reforçando a luta pela punição dos assassinos de Margarida Maria Alves e de outras lideranças.

j) *Organizar um fórum nacional em defesa dos demitidos e perseguidos políticos no estado e empresas privadas*, incorporando a Comissão Nacional de Anistia dos Trabalhadores nas Estatais e Serviço Público, visando o combate à perseguição de companheiros/as da classe trabalhadora. Assim, a CUT deve articular suas estruturas verticais e outros segmentos, tais como: partidos políticos, OAB, Fórum da Cidadania, Igrejas e representantes do governo. Além de apreciar os processos já existentes e julgar eventuais perseguições políticas e ideológicas, uma das finalidades do fórum é propor mecanismos na legislação trabalhista que coíbam a perseguição e o assédio moral aos trabalhadores e as demissões de dirigentes sindicais, cipeiros, trabalhadores acidentados ou que contraíam doenças profissionais, denunciando as irregularidades, injustiças e perseguições ao Ministério do Trabalho, junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao Congresso Nacional e ao Ministério da Justiça.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





EXECUTIVA NACIONAL

Luiz Marinho
Presidente

Wagner Gomes
Vice-presidente

João Antonio Felicio
Secretário-geral

Denise Motta Dau
Primeira secretária

Jacy Afonso de Melo
Tesoureiro

Ari Aloraldo do Nascimento
Primeiro tesoureiro

João Vaccari Neto
Secretário de Relações Internacionais

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



Rosane da Silva
Secretária de Política Sindical

José Celestino Lourenço
Secretário de Formação

Antonio Carlos Spis
Secretário de Comunicação

Gilda Almeida de Souza
Secretária de Políticas Sociais

Artur Henrique da Silva Santos
Secretário de Organização

Maria Ednalva Bezerra de Lima
Secretária da Mulher Trabalhadora

Diretoria Executiva

Bernadete de Lourdes Rodrigues Menezes
Carlos Rogério de Carvalho Nunes
Carmem Helena Ferreira Foro
Elisângela dos Santos Araújo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Francisco Alano
Francisvaldo Mendes de Souza
Gilson Luiz Reis
Jorge Luís Martins
José Maria de Almeida
Júlio Turra
Lúcia Regina dos Santos Reis
Lujan Maria Bacelar de Miranda
Luzia de Oliveira Fati
Manoel Messias Nascimento Melo
Pascoal Carneiro
Rafael Freire Neto
Vera Justina Guasso
Wanderley Antunes Bezerra

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS

Representantes de organizações sindicais internacionais e regionais

CCSCS

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

Eduardo D. Fernandez Farias

CIOSL

Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

Guy Ryder

José Olívio Miranda de Oliveira

ORIT

Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores

Luis Anderson McNeill

PAÍSES

ANGOLA

UNTA

União Nacional de Trabalhadores de Angola

Simão André



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

ARGENTINA

CTA

Central de Trabajadores Argentinos

Cláudio Palermo

José Isquierdo

Juan González

Julio Bertomeu

Pedro Wasiejko

AZERBAIJÃO

ATUC

Confederação de Sindicatos do Azerbaijão

Mammdov Fuad

Sariyev Rassim

CANADÁ

CSN

Confederação dos Sindicatos Nacionais

Denise Boucher

Vincent Dagenais

CLC

Congresso dos Trabalhadores do Canadá

Sheila Katz



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CORÉIA DO SUL

KCTU

Confederação Coreana de Sindicatos

Dan Byung-Ho

Oh Keon Ho

FKTU

Federação de Sindicatos da Coréia

Hyun-Soo Oh

Sung-Tae Kim

CUBA

CTC

Central de Trabalhadores de Cuba

Francisco Duran Harvey

DINAMARCA

LO

Confederação Dinamarquesa de Sindicatos

Erik Nielsen

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





ESPAÑA

CC.OO

Confederação Sindical de Comissões Operárias

Laureano Cuerdo

CIG – GALIZIA

Confederação Intersindical Galega

Manuel Mera Sánchez

UGT

União Geral dos Trabalhadores

Joseba Echebarria

ESTADOS UNIDOS

AFL-CIO

Federação Americana do Trabalho – Congresso das Organizações Industriais

Stanley Gacek

Carolyn Kazdin (Centro de Solidariedade da AFL-CIO— Brasil)

Manuel Dominguez (Centro de Solidariedade da AFL-CIO – Uruguai)

UNITED ELECTRICAL, RADIO AND MACHINE WORKERS OF AMERICA

Robin Alexander

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



FRANÇA

CFDT

Confederação Francesa Democrática do Trabalho

Evelyne Pichenot

CGT

Confederação Geral do Trabalho

Helene Bouneaud

FORCE OUVRIERE

Força Operária

Tatiana Garrido

HUNGRIA

LIGA

Confederação Democrática de Sindicatos Independentes

Erika Koller

Zoltán Hangonyi

ÍNDIA

CITU

Central dos Sindicatos Indianos

Jiron Roy

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





ITÁLIA

CGIL

Confederação Geral Italiana do Trabalho

Andrea Amaro

Antonio Galante

Franco Cornero

Nana Corossacz

CISL

Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores

Enrico Giusti

Giuseppe Luliano

Luigi Cal

UIL

União Italiana do Trabalho

Fabio Porta

NORUEGA

LO

Confederação Norueguesa de Sindicatos

Mark Anner

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





PANAMÁ

Convergência Sindical

Victor Manuel Torres

PORTUGAL

CGTP-IN

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

Florival Lança

UGT

União Geral dos Trabalhadores

Uiriato Augusto Baptista

REPÚBLICA DOMINICANA

CNTD

Confederação Nacional de Trabalhadores Dominicanos

German Ant. Astacio

SÉRVIA

NEZAVISNOST

Slavoljub Lukovic

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





SUÉCIA

Sindicato dos Papeleiros

Lasse Wahlstedt

URUGUAI

PIT – CNT

Plenário Intersindical de Trabalhadores— Convenção Nacional dos Trabalhadores

Hugo de Mello

ASSOCIAÇÃO DOS BANCÁRIOS

Manuel Negro Avellanal

ZIMBÁBUE

ZCTU

Congresso de Sindicatos do Zimbábue

George Kawenda

OUTRAS ENTIDADES PRESENTES

ACTION AID

Jean Charles Catalan

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CLACSO/OSAL

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais/Observatório Social da América Latina

José Seoane

COMMON FRONTIERS

Judith Marshall

EMBAIXADA DA PALESTINA

Musa Amer Odeh

EMBAIXADA DA VENEZUELA

Freddy Balzán

FES – ILDES

Fundação Friedrich Ebert – Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Social

Achim Wachendorfer

Alvaro Padrón

Reiner Radermacher

FOCUS – Tailândia

Nicola Bullard

FÓRUM MUNDIAL DAS ALTERNATIVAS

José Luiz Del Royo

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





INTERNACIONAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS – ISP

Jocélio Drummond

LABOUR NOTES

Teofilo Reyes

CILAS/RMALC

Centro de Pesquisa Laboral e Assessoria Sindical/ Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio

Héctor de La Cueva

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT

Gerardo Castillo

OXFAM

Katia Maia

PATRONATO ITALIANO

Andrea Lanzi

ROSA LUXEMBURGO

Joachim Wahl

SUD

Nicolas Galepides

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



QUADRO GERAL DO CONGRESSO

DELEGADOS CREDENCIADOS POR ESTADUAL DA CUT

Instância	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
Acre	12	0,44	09	75,00	03	25,00
Alagoas	40	1,47	19	47,50	21	52,50
Amazonas	31	1,14	21	67,74	10	32,26
Amapá	07	0,26	06	85,71	01	14,29
Bahia	349	12,87	245	70,20	104	29,80
Ceará	170	6,27	120	70,59	50	29,41
Distrito Federal	97	3,58	71	73,20	26	26,80
Espírito Santo	64	2,36	39	60,94	25	39,06
Goiás	29	1,07	18	62,07	11	37,93
Maranhão	40	1,47	25	62,50	15	37,50
Minas Gerais	194	7,15	128	65,98	66	34,02
Mato Grosso do Sul	16	0,59	13	81,25	03	18,75
Mato Grosso	18	0,66	11	61,11	07	38,89
Pará	81	2,99	55	67,90	26	32,10
Paraíba	45	1,66	31	68,89	14	31,11
Pernambuco	146	5,38	92	63,01	54	36,99
Piauí	34	1,25	19	55,88	15	44,12
Paraná	73	2,69	44	60,27	29	39,73
Rio de Janeiro	175	6,45	119	68,00	56	32,00
Rio Grande do Norte	81	2,99	59	72,84	22	27,16
Rondônia	38	1,40	19	50,00	19	50,00
Roraima	09	0,33	03	33,33	06	66,67
Rio Grande do Sul	238	8,78	162	68,07	76	31,93
Santa Catarina	78	2,88	52	66,67	26	33,33
Sergipe	24	0,88	18	75,00	6	25,00
São Paulo	540	19,91	384	71,11	156	28,89
Tocantins	07	0,26	03	42,86	04	57,14
Executiva Nacional e confederações orgânicas	76	2,80	56	73,68	20	26,32
Totais	2.712	100,00	1.841	67,88	871	32,12

Entidades sindicais filiadas presentes: 1.721
Oposições sindicais acompanhadas pelas estaduais da CUT: 18
Entidades nacionais: 16
Total: 1.755

Convidados internacionais: 70
Convidados da Direção Executiva Nacional: 277
Convidados das estaduais da CUT: 149
Convidados mirins: 14
Apoio à estrutura organizativa: 309